

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Bruno Castro Dias da Fonseca

**Disposições e filiação epistemológica: distinções e condicionantes sociais do  
posicionamento de economistas brasileiros sobre o Teto de Gastos (2020-2022)**

Versão corrigida

São Paulo  
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Bruno Castro Dias da Fonseca

**Disposições e filiação epistemológica: diferenças e condicionantes sociais do posicionamento de economistas brasileiros sobre o Teto de Gastos (2020-2022)**

Versão corrigida

Dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Sociologia

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sylvia Gemignani Garcia

São Paulo

2023

## **ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

### **Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Bruno Castro Dias da Fonseca**

**Data da defesa: 29/01/2024**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Sylvia Gemignani Garcia**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/03/2024



Assinatura do (a) orientador (a)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde a citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F676d FONSECA, BRUNO  
Disposições e filiação epistemológica: diferenças e condicionantes sociais do posicionamento de economistas brasileiros sobre o Teto de Gastos (2020-2022) / BRUNO FONSECA; orientadora SYLVIA GARCIA - São Paulo, 2023.  
125 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. EPISTEMOLOGIA. 2. PROFISSÕES . 3. REGIME FISCAL. 4. ECONOMISTAS. I. GARCIA, SYLVIA, orient. II. Título.

“A intervenção de fatores espirituais ou psíquicos na vida econômica é tão evidente que negá-la equivaleria a não reconhecer que as aspirações humanas em geral têm como base um substrato psíquico.”  
(Werner Sombart, *El burgués: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno*, 1972)

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

#### **AGRADECIMENTOS**

O processo de formação implicado no período da produção de uma pesquisa da envergadura de um mestrado, inevitavelmente, demanda amparos extra-acadêmicos. Nesse sentido, para que esses agradecimentos fossem completos, foi necessário mencionar não apenas as instituições e indivíduos diretamente envolvidos na pesquisa, mas também a rede afetiva que a ensejou.

Início agradecendo à Maria Carlotto, Giorgio Romano e Roberto Grün pelas inflexões na minha formação científica, epistemológica e profissional. Assim, agradeço à UFABC enquanto instituição por fornecer a base de toda a minha vida profissional e afetiva.

Aos funcionários da FFLCH pelo apoio institucional e auxílio nos numerosos trâmites burocráticos desses anos de mestrado.

Aos pareceristas da minha banca de qualificação, Rodrigo Cantu e Fernando Pinheiro, pelas sugestões cruciais para os encaminhamentos finais desta pesquisa.

Àqueles que aceitaram fornecer as entrevistas que foram utilizadas nesta pesquisa.

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

Aos meus colegas no núcleo de Opinião Pública e Política Externa do CEBRAP, em especial à Maria Herminia e Ivan Fernandes, pelas lições práticas de como pesquisar institucional e coletivamente.

Aos colegas do GPSECC pelo ambiente profícuo de trocas acadêmicas.

À Laura e Carol pelo empenho no coleguismo em relações que se constituíram majoritariamente em ambientes virtuais.

Ao Pedro e ao Francesco pela assistência técnica na reta final dessa dissertação.

Ao José pela cúmplice recíproca durante todo nosso trajeto no mestrado e as convergências futuras.

À Gabriel e Gabriela, por todo o companheirismo, inspiração e o destino compartilhado.

À Thomas e Lara pelo zelo e amizade incondicionais.

Aos meus amigos do Key-Lo, Jan, Sarah, Vito, Luca, Ariel, Carlos, Chiara, Lorena, Iuri, Hugo, Igor, Jana e André por todo o afeto e bons momentos presenciais e virtuais.

À todos os membros da CONF por suas intermitentes e duradouras companhias de mais de uma década.

À Baldi, Beatriz, Artur, Pompeu, Lourenço e Rebeca pelos nossos domingos de confiança.

À Letícia, Heloísa, Raquel, Guilherme, Luiza, Bruna e Isabela pelos encontros esporádicos mas fundamentais.

À Anna, a despeito da divergência de caminho, pelo ponto de origem afetivo.

À Cristina e Domenico por estenderem meus significados do que é ou pode ser uma convivência familiar.

À Giulia pelo imensurável amor e carinho.

À Patrícia, Matheus e Vicente por, apesar de todas dificuldades gravíssimas que passaram nos últimos, nunca faltarem com suporte e sentido.

E, por fim, à Sylvia Gemignani Garcia por todo o zelo, atenção, paciência, compreensão, competência e dedicação durante toda a orientação, mesmo com todas as dificuldades impostas pela convivência não-presencial. Agradeço também por todas as trocas não estritamente acadêmicas, que contribuíram mais para minha formação do que todos os créditos que cursei ou poderia cursar.

**FONSECA, Bruno Castro Dias da. Disposições e filiação epistemológica: diferenças e condicionantes sociais do posicionamento de economistas brasileiros sobre o Teto de Gastos (2020-2022)**

O presente trabalho ambiciona discutir padrões de propriedades sociais implicadas no processo de distinção social entre economistas de grupos epistemológicos diferentes, bem como fornecer insumos para a análise do processo de aquisição das disposições da filiação. Para isso, o recorte do objeto concentra-se no caso do debate ocorrido no Brasil entre 2020 e 2022 sobre o Teto de Gastos. A metodologia adotada neste trabalho é prosopográfica e é dividida em três estratégias de investigação complementares. A primeira estratégia envolve o uso de estatísticas exploratórias e Análise de Correspondências Múltiplas para construir um espaço relacional, destacando propriedades e homologias sociais relevantes. A segunda estratégia consiste na análise comparativa de biografias de representantes exemplares de cada grupo, contextualizando os achados da etapa anterior. Por fim, a terceira etapa consiste na análise de entrevistas de profundidade. Os resultados da primeira e segunda estratégia apontam para a relevância distintiva de fatores como a internacionalização, a trajetória profissional e as instituições de formação, em convergência com a literatura especializada. Em complemento, as entrevistas de profundidade indicam que a dinâmica afetiva do indivíduo é fator de alta relevância no processo de adesão a teorias, na medida em que uma filiação epistemológica pode ser o fator decisivo para a manutenção ou eliminação de um afeto, bem como o ingresso ou saída de uma oportunidade profissional estruturante da carreira do indivíduo. Em outras palavras, a filiação epistemológica produz um mundo para além do teórico, com consequências práticas cotidianas que exigem, inclusive, um compromisso moral com a realidade por ela produzida.

**ABSTRACT**

**FONSECA, Bruno Castro Dias da. Dispositions and Epistemological Affiliation: Differences and Social Determinants of Brazilian Economists' Positions on the Spending Ceiling (2020-2022)**

The present work aims to discuss patterns of social properties implicated in the social distinction process among economists from different epistemological groups, as well as to provide insights for analyzing the process of acquiring affiliation dispositions. To achieve this, the focus of this study is on the case of the debate that took place in Brazil between 2020 and 2022 regarding the Spending Ceiling. The methodology adopted in this work is prosopographic and is divided into three complementary research strategies. The first strategy involves the use of exploratory statistics and Multiple Correspondence Analysis to construct a relational space, highlighting relevant social properties and homologies. The second strategy consists of a comparative analysis of biographies of exemplary representatives from each group, contextualizing the findings from the previous stage. Finally, the third stage involves the analysis of in-depth interviews. The results of the first and second strategies point to the distinctive relevance of factors such as internationalization, professional trajectory, and educational institutions, in line with specialized literature. Additionally, in-depth interviews indicate that the individual's affective dynamics are a highly relevant factor in the process of adhering to theories, as epistemological affiliation can be the decisive factor for maintaining or eliminating an affection, as well as entering or exiting a career-shaping professional opportunity for the individual. In other words, epistemological affiliation produces a world beyond the theoretical, with practical everyday consequences that require, among other things, a moral commitment to the reality it produces.

**TABELA DE ABREVIACOES**

ACM	Análise de Correspondências Múltiplas
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BNDES	Banco nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFIA	Center of European Studies e no Center for International Affairs
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História
CUT	Central Unificada dos Trabalhadores
ECA	Escola de Comunicação e Artes
EESP-FGV	Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FGV-SP	Fundação Getulio Vargas de São Paulo
FGV-RJ	Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LSE	London School of Economics
PT	Partido dos Trabalhadores
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NYU	New York University
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

### Lista de tabelas

Tabela 1 - Tabela de contingência de Publicações em Mídia Impressa Tradicional.....	46
Tabela 2 - Tabela de contingência de Jornais de Economia dos EUA.....	46
Tabela 3 - Tabela de contingência de Jornais de Economia da Europa.....	47
Tabela 4 - Tabela de contingência da variável Jornais de Disciplinas Diferentes e suas modalidades.....	48
Tabela 5 - Tabela de contingência da variável Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmicas e suas modalidades.....	48
Tabela 6 - Tabela de contingência da variável Possui LinkedIn e suas modalidades.....	49
Tabela 7 - Tabela de contingência da variável Possui Lattes e suas modalidades.....	49
Tabela 8 - Tabela de contingência da variável Gênero e suas modalidades.....	49
Tabela 9 - Tabela de contingência da variável Graduação e suas modalidades.....	50
Tabela 10 - Tabela de contingência da variável Pós-graduação e suas modalidades.....	51
Tabela 11 - Tabela de contingência da variável Internacionalização (Internacionalizacão) e suas modalidades.....	52
Tabela 12 - Tabela de contingência da variável Trajetória Profissional (TP) e suas modalidades.....	53
Tabela 13 - Tabela de contingência da variável Área (Area) e suas modalidades.....	54
Tabela 14 - Tabela de contingência da variável Geração da graduação (GG) e suas modalidades.....	55
Tabela 15 - Tabela de contingência da variável da última Pós-graduação realizada (GUP) e suas modalidades.....	55
Tabela 16 - Tabela de contingência da variável Teto e suas modalidades.....	56
Tabela 17 - Tabela de contingência das modalidades da variável Mídia Impressa Tradicional (PMIT) em relação às modalidades da variável Teto.....	57
Tabela 18 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEEUA) em relação às modalidades da variável Teto.....	58
Tabela 19 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEE) em relação às modalidades da variável Teto.....	59
Tabela 20 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Diferentes Disciplinas (PJDD) em relação às modalidades da variável Teto.....	59
Tabela 21 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmica em relação ao Teto.....	60
Tabela 22 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo LinkedIn em relação ao Teto.....	62
Tabela 23 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo Lattes em relação ao Teto.....	63
Tabela 24 - Tabela de contingência das modalidades da variável Gênero em relação ao Teto.....	63
Tabela 25 - Tabela de contingência das modalidades da variável Graduação de economia em relação ao Teto.....	64
Tabela 26 - Tabela de contingência das modalidades da variável pós-graduação stricto sensu de economia em relação ao Teto.....	65
Tabela 27 - Tabela de contingência das modalidades da variável Internacionalização em	

relação ao Teto.....	66
Tabela 28 - Tabela de contingência das modalidades da variável Trajetória Profissional em relação ao Teto.....	67
Tabela 29 - Tabela de contingência das modalidades da variável Área em relação ao Teto.....	68
Tabela 30 - Tabela de contingência das modalidades da variável Geração da Graduação em relação ao Teto.....	69
Tabela 31 - Tabela de contingência das modalidades da variável Geração da última Pós-graduação em relação ao Teto.....	70
Tabela 32 - Tabela com as variáveis com V de Cramer em ordem decrescente.....	71
Tabela 33 - Posição em relação ao teto associada à maior incidência da modalidade das variáveis que tiveram significância estatística na estatística qui-quadrado.....	72
Tabela 34 - Autovalores (eigenvalues) da ACM sem as variáveis de geração e a porcentagem de variância explicada dos 10 primeiros eixos.....	73
Tabela 35 - As 10 modalidades com maior contribuição do primeiro eixo ACM sem gerações.....	77
Tabela 36 - As 10 modalidades com maior contribuição do segundo eixo ACM sem gerações.....	78
Tabela 37 - Comparação entre Leda Paulani e Gustavo.....	79
Tabela 38: dados das entrevistas.....	85

### **Lista de gráficos**

Gráfico 1 - Histograma da porcentagem da variância dos 10 primeiros eixos da ACM sem as variáveis de geração.....	74
Gráfico 2 - Nuvem de modalidades das variáveis da primeira dimensão e segunda dimensões da ACM sem as variáveis de geração.....	75
Gráfico 3 - Biplot da nuvem dos indivíduos e as modalidades das variáveis da primeira e segunda dimensões da ACM sem as variáveis de geração.....	76

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1: Uma abordagem profícua para o estudo dos economistas.....</b>	<b>16</b>
1.1 O ferramental teórico da sociologia relacional de Pierre Bourdieu e os economistas.....	16
1.1.1 Transnacionalização e Institucionalização do ensino de Ciências Econômicas.....	21
1.1.2 Disputas epistemológicas.....	26
1.1.3 Propriedades sociais dos economistas e campos nacionais de ciências econômicas.....	28
1.2 Problema de pesquisa e desenvolvimento teórico-metodológico.....	31
<b>CAPÍTULO 2: O Teto de Gastos.....</b>	<b>35</b>
2.1 O contexto político-social da morte do “velho regime fiscal”.....	36
2.2 O soerguimento do Teto e sua contestação imediata.....	40
2.3 O Teto na pandemia.....	42
<b>CAPÍTULO 3: Três incursões empíricas.....</b>	<b>44</b>
3.1 Análise estatística.....	45
3.2 Duas trajetórias caricatas.....	79
3.2.1 Gustavo Henrique de Barroso Franco.....	80
3.2.2 Leda Maria Paulani.....	81
3.2.3 Comparação dos exemplos.....	83
3.3 Entrevistas de profundidade.....	84
3.3.1 Economista 1.....	93
3.3.2 Economista 2.....	95
3.3.3 Economista 3.....	98
3.3.4 Economista 4.....	100
3.3.5 As entrevistas em relação.....	103
3.4 A resultante das 3 incursões.....	106
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>111</b>
<b>Anexo 1 - Roteiro das Entrevistas.....</b>	<b>118</b>
<b>Anexo 2 - Script de python elaborado para as operações estatísticas da seção empírica.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Longe de serem conceitos metafísicos restritos ao plano das ideias, as teorias científicas possuem consequências práticas na vida de seus correligionários. Em alguma

medida, a adesão a uma teoria pode configurar o horizonte de oportunidades de carreira profissional, ensejar o ingresso a contendas políticas e até mesmo adicionar ou retirar afetos da vida do indivíduo.

Na condição de ciência social, as Ciências Econômicas não possuem um paradigma teórico que seja universalmente reconhecido e legitimado por todos os entusiastas da disciplina. É, por outro lado, uma disciplina amplamente fragmentada por numerosas correntes teóricas que, em alguns casos, partem de premissas epistemologicamente inconciliáveis com as das teorias concorrentes, como, por exemplo, a divergência entre a Teoria do Valor-Trabalho da corrente marxista e a Teoria do Valor Utilidade da corrente neoclássica (Hunt, 2013). Essas divergências epistemológicas promovem clivagens na disciplina não apenas no nível formal-teórico, mas também, inevitavelmente, nos consequentes projetos políticos e morais implicados no âmago de cada corrente teórica (Robinson, 2018).

Na medida em que, na economia, o leque de correntes teóricas é bem amplo e, na maior parte das vezes, conflituoso, a filiação epistemológica a uma ou outra teoria remete a um processo de seleção ativa, em que o indivíduo adere uma escola levando em consideração as outras possibilidades de filiação, ou a um fenômeno de seleção implícita, em que o economista se alinha a uma teoria sem conhecer as teorias rivais. Em ambos os casos, a filiação teórica implica em padrões de alinhamento das disposições sociais dos indivíduos filiados com as diferentes condições simbólicas dos discursos teóricos, as visões de mundo e posições delas decorrentes.

Nesse sentido, o presente trabalho ambiciona discutir padrões de propriedades sociais implicadas no processo de distinção social entre economistas de grupos epistemológicos diferentes, bem como fornecer insumos para a análise do processo de aquisição das disposições da filiação.

É por essa razão que o presente trabalho mobiliza o repertório teórico-conceitual da sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Para essa perspectiva sociológica, as disposições e perspectivas dos agentes são moldadas ao longo de uma trajetória que se inicia no núcleo familiar e é influenciada não-linearmente pelas instituições educacionais de formação, as experiências profissionais e as interações sociais vivenciadas. No entanto, para objetivar esses substratos excessivamente pessoais que são as biografias, é necessário posicioná-las em relação a outras. Dessa forma, uma trajetória adquire significado ao ser situada relacionalmente na estrutura social, concebida como o contexto das relações objetivas entre diversas posições. A partir

dessa estrutura, é possível comparar trajetórias semelhantes e distintas, revelando potenciais fatores sociais que explicam as práticas e visões de mundo de indivíduos e grupos (Bourdieu, 2011).

Para atender as pretensões da investida analítica do presente trabalho, essa dissertação é dividida em 3 capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo tem a função de assentar o objeto de pesquisa no repertório teórico que permitiu sua construção. Assim, a primeira subseção do capítulo consiste na apresentação do ferramental conceitual da sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Em seguida, é explorada uma revisão bibliográfica acerca dos Estudos Sociais dos Economistas, com o intuito de localizar o debate na literatura científica. A última subseção diz respeito explicitamente ao processo de construção do objeto de pesquisa, por meio da exposição das dificuldades e questionamentos implicados na elaboração da pesquisa, bem como suas respectivas soluções.

O segundo capítulo tem o intuito de apresentar o Teto de Gastos - ou o Novo Regime Fiscal. Para tanto, é realizada uma retrospectiva histórica a partir do antigo regime fiscal do final da década de 1990 até os debates de 2020 acerca da manutenção ou derrubada do Teto durante a pandemia. Além disso, também é apresentada a proposta do Novo Regime Fiscal aprovada pelo Congresso em 2016, sua justificativa por parte de seus intelectuais e a crítica de seus rivais.

Por fim, o terceiro capítulo consiste na análise do objeto por meio da realização de uma prosopografia, resultante de 3 estratégias complementares de investigação. A primeira diz respeito ao uso de estatísticas exploratórias e Análise de Correspondências Múltiplas para a construção do espaço relacional e o destaque das propriedades e homologias sociais relevantes. A segunda estratégia consiste na análise comparativa de duas biografias de representantes exemplares de cada um dos grupos, localizando nelas os achados da subseção anterior. Em sequência, a terceira e última etapa apresenta a análise de entrevistas de profundidade realizadas, enfatizando tanto os resultados das subseções anteriores quanto produzindo outras perspectivas possíveis acerca do tema.

## **CAPÍTULO 1: Uma abordagem profícua para o estudo dos economistas**

### **1.1 O ferramental teórico da sociologia relacional de Pierre Bourdieu e os economistas**

A ambição de analisar sistematicamente os possíveis condicionantes sociais das filiações epistemológicas tem como primeira referência teórica-metodológica o repertório analítico-conceitual disposto por Pierre Bourdieu. Tributário do esforço de Émile Durkheim e Marcel Mauss de investigar as origens sociais das categorias cognitivas (Durkheim & Mauss, 1903), assentando, assim, a base existencial do pensamento (Merton, 1970), Bourdieu oferece um instrumental epistemológico capaz de capturar as incidências da estrutura social sobre os agentes sem incorrer nas deficiências analíticas tradicionais dos estruturalismos<sup>1</sup>, em especial o de Lévi-Strauss.

Para tanto, é central o conceito de *habitus*, que consiste no conjunto de sistemas de disposições incorporados pelos indivíduos ao longo de sua trajetória de vida, que operam como princípios geradores de práticas, formas de agir, pensar, julgar, sentir e, principalmente, classificar o mundo (Bourdieu, 2009). O interesse nos modos de agir não se refere apenas às tomadas de posição social, mas também à maneira que o indivíduo controla e conduz seu corpo, bem como a postura fisionômica adotada, de modo que, à luz desse instrumento analítico, a própria constituição corporal dos indivíduos é um suporte para as manifestações de distinções de classe. Deste modo, o conceito opera como uma ferramenta analítica que engloba as dimensões cognitivas, normativas e corpóreo-afetivas dos agentes (Bourdieu, 2011, p. 81). Nas palavras do autor, o *habitus* é:

[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente por estes resultados. (Bourdieu, 1983, p. 65)

---

<sup>1</sup> O estruturalismo de Lévi-Strauss é uma corrente teórica que busca compreender os fenômenos sociais a partir de suas estruturas subjacentes, enfatizando a análise de relações binárias e de oposições. Contudo, ao reduzir a complexidade das sociedades e culturas a essas estruturas e oposições, o estruturalismo pode negligenciar aspectos mais sutis e multifacetados da vida social, levando a uma compreensão limitada dos fenômenos estudados. Outra crítica frequentemente apontada é a ênfase do estruturalismo em estruturas estáticas, o que pode resultar em uma compreensão limitada das mudanças históricas e das dinâmicas sociais que moldam as sociedades ao longo do tempo. Assim, o estruturalismo muitas vezes ignora as práticas e as relações sociais que dão sentido às categorias e conceitos analisados, nos contextos histórico e político em que as estruturas sociais e culturais emergem (BOURDIEU, 2004).

A partir desta noção, é possível reconhecer nos agentes as influências das socializações que os constituíram sem, no entanto, incorrer em determinismos lineares, uma vez que o conceito tanto reconhece a multiplicidade de processos de socialização quanto concede e enfatiza a capacidade de agir dos indivíduos, influenciarem e efetivamente transformarem a composição da estrutura social que os ensejou.

Assim, Bourdieu, almejando um modelo geral para lidar com a heterogeneidade da estrutura social em sociedades complexas como as industriais, trabalha o conceito de *campo*, sendo estes microcosmos sociais de forças e lutas, com autonomias relativas em graus diferentes, lógicas próprias de competição e hierarquização específicas dos participantes. Desse modo, a estrutura social tomaria forma a partir de uma plethora de campos, cada qual com *habitus* e padrões distintos de incidência de seus respectivos feixes de socialização nos indivíduos que neles transitam, assim incutindo tacitamente padrões de práticas e de ordenamento do mundo. Os participantes do campo, por sua vez, possuem capacidade de atuar sobre a estruturação daquilo que os estrutura, seja reproduzindo-a enquanto disputantes e, conseqüentemente, reforçando a estrutura vigente, seja a alterando, caso acumulem, a partir do triunfo no certame, os recursos, os capitais que a lógica do campo valoriza e que concedem autoridade aos seus detentores.

O conceito de capital, por sua vez, é uma das noções importadas do campo da economia<sup>2</sup>, carregando assim a ideia de recurso, de patrimônio, bem como as de investimento e de apropriação desigual de produto de trabalho, contudo, sem qualquer a priori utilitarista.

Deste modo, Bourdieu expande o uso do conceito para aplicações extra-econômicas, cunhando categorias como *capital social* e *capital cultural*. A primeira categoria diz respeito ao conjunto de recursos sociais que estão disponíveis para um indivíduo ou grupo por meio das relações sociais às quais ele tem acesso. Esses recursos sociais incluem conexões, contatos, informações e outras vantagens que podem ser obtidas por meio da participação em grupos sociais, como família, amigos, colegas de trabalho, associações ou clubes, entre outros (Bourdieu, 1980). Já a segunda categoria, *capital cultural*, segundo Bourdieu, refere-se ao conjunto de conhecimentos e

---

<sup>2</sup> Outras noções, como a de mercado, investimento e economia das trocas simbólicas também fazem-se presentes. Como mostra, por exemplo, Laval (2020), tendo em vista criticar o economicismo, Bourdieu adota o léxico da economia em análises dos campos de produção de bens simbólicos para revelar a economia como "a verdade reprimida do simbólico", reconstruindo historicamente as condições e interesses materiais e simbólicos que tornaram possível a constituição desses campos relativamente autônomos.

indicadores desses conhecimentos detidos pelo indivíduo. Nesse sentido, esse capital pode se manifestar de três maneiras: pela via incorporada, por meio do conhecimento adquirido pelo indivíduo, a saber, suas habilidades técnicas, seu repertório cultural, sua erudição; pelas suas produções culturais possuídas, como pinturas, obras, máquinas, livros, entre outros bens culturais; pela via institucional, a partir dos diplomas, títulos e certificados do indivíduo (Bourdieu, 1979). Bourdieu também mobiliza o conceito de *capital simbólico*, referindo-se aos recursos particulares, legítimos e constitutivos de cada campo, variando conforme a morfologia lógico-semântica específica desses microcosmos. Por exemplo, no campo científico um capital simbólico atuante é o capital científico, que pode ser mensurado a partir de publicações relevantes, de recompensas de mérito científico, títulos acadêmicos e outros indicadores que representam o reconhecimento e valorização do pesquisador pelos seus pares da comunidade científica (Bourdieu, 2004). Nesse sentido, os capitais são os elementos basilares da estruturação e hierarquização dos campos, possuindo assim arranjos e disposições variadas conforme o contexto social, histórico e político.

Na medida em que campos distintos podem operar a partir de lógicas e capitais distintos, o autor enseja uma economia das trocas nesses microcosmos ao analisá-los em perspectiva relacional (Bourdieu, 2006). Os campos não existem de forma isolada, mas estão interconectados e influenciam uns aos outros. Como mencionado anteriormente, os campos possuem autonomia relativa. Em outras palavras, são regidos por regras, valores e lógicas próprias mas são também influenciados por outros campos em algum grau, na medida que a autonomia obtida jamais dissocia o campo do espaço social. Assim, quando um agente de um campo social interage com outro campo social, sua percepção e comportamento são refletidos e transformados pela lógica do novo campo.

Esses três conceitos chaves de Bourdieu, a saber, habitus, campo e capital, a partir de suas complementaridades recíprocas, ensejam uma teoria social que pretende superar a dicotomia entre agência e estrutura ao impor uma dependência mútua entre ambos os polos, possibilitando uma teoria da prática dinâmica e isenta de determinismos lineares. A estrutura determina o horizonte de possibilidades das formas de agir, pensar e sentir, que, por sua vez, reproduzem ou transformam as estruturas. A teoria não apenas aponta para o papel fundamental da contextualização histórica, mas, através do conceito de habitus, também reconhece a "intencionalidade não intencional" como uma maneira específica de ir além da dicotomia entre estrutura e prática. Um

habitus particular torna mais provável que um indivíduo aja, perceba e pense de acordo com as regras do campo, onde, por isso, as jogadas lhe parecem "naturais".

A sociologia da educação, principalmente a partir da contribuição de Pierre Bourdieu no século XX, destacou, com sucesso, o papel dos sistemas institucionais de ensino na reprodução da ordem social (Bourdieu & Passeron, 1970; Bourdieu, 1996; 2005). Na medida em que esses sistemas conferem certificações, títulos e diplomas, produzem mecanismos de distinção social que possibilitam que grupos sociais específicos se apropriem legitimamente de posições de poder na sociedade (Bourdieu, 1996).

Nas sociedades ditas igualitárias o capital cultural joga papel decisivo na reprodução das desigualdades, com a legitimidade que lhes confere a doutrina do mérito escolar de cada indivíduo (Bourdieu, 1970). As certificações concedidas nesse sistema e responsáveis pela legitimidade das posições ocupadas pelos seus detentores operam como recompensas pelo êxito individual no jogo escolar. Contudo, as regras, as condições, os valores, os direcionamentos e, enfim, os conteúdos implicados nessa trajetória escolar são determinados pelos grupos dominantes, ensejando que as trajetórias de sucesso tendam a ser dos agentes que previamente integram essas partições sociais e daqueles que virão a reproduzir as formas de organização da realidade tacitamente advogadas por esse sistema educacional (Bourdieu, 1970). Portanto, esse sistema opera simultaneamente como mecanismo de exclusão, na medida em que reprova e interdita aqueles desalinhados com as regras do jogo escolar (ou seja, sem familiaridade com a cultura erudita que a escola adota como parâmetro universal); de reprodução social pela violência simbólica (ou seja, pela inculcação das categorias de percepção e cognição dominantes); e de legitimação dos eleitos. Assim, os sistemas institucionais de ensino são cruciais para a produção de distinções sociais e a reprodução da ordem social, por outorgar socialmente tanto a superioridade de alguns grupos quanto a subalternidade de outros (Bourdieu, 1970).

O reconhecimento dos sistemas institucionais de ensino como espaços de reprodução da ordem social, na medida em que tendem a incutir nos indivíduos práticas, costumes, posicionamentos morais e, principalmente, as próprias categorias cognitivas que ordenam a realidade (Bourdieu, 1996; 2005), confere amplitude sociológica ao estudo das profissões e das profissionalizações – principalmente dos quadros técnicos superiores, que ocupam posições de poder na sociedade. Com a crescente relevância social conferida pelas sociedades modernas à técnica e à racionalização, bem como com

o aumento da frequência das intervenções de Estados em suas economias, a profissão dos economistas tem angariado progressivo destaque e legitimidade desde o século XX (Lebaron, 2000).

Principalmente a partir da Grande Depressão, os estados-nação, em especial os Estados Unidos, passaram a tratar a economia nacional como um todo agregado, a macroeconomia (Polany, 2000, Loureiro, 1997). Inicialmente encarregados do planejamento de planos de industrialização, sistemas de controles de preços, o orçamento público e, posteriormente, liberalizações comerciais e privatizações, os economistas passaram a ser cada vez mais demandados pelos governos (Fourcade, 2004). Comumente concebidos como quadros exclusivamente técnicos e científicos, esses profissionais tendem, cada vez mais, a ocupar cargos de poder, atuando como os principais formuladores de políticas públicas e ações governamentais, tomando gradativamente a posição ocupada pelos advogados durante o século XIX e no começo do século XX, que passam a ser vistos, então, como ensaísticos e excessivamente políticos, justamente pela falta de apego científico de sua disciplina (Le Van, 2004), então incompatível com os critérios de aquisição de legitimidade da modernidade, caracterizada pela autoridade racional-legal (Weber, 2004).

Há, assim, um profundo aumento da relevância da economia em todos os domínios da sociedade, seja o Estado, seja o mercado ou a ciência. Nesse sentido, a ambição de tomar essa profissão, seus profissionais e seus discursos como objetos de pesquisa enseja caminhos analíticos profícuos e fundamentais para a compreensão das morfologias gerais da sociedade contemporânea. É sob essa perspectiva que a literatura de Estudos Sociais dos Economistas<sup>3</sup> tem empreendido vultosa produção nos últimos 40 anos, envolvendo pesquisas conduzidas no âmbito de diversos campos disciplinares, como Sociologia, Antropologia, História, Economia, entre outras arenas das ciências humanas, como será apresentado na seção seguinte (1.1.1).

Com o intuito de organizar a discussão, o presente trabalho propõe uma sistematização da literatura em 3 macro eixos. Assim, esta proposta elege os temas mais frequentes na produção nacional e internacional dos Estudos Sociais dos Economistas como critério de classificação, sendo estes: *Institucionalização e transnacionalização*

---

<sup>3</sup> O presente trabalho mobiliza essa alcunha para se referir à literatura acerca dos estudos da economia ao invés do já consagrado “sociologia dos economistas” porque parte significativa dos trabalhos revisados advém de disciplinas diferentes das ciências sociais, como antropologia, ciência política e economia.

*do ensino de Ciências Econômicas; Propriedades sociais dos economistas e campos nacionais de ciências econômicas; Disputas epistemológicas.*

As obras mencionadas sob cada alcunha, por sua vez, não têm suas contribuições limitadas ao eixo bibliográfico em que foram individualmente alocadas. As literaturas da Estudos Sociais dos Economistas tendem a versar sobre diversos eixos simultaneamente, de modo que toda contribuição teórica reflete sobre produções de eixos distintos. No entanto, a alocação de obras de objetos múltiplos sob alcunhas singulares se justifica pela avaliação de que a categoria em que elas foram alocadas é, de fato, o principal tema a que o trabalho em questão contribui.

### **1.1.1 Transnacionalização e Institucionalização do ensino de Ciências Econômicas**

O economista, diferentemente de outros profissionais que têm os contornos da sua atuação profundamente determinados pela sua tradição disciplinar nacional – como o Direito (Bourdieu, 2015) –, é um quadro técnico cujo conhecimento especializado está constantemente emergindo em um “mercado internacional de conhecimento”, no qual os participantes efetuam transações teóricas e de confirmações empíricas em suas respectivas realidades nacionais. O trabalho de Yves Dezalay e Bryant Garth (2002) descreve essa dinâmica internacional, demonstrando como os economistas de países do hemisfério norte – em especial os Estados Unidos – confeccionam teorias econômicas que tendem a ser exportadas para outras realidades nacionais, angariando prestígio científico tanto à teoria quanto àqueles que a exportam. Na outra ponta desse sistema, os economistas correligionários que importam as teorias de credibilidade internacional angariam para si prestígio científico em seu contexto nacional e, conseqüentemente, autoridade política para definir e implementar políticas públicas derivadas dessas teorias econômicas internacionais. Ao aplicarem as teorias importadas em seus respectivos países, esses correligionários oferecem validação empírica a esses conhecimentos, concedendo prestígio científico tanto às teorias quanto aos seus exportadores, realimentando esse sistema cíclico de consagração científica e poder político.

Nesse sentido, o mercado internacional de conhecimento econômico suscita uma crescente internacionalização da profissão do economista e, conseqüentemente, da sua formação. Sob essa perspectiva, Marion Fourcade (2006) advoga que, embora essa dinâmica de internacionalização seja a principal tendência da profissão a partir da Segunda Guerra e do avanço da globalização das economias, o principal determinante

da hierarquização dos campos nacionais de ciências econômicas são os governos nacionais. Ou seja, a esfera internacional não elimina a nacional – noção compartilhada também por Dezalay e Garth (2002). A facção política que detém o Estado pode fornecer maior prestígio e legitimidade científica e política a quaisquer escolas econômicas, ao escolher como quadros técnicos da máquina pública economistas correligionários e implementar políticas públicas derivadas dessas tradições teóricas. Contudo, a autora reconhece que os próprios Estados nacionais são pressionados pelo sistema financeiro internacional, suas instituições e, enfim, a própria globalização do sistema capitalista, a escolher as escolas econômicas alinhadas ao padrão internacional da profissão, que é majoritariamente norte-americano.

No Brasil, Sofia Albuquerque (2019) buscou sistematizar as manifestações do processo de internacionalização da profissão nas pós-graduações de economia no Brasil, avaliando as redes de circulação de seus docentes. Essa pesquisa demonstra que os centros universitários com o maior grau de internacionalização são aqueles que estão alinhados às escolas teóricas econômicas voltadas ao *mainstream* da disciplina, sendo estes também os centros mais bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tomam a internacionalização como importante critério de pontuação em suas avaliações periódicas. Assim, os centros que propagam escolas teóricas que contestam o padrão científico internacional são os menos internacionalizados e, conseqüentemente, prejudicam-se nos sistemas de ranqueamento (DEQUECH, 2018), angariando menos recursos do Estado. Na esteira dessa perspectiva e inspirado no trabalho de Albuquerque (2019), Francisco Marques (2022) problematiza essa exacerbada intenção institucional de alinhamento científico com os padrões internacionais norte-americanos, apontando que tal dependência epistemológica acaba por negligenciar os temas, problemas, questões e métodos nacionais.

A história da institucionalização das Ciências Econômicas é diferente em cada país. Além desta pletera de trajetórias históricas percorridas em contextos nacionais diferentes, o caráter internacionalizado e a relevância política da disciplina suscitam que mesmo centros já institucionalizados sejam constantemente reformulados (Godechot, 2011). Por essa razão, as investigações acerca dos processos nacionais de institucionalização da formação em Ciências Econômicas consistem numa vasta agenda de pesquisa dentro da área dos Estudos Sociais dos Economistas.

Nesse tema, Marion Fourcade (2009a) apresentou, em perspectiva comparativa, os processos de institucionalização das Ciências Econômicas na França, no Reino

Unido e nos Estados Unidos. Seu trabalho argumenta que a resultante de cada processo de institucionalização nacional não depende meramente dos desenvolvimentos internos ao discurso científico da disciplina, mas também do contexto político doméstico e internacional relacionado ao país. Assim, episódios históricos como a crise dos anos 1930 e as grandes guerras do século XX desempenharam um papel fundamental no redesenho da prática científica da disciplina, na medida em que ensejaram novas demandas teóricas e oportunidades empíricas e contestaram os paradigmas epistemológicos que tiveram suas insuficiências explicativas elaboradas pela comoção social e a reorganização política dela advinda.

O pós-Segunda Guerra e a disputa geopolítica pela hegemonia internacional, por exemplo, marcaram um novo padrão de institucionalização da disciplina. Segundo Frédéric Lebaron (2012), após a Segunda Guerra mundial, o prestígio internacional angariado pelos Estados Unidos como economia capitalista modelar suscitou alta valorização dos seus economistas e da sua ciência econômica, vistos como peças fundamentais para a reprodução do seu sucesso econômico. Nesse sentido, a exportação da ciência econômica norte-americana, voltada a modelos de mercado – em oposição aos modelos de planificação da ciência econômica soviética – operou como estratégia geopolítica, com o intuito de expandir a influência norte-americana nos países aliados ou neutros. Assim, nasceu a tendência pela “norte-americanização” das ciências econômicas das nações, que se deu por disputas internas da disciplina alimentadas por financiamento científico-institucional de institutos, tal como feito pela Fundação Ford, resultando na hegemonia das escolas teóricas do *mainstream* norte-americano perante àquelas que discordavam de suas premissas teóricas, recomendações políticas e posicionamentos morais.

No Brasil, há profícua literatura analisando a influência da Fundação Ford na configuração de diversas disciplinas (por exemplo, Miceli, 1993; Canedo, 2009; Fernandez & Suprinyak, 2018). A atuação inicial da Fundação no país prezava pelo financiamento intensivo da formação de quadros técnicos voltados para o desenvolvimento econômico da região. Sendo assim, os primeiros aportes de recursos voltaram-se, em primeiro plano, à consolidação de especialistas nos campos de Economia e Administração pública e empresarial e, secundariamente, Agronomia e Engenharia. Esses incentivos inaugurais se deram tanto na forma de bolsas para os estudantes latino-americanos cursarem universidades norte-americanas quanto em financiamentos diretos às universidades e centros de pesquisa latino-americanos. O

apoio financeiro e institucional à formação de cientistas sociais – economistas, principalmente – no Brasil foi prioritário (Miceli, 1993). O principal ativo dos incentivos era, por excelência, o *know-how* norte-americano. As teorias em voga nas ciências sociais americanas pressupunham-se universais, funcionais em qualquer parte do mundo e, portanto, facilmente cambiáveis no mercado internacional de conhecimento.

Além do conhecimento importado, a incursão latina nesses mercados angariou, também, os critérios de mensuração e avaliação norte-americanos para avaliação de desempenho científico (Miceli, 1993). Durante seus anos mais ativos de atuação no Brasil, entre 1962 e 1990, a Fundação Ford contribuiu na consolidação de numerosas iniciativas acadêmicas que reconfiguraram o campo das ciências sociais. De relance, vale mencionar: o Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), o programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, o departamento de ciências econômicas da PUC-RIO, entre outros (MICELI, 1993).

Oliver Godechot (2011) descreve um exemplo empírico do processo de transformação de centros de Ciências Econômicas segundo a padronização internacional, ao analisar a instalação de um curso de economia marcadamente *mainstream* na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), centro universitário multidisciplinar francês. Ao avaliar a composição das bancas de defesa das teses e de contratação de docentes de economia da instituição do período entre 1960 e 2005, o autor retrata um processo de homogeneização dos convidados de cientistas sociais de áreas diversas em direção ao convite apenas de economistas do *mainstream*. Em sua pesquisa, o autor mostra como fatores como o envelhecimento de economistas de escolas teóricas de baixa reprodução e o uso, por parte dos economistas *mainstream*, do capital internacional para legitimar a oposição às práticas multidisciplinares da *École* tendeu a, progressivamente, transformar a instituição em uma reprodutora do *mainstream*. A pesquisa, ao se debruçar sobre o sistema de votação interno da instituição para a escolha de novos docentes, dando destaque às negociações e às coligações, também é exímia em demonstrar como as disputas científicas são arenas de disputas políticas.

Mobilizando uma estratégia investigativa semelhante, Francisco Marques analisa as disputas internas do campo de economistas acerca da definição do que é e o que não é economia – e, conseqüentemente, quem é e quem não é economista. Para tanto, por meio da composição das bancas de teses e dissertações, avalia as redes de relação das pós-graduações da PUC-Rio e da FGV-Rio, de um lado, e da UFRJ e da Unicamp, de outro. O autor conclui que há uma cristalizada clivagem entre os pólos de heterodoxia e ortodoxia na composição das bancas, na medida em que os convidados para as bancas são sempre correligionários do mesmo pólo epistemológico e essa distinção se manifesta também no perfil dos cientistas sociais convidados, uma vez que o pólo *mainstream* compõe bancas apenas com economistas e o outro pólo aceita cientistas de outras áreas das humanidades, permitindo que os objetos científicos dos economistas, bem como a chancela de sua formação, sejam partilhados entre profissionais sem formação formal em ciências econômicas.

Os trabalhos revisados nesta seção apontam para a relevância da relação entre nacional e internacional na profissionalização do economista, enfatizando tanto as pressões advindas do campo científico econômico internacional e das instituições financeiras multilaterais quanto os modos pelos quais os campos científicos-institucionais nacionais se conformam nesse processo. Essa literatura também demonstra que essa internacionalização é valorizada de maneira assimétrica, concentrando o prestígio nas universidades do exterior filiadas ao *mainstream* do campo, sendo, na maior parte das vezes, instituições norte-americanas.

Para o presente trabalho, essas contribuições nos chamam a atenção para a relevância da internacionalização na trajetória profissional dos economistas entrevistados, presente diretamente em etapas de formação realizadas no exterior, quanto indiretamente em instituições nacionais internacionalizadas. Nesse sentido, numa evidente assimetria da relação entre nacional e estrangeiro, em que a balança de força pesa para a segunda parte, angariar *expertise* internacional opera como um capital distintivo no campo nacional dos economistas, sendo um critério relevante de hierarquização. Contudo, na medida em que agentes com mais internacionalização – essa sendo sinônimo, na maior parte das vezes, de filiação ao *mainstream* – gozam de maior acesso a cargos no Estado e na própria Academia, a filiação epistemológica a

teorias do *mainstream* oferece mais oportunidades profissionais do que a adesão a teorias heterodoxas<sup>4</sup>.

### 1.1.2 Disputas epistemológicas

O discurso econômico não se limita a tópicos como a produção, a riqueza, a distribuição de recursos e a outras questões tradicionais da economia. Ao recortar e reduzir a realidade às categorias como “preço”, “oferta”, “demanda”, “equilíbrio” e outros conceitos que ambicionam quantificar o mundo para então o mensurar e modelar, a retórica econômica detém uma maleabilidade que a capacita acessar – ou “invadir” – outros domínios científicos e, principalmente, domínios sociais cujos sentidos não eram formalmente disputados por economistas, situação que passa a se alterar após o final da Segunda Guerra e a então crescente importância adquirida por esses profissionais (Lebaron, 2012).

As Ciências Econômicas, principalmente as correntes do *mainstream*, reivindicam-se como a ciência social mais precisa e capaz de explicar a realidade, tanto por conta do seu uso intensivo da formalização matemática, quanto por mobilizar uma metodologia que mais se aproxima da física, uma vez que “produz implicações refutáveis e testa essas implicações usando técnicas estatísticas sólidas” (Lazear, 2006, p. 96). Essa suposta posição privilegiada frente a outras áreas das ciências sociais, embora contestada por diversas frentes das humanidades, tende a ser consagrada pela sociedade e pelo governo, operando como “senso comum” (Fourcade, 2015).

Uma abordagem de grande contribuição para este eixo temático e para os Estudos Sociais dos Economistas como um todo é aquela que enfatiza o papel *performativo* do discurso econômico (Mackenzie & Minueza, 2007). A noção de performatividade<sup>5</sup>, por sua vez, diz respeito aos mecanismos, artefatos e discursos efetivamente responsáveis pela formulação e ordenamento das percepções, a construção social da realidade. Segundo essa literatura, o discurso econômico excederia o papel meramente descritivo que advoga ter, atuando então no domínio do normativo e organizando a realidade segundo sua “descrição”. Assim, o ingresso dos economistas e de suas teorias em

---

<sup>4</sup> Não insinua-se, no entanto, que o processo de filiação epistemológica é um processo em que o interesse racional – aqui materializado em oportunidades profissionais – seja a única, ou a principal, variável explicativa.

<sup>5</sup> Há um trabalho incontornável sobre essa noção, de Marie France Garcia-Parpet (2003), acerca da construção social de um mercado perfeito. Analisando um mercado de morangos etnograficamente, a autora descreve o papel crucial das ideias acerca de como deve ser um mercado perfeito para ensejar que indivíduos e artefatos o produzam.

outros espaços da vida social imputa profundas mudanças a esses fenômenos, tendendo a modelá-los progressivamente como objetos definidos pelos contornos prescritos pelo discurso econômico.

Ana Maria Almeida (2008), por exemplo, demonstra como a elaboração e difusão do conceito de “capital humano” permitiu que a educação se formalizasse como um objeto de pesquisa dos economistas e os elegeisse como os principais autores de políticas públicas voltadas para essa área. Klink et al. (2019), por sua vez, analisam o processo de financeirização do regime de saneamento básico na cidade de São Paulo a partir do ingresso de métricas voltadas ao desempenho financeiro da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), derivadas da Teoria dos Mercados Eficientes de Eugene Flama. Em ambos os trabalhos, os autores descrevem casos em que a ciência econômica, a partir do desenvolvimento de novas teorias, tomou para si como objeto problemas sociais característicos de outras tradições disciplinares, bem como conquistou predileção enquanto epistemologia em relação a essas outras abordagens.

A formulação de novas ideias tem seu sucesso dependente do sucesso de sua disseminação. No caso das ciências econômicas, o exame de seus canais de difusão é por si só um profícuo domínio de estudo, principalmente pelo destacado caráter performativo da retórica econômica. Nesse sentido, debruçando-se sobre a condução da política econômica nacional, o trabalho de Frederico Neiburg (2004) analisa o papel dos economistas na transmissão pedagógica de suas ideias. Comparando a atuação de economistas no governo da Argentina e do Brasil das últimas décadas do século XX, o autor demonstra a importância – a despeito das distinções culturais nacionais – da aparição midiática dos economistas para instruir e orientar a população acerca das políticas econômicas para controlar a inflação. A partir de exposições em jornais impressos, em rádios e na televisão, os economistas de ambos os países atuaram com o intuito de alinhar a expectativa e o comportamento econômico dos indivíduos, ensinando-os acerca de como funcionariam os planos econômicos, as conversões monetárias inéditas, entre outras ideias fundamentais para o bom funcionamento das políticas econômicas.

Essa seção da revisão de literatura denota a capacidade das teorias econômicas ingressarem em domínios de investigação social diversos concedendo, assim, autoridade para os economistas se tornarem quadros técnicos legítimos em temas científicos

distintos dos econômicos<sup>6</sup>. Nesse sentido, essa literatura aponta uma potencialidade de crescimento do campo da ciência econômica em direção a outros campos científicos, garantindo aos economistas uma capilaridade crescente, que pode alterar a morfologia da realidade social das sociedades complexas contemporâneas. Referindo-se aos desdobramentos históricos desse processo na abertura de seu curso de 2000 do *Collège de France*, Bourdieu (2004) declara que toma a ciência como tema do curso porque ela está ameaçada em sua autonomia historicamente conquistada. Essas contribuições são pertinentes ao presente trabalho na medida em que chamam a atenção para a importância de perscrutar na trajetória dos economistas a sua relação com temas de pesquisa de outros campos disciplinares, bem como a atuação desses indivíduos como intelectuais públicos.

### **1.1.3 Propriedades sociais dos economistas e campos nacionais de ciências econômicas**

A participação de economistas no Estado consiste em um dos principais objetos entre as linhas de pesquisa do campo dos Estudos Sociais dos Economistas, enfocando tanto a trajetória coletiva desses profissionais nos governos, quanto as mudanças políticas por eles efetuadas e legitimadas pela ciência econômica. No caso brasileiro, o trabalho de Maria Rita Garcia Loureiro (1997) é seminal nessa perspectiva, onde a pesquisadora analisa a ascensão, a consolidação e as consequências políticas dos economistas como novas elites dirigentes do Estado brasileiro a partir da análise do período entre 1930 e 1996. Marcelo Godoy, Lidiany Barbosa e Daniel Barbosa (2015), por sua vez, descrevem o papel desta e de outras categorias profissionais enquanto quadros dedicados à modernização econômica brasileira. Para além do Brasil, porém com esses mesmos objetivos analíticos, existem os trabalhos de Mariana Heredita (2015) sobre a Argentina, de Sarah Babb (2001) sobre o México e de Frédéric Lebaron (2000) sobre a França. Numa coletânea sobre a atuação dos economistas nas Américas (Montecinos & Markoff, 2009), figuram investigações com essa mesma problematização aplicada a outros países americanos, como a pesquisa de Adolfo Garcé sobre o Uruguai (2009), a de Luis Enciso sobre a Colômbia (2009), a de Verónica

---

<sup>6</sup> Por exemplo, a FEA-USP possui o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Sexualidade, fundado em 2017 e o Centro de Estudos em Religião e Políticas Públicas, inaugurado em 2022. Ambas as organizações são coordenadas e operacionalizadas por economistas, com abordagens técnicas e abordagens desse campo científico, porém com temas e questões tradicionalmente associados às outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Antropologia.

Montecinos sobre o Chile (2009) e o já citado trabalho da Marion Fourcade (2009a) sobre os Estados Unidos.

Ainda nesta chave do estudo da atuação dos economistas no governo, focalizando as propriedades e características desses profissionais enquanto quadros técnico-políticos do Estado, um grupo de pesquisadores ligados ao Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil conduz uma vasta agenda de pesquisa ligada ao estudo dos economistas enquanto burocratas. Por exemplo, uma das pesquisas investiga o perfil dos economistas do Banco Central brasileiro durante os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e demonstra uma predominância de economistas com formações acadêmicas em instituições *mainstream* nas posições de diretoria de política monetária, independentemente do partido no poder (Codato et al., 2016). O mesmo grupo de pesquisadores também analisou as redes de recrutamento dessa instituição financeira entre 1994 e 2016 e uma de suas conclusões aponta a relevância da consideração tanto do *background* acadêmico quanto da trajetória profissional – distinguindo, principalmente, sua atuação tanto no Estado quanto no mercado – do indivíduo para compreender as posições de diretoria ocupadas por ele no banco (Perissinotto et al., 2017).

A dissertação de mestrado de Souza (2009) objetivou examinar quais são os contornos de diferenciação da produção de conhecimento econômico dos cientistas econômicos brasileiros na primeira década do século. A partir da análise das publicações em periódicos de 141 economistas brasileiros, bem como das informações de formação e ocupação profissional disponíveis em seus respectivos currículos Lattes e outras fontes virtuais, o padrão de diferenças encontrado na pesquisa aponta que os métodos e os objetos científicos são os critérios fundamentais de distinção entre os cientistas econômicos brasileiros. A tese de doutorado de Elisa Klüger (2016), por sua vez, a partir da reconstrução da trajetória biográfica de todos os economistas que foram presidentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até o começo dos anos 2000, mapeando tanto suas propriedades sociais quanto suas redes de circulação, ambicionou reconstruir historicamente o campo dos economistas no Brasil. A principal contribuição deste trabalho que, tanto pelo seu complexo objeto quanto pela sua própria dimensão, é atravessado por todos os eixos temáticos dos Estudos Sociais dos Economistas – assim os subsidiando reciprocamente –, é a observação da relevância contemporânea do capital social dos economistas no Brasil para a concretização de seus acessos a cargos de poder, a despeito da crescente

importância que a qualificação técnica tem adquirido. Ainda sob esse atalho analítico de levantamento da trajetória biográfica dos economistas, Klüger (2018) sistematizou as propriedades sociais de Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto e destacou como suas diferenças de socialização, portanto, de trajetória, suscitaram modalidades distintas do exercício do poder.

Embora esses trabalhos que mobilizam o perfil social da burocracia dirigente tenham fornecido profícuas contribuições aos Estudos Sociais dos Economistas como um todo, algumas pesquisas buscam ponderar a capacidade dos dados biográficos do profissional de explicarem por si só as tomadas de posição, como as escolhas por políticas econômicas. Lebaron (2016), numa prosopografia com o perfil social de 312 presidentes de bancos centrais, utilizando como variáveis a formação universitária, a participação em cargos burocráticos e no sistema financeiro, conclui que os dados biográficos são, de fato, profícuos subsídios para compreender o *policy making* desses agentes e ensejar uma categorização de classe desses indivíduos. Enfatiza, no entanto, que essas informações biográficas devem ser analisadas em relação ao contexto social e político a que o indivíduo está submetido. Na esteira dessas considerações, Márcio Silva, por sua vez, em sua tese de doutorado (2017), demonstra como a tomada de posição dos presidentes do Banco Central Brasileiro em relação às mudanças na taxa de juros real, entre 1995 e 2016, possui paralelismos com a emergência de cenas de escândalos morais no contexto político, ensejando, por exemplo, episódios de políticas monetárias *hawkish*<sup>7</sup> conduzidas por governos com inclinações a realizar políticas mais *dovish*<sup>8</sup>.

A revisão bibliográfica desta seção é crucial contribuição para o presente trabalho, na medida em que enfatiza a relevância dos dados biográficos e da análise de trajetória para compreender os padrões de tomada de posição dos economistas ao mesmo tempo em que aprofunda e complexifica o entendimento dos processos nos quais esses fatores atuam. Tratam-se de questões a serem enfrentadas no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. De todo modo, ela parte da construção das trajetórias dos economistas investigados, desde a socialização familiar, seus percursos escolares e de formação e atuação profissional até seus gostos, tendo sempre em vista o entendimento das

---

<sup>7</sup> A abordagem *hawkish* é mais voltada para a contenção da inflação e a manutenção da estabilidade econômica tendo como medida típica o aumento das taxas de juros para desencorajar o consumo e o investimento, reduzindo assim a pressão inflacionária.

<sup>8</sup> A abordagem *dovish* é mais orientada para o estímulo econômico, especialmente em momentos de desaceleração econômica ou recessão, tendo como medida típica o aumento dos gastos do governo e a redução das taxas de juros para tornar o crédito mais acessível, incentivando o consumo e o investimento.

dinâmicas de conformação de padrões de percepção e cognição do mundo que poderiam explicar suas tomadas de posição teóricas.

## **1.2 Problema de pesquisa e desenvolvimento teórico-metodológico**

A partir da revisão bibliográfica esboçada na seção anterior e tomando como inspirações centrais os trabalhos de Sousa (2009) e Klüger (2016) por conta da afinidade metodológica e teórica<sup>9</sup>, esta pesquisa ambiciona investigar tanto quais são os processos de socialização implicados na adesão às correntes epistemológicas da Ciência Econômicas no Brasil atual quanto propriedades de distinção setores do campo. Esta proposta, por sua vez, fundamenta-se no diagnóstico de que, embora a literatura dos Estudos Sociais dos Economistas mobilize frequentemente dados biográficos e Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) para exaltar propriedades sociais e padrão de distinção de economistas, há uma lacuna no que diz respeito a pesquisas que investiguem o modo pelo qual as trajetórias e as propriedades sociais dos economistas influenciam suas crenças teóricas.

Com o intuito de observar e sistematizar as propriedades sociais de distinção e instâncias de socialização responsáveis pelas filiações, a presente pesquisa adotou como caminho metodológico principal a análise prosopográfica de economistas formados na graduação. A razão da escolha por esse nível formal de qualificação se deve ao reconhecimento de que esse estágio de profissionalização enseja algum grau de reflexividade acerca das clivagens de seu campo disciplinar, bem como é, em si mesmo, um relevante processo de socialização para filiação epistemológica (Dezalay, 2002). Contudo, o processo em si de seleção de quais economistas seriam analisados foi objeto de problematizações teóricas.

Nos estágios iniciais da presente pesquisa, o critério que delimitou a seleção dos economistas que teriam seus dados biográficos coletados foi a presença no quadro docente de algum dos principais centros de ciência econômica paulistas, a saber, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses centros, por sua vez, segundo a literatura recente que versa sobre a institucionalização da ciência econômica no Brasil

---

<sup>9</sup> Ambos os trabalhos, embora com interesses distintos, empregaram o uso de dados biográficos dos economistas, tratados por ACM, dando centralidade à sociologia relacional de Pierre Bourdieu.

(Albuquerque, 2019; Dequech, 2018), consistem em faculdades que possuem posições caricatas no campo da disciplina: o Instituto de Economia da Unicamp seria uma das principais plataformas da ciência econômica dita “heterodoxa” no Brasil, com predomínio de docentes e referências adeptos do estruturalismo latino-americano, marxismo, institucionalismo ou versões do keynesianismo e agendas de pesquisas concentradas em temas de macroeconomia, história econômica e história das ideias econômicas, enquanto a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV) seria um dos centros de excelência da ciência econômica “ortodoxa” ou “mainstream”, com docentes e pesquisadores voltados para agendas de pesquisa em microeconomia aplicada, macroeconomia novo-keynesiana e finanças. A Faculdade de Economia da USP, por fim, operaria como um espaço epistemologicamente mais plural que os outros dois centros, acomodando linhas de pesquisa em todos os temas e abordagens citados, embora seu corpo docente tenda majoritariamente para o “mainstream” (Albuquerque, 2019).

Assim, a proficuidade analítica desse recorte inicial, a partir desses centros, consequentemente dependeria da relevância teórica das classificações que o ensejaram. Em outras palavras, as noções de “heterodoxia” e “ortodoxia” (ou “mainstream”), ao operarem como os mecanismos de clivagem e aglutinação que suscitaram a caracterização dessas instituições na literatura especializada, estariam diretamente implicadas na escolha do objeto da presente pesquisa. Essa situação teórico-metodológica se tornou um empecilho para a arquitetura da pesquisa, por duas razões.

A primeira diz respeito à falta de consenso acerca da definição de heterodoxia e ortodoxia pela literatura especializada. Embora de uso recorrente tanto por nativos do campo das Ciências Econômicas quanto por participantes de outras disciplinas científicas, os termos binários “heterodoxo” e “ortodoxo” possuem compreensões heterogêneas pela literatura que busca conceitualiza-los e, principalmente, pelos seus próprios usuários e receptores – como será mais abordado na terceira seção dos resultados. Este par conceitual, que opera como recurso semântico para representar todo o campo de possibilidades teóricas da disciplina de Ciência Econômica, tem em seu cerne a noção de “ortodoxo”, que comumente se refere a pesquisas e pesquisadores que têm como pressupostos os axiomas da escola neoclássica mas não apenas (Marques, 2024), incluindo também as abordagens que concedem centralidade à formalização matemática (Cantu, 2021) ou que são avessas à multidisciplinaridade (Marques, 2024).

A partir dessa delimitação inicial e do uso de uma lógica negativa, a noção de “heterodoxo” define-se pela aglomeração de todas as teorias econômicas que divergem dos postulados ortodoxos, independentemente do grau de suas convergências enquanto participantes do mesmo pólo. Em outras palavras, esse binômio conceitual generalizante tende a simplificar as clivagens do campo da ciência econômica.

A partir dessa constatação, derivou-se a segunda dificuldade teórico-metodológica no desenho da pesquisa: ao utilizar essas duas categorias para classificar homoganeamente as instituições das quais seriam selecionados os economistas a serem analisados se incorre em um alto risco de selecionar economistas a partir de classificações que pouco explicam sua filiação epistemológica ou, ainda mais grave, que se posicionam teoricamente no polo oposto ao da instituição em que se encontram, na medida em que mesmo as principais faculdades de economia do mundo não possuem um quadro acadêmico de filiação teórica completamente homogêneo (Colander, 1990). Assim, selecionar economistas de centros classificados exogenamente ensejava o risco de um desenho de pesquisa intelectualista, com categorias que possivelmente não representavam os analisados, seja por não a reconhecerem, seja por discordarem de suas definições.

Essas duas problemáticas, além de ampliarem a ambição do presente trabalho de contribuir para a discussão acerca das classificações na Ciência Econômica, implodiram a primeira estratégia metodológica da pesquisa. Para contornar essas dificuldades, foram adotadas duas estratégias na pesquisa. A primeira se refere à substituição do binômio conceitual “ortodoxia” e “heterodoxia” pelo binômio “*mainstream*” e “*não-mainstream*” no desenho e na redação da pesquisa. O segundo binômio, apesar de ainda incorrer em aglutinações e simplificações como o primeiro, permite a elaboração de critérios mais objetivos para classificar as instituições, na medida em que a literatura especializada toma por teorias *mainstream* aquelas alinhadas com o padrão científico dominante nos EUA e esse fenômeno é objetivável a partir da mensuração das publicações nas principais revistas de economia norte-americanas (Dequech, 2018; Albuquerque, 2019; Marques, 2024). Essa escolha não implica uma renúncia do binômio “ortodoxia” e “heterodoxia”, que embora não possua uma definição consensual, é amplamente utilizado pelos nativos do campo e essas divergências são objetos secundários da presente investigação.

Contudo, apesar desta ligeira mudança conceitual, ainda permanecia o risco de seleção dos analisados a partir de instituições pré-classificadas. Para contornar o risco

de selecionar economistas a partir de classificações intelectualistas, optou-se por uma coleta daqueles que se posicionaram publicamente em algum debate público central de política econômica, uma vez que as divergências epistemológicas ensejam posicionamentos políticos diferentes (Fontaine, 2014) e as situações de crise política forçam que seus participantes se posicionem objetivamente em relação aos seus adversários (Debry, 2014). Deste modo, os próprios economistas apresentariam a nós sua posição no campo disciplinar, concedendo a possibilidade da realização de uma sociologia compreensiva, sem o ônus de confrontá-los com classificações por eles não consagradas e sem descartar os benefícios analíticos de binômios classificadores como *mainstream* e *não-mainstream*, heterodoxia e ortodoxia<sup>10</sup>.

Após um levantamento dos principais debates públicos acerca de questões econômicas que ganharam a mídia no ano de 2020, concluiu-se que o debate mais profícuo analiticamente seria o que diz respeito ao Teto de Gastos, na medida em que, além da pleora de artigos particulares ao tema, também tem seu protagonismo enquanto pauta pública central, atestado pela sua frequente menção residual em outras controvérsias econômicas, como a do Auxílio Emergencial durante a pandemia, as medidas para reduzir taxa de desemprego, a condução da taxa de juros básicos da economia, entre outras.

Assim, a pesquisa prosseguiu metodologicamente com a reconstrução da história desse debate no Brasil, destacando o desenvolvimento das narrativas rivais e seus episódios de inflexão. As fontes mobilizadas para tal empreendimento, que ambicionou capturar os posicionamentos distintos no debate, foram tanto as principais mídias tradicionais de grande audiência, a saber, os jornais *Valor Econômico*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*, e a revista *Carta Capital*, quanto blogs digitais como o *Brasil 247*, *A Terra é Redonda*, *Revista Fórum*, *Esquerda Online* que, a despeito da sua menor alcance, operam como plataforma para parte dos participantes da discussão<sup>11</sup>, bem como obras da literatura da economia brasileira contemporânea. Os autores desses discursos, quando economistas de formação, foram selecionados para a amostra a ser analisada.

---

<sup>10</sup> Com o recurso de seleção dos economistas a partir de seus posicionamentos acerca de uma temática pública, podemos investigar simultaneamente a adesão às classificações de heterodoxia e ortodoxia, as auto classificações teóricas e seus respectivos posicionamentos políticos.

<sup>11</sup> Essa assimetria entre a dimensão das fontes se deve à assimetria de acesso às mídias tradicionais. Os economistas produtores e reprodutores de discursos vinculados ao *mainstream* possuem maior acesso aos grandes jornais, enquanto os economistas disseminadores de discursos heterodoxos possuem acesso restrito ou condicionado a episódios específicos do contexto político (GRUN, 2018). Dessa forma, para analisar a opinião do segundo polo da controvérsia, se faz necessário recorrer aos blogs menores, enquanto a outra parte pode ser analisada a partir de seus discursos cristalizados nas mídias tradicionais.

Além das diferentes formas de mídia, outras fontes importantes para obtenção do nome dos analisados foram dois manifestos publicados durante o ano de 2020 (abordados em detalhe no capítulo 2), um a favor da manutenção do teto e outro contra sua existência. Ambos os documentos contém listas públicas de seus signatários correligionários que forneceram os nomes de parte significativa da amostra desta pesquisa, que totalizou 76 indivíduos.

Uma vez selecionada a amostra de economistas a serem analisados, a investigação se deu em um processo de análise prosopográfica que contou com 3 estratégias, a saber, o uso de estatística descritiva, qui-quadrado, V de Cramer e de uma ACM para todo o conjunto de indivíduos; a análise comparativa de dois perfis de destaque; e a análise de quatro entrevistas em profundidade. Os pormenores de cada etapa são descritos no capítulo 3 desta dissertação, enfatizando questões como o processo de obtenção dos dados, a razão de escolha das variáveis, bem como uma apresentação das técnicas utilizadas.

No entanto, na medida em que o debate acerca do Teto de Gastos, o chamado “Novo Regime Fiscal”, foi escolhido como temática de referência para analisar o posicionamento dos economistas entrevistados por esta pesquisa, torna-se premente a exploração do conteúdo dessa medida. Nesse sentido, a seção seguinte se dedica à proposição e aprovação da medida, à retrospectiva das principais mudanças do regime fiscal brasileiro desde a Lei da Responsabilidade Fiscal, à contextualização do cenário político-econômico que culminou na aprovação da PEC do Teto e suas mudanças desde então.

## **CAPÍTULO 2: O Teto de Gastos**

A atualmente conhecida como “PEC do Teto” foi enviada ao Congresso Nacional em junho de 2016 pelo Palácio do Planalto do governo interino de Michel Temer, com a chancela do ministro da economia da época, Henrique Meirelles (Martello & Matoso, 2016). Apresentada como PEC 241 na Câmara dos Deputados e aprovada em primeiro turno no dia 10 de outubro de 2016 e no segundo turno no dia 25 do mesmo mês, ela tramitou no Senado Federal como PEC 55, onde também obteve aprovação em dois turnos, em 29 de novembro de 2016 e no dia 13 de dezembro, do mesmo ano, respectivamente. Logo em seguida, no dia 15 de dezembro de 2016 foi então promulgada no Congresso e passou a compor o ordenamento jurídico nacional como Emenda Constitucional nº 95 (Garcia & Caram, 2016).

Em linhas gerais, a justificativa oficial emitida pelos propositores e entusiastas da medida anunciava que a mudança constitucional operaria como dispositivo de controle orçamentário do Estado, limitando os gastos primários<sup>12</sup> da União ao montante do ano fiscal anterior acrescido da inflação, medida pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) (Martello & Matoso, 2016). Essa nova regra fiscal somada às outras regras fiscais presentes na constituição desde 1988 inauguraram o que se convencionou designar midiaticamente de “Novo Regime Fiscal”. Os principais aspectos desse regime serão perscrutados em maior profundidade numa seção vindoura deste mesmo capítulo, mas para tanto se faz necessário uma retrospectiva histórica de alguns dos principais pontos do regime fiscal brasileiro e seus contextos político-econômicos.

### **2.1 O contexto político-social da morte do “velho regime fiscal”**

Um regime fiscal de um país consiste em um conjunto de regras legalmente implementadas que afetam o modo pelo qual o orçamento do Estado é conduzido. Até a promulgação do Teto, em 2016, o regime fiscal brasileiro era composto por 10 regras, sendo algumas delas presentes já na Constituinte de 1988 e outras acrescentadas nas décadas seguintes, embora as mais impactantes na política econômica sejam a Lei da

---

<sup>12</sup> Gastos primários ou gastos não-financeiros dizem respeito às despesas decorrentes da promoção de serviços públicos à sociedade anteriores ao pagamento de empréstimos e financiamentos. Despesas com folha de pagamento, programas sociais, transferências para outros entes públicos e investimentos são exemplos de gastos que compõem essa rubrica.

Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Regra de Ouro (Instituto Fiscal Independente, 2018). Desde sua aprovação, o Teto foi o principal fator determinante do regime fiscal brasileiro.

Como será melhor exposto adiante, parte central do conteúdo do discurso de justificativa da necessidade de implementação do Teto de Gastos é econômica. É possível fragmentar o discurso em três componentes: o montante absoluto da dívida (um dado), sua relação com o PIB (um indicador) e uma problematização acerca das consequências e medidas necessárias para lidar com os componentes anteriores (uma teoria). Na medida em que os dois primeiros componentes operam como fatos consumados e estabelecidos na ciência econômica, ou seja, há um reconhecimento coletivo e unânime acerca da relevância desses dados e de seus respectivos métodos de produção, o espaço semântico em que residiu a guerra cultural e política sobre a necessidade de implementação do Novo Regime Fiscal foi o terceiro componente, enquanto os outros dois componentes operaram como fatos estruturantes do contencioso. Nesse sentido, para compreender o contexto político-econômico que ensejou a concepção, a justificativa e a instalação do Teto de Gastos é profícuo retrospectar a história da economia brasileira desde a aprovação da LRF – “o velho regime fiscal<sup>13</sup>” – , nos anos 2000, na véspera do início dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

No contexto geral da orientação político-econômica pró-ajuste fiscal dos governos de Fernando Henrique Cardoso (Giambiagi et al., 2008), a Lei Complementar Nº 101, denominada como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), foi instaurada no ordenamento jurídico brasileiro a partir da sua promulgação em 4 de maio de 2000<sup>14</sup>. Com o intuito de promover um ajuste fiscal permanente, a LRF fixa limites para despesas com pessoal, para a dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Além disso, segundo a LRF, nenhum governante

---

<sup>13</sup> Mudanças no regime fiscal brasileiro foram frequentes principalmente desde a Constituição da ditadura militar de 1967, o que dificulta a demarcação de “velhos” e “novos” regimes fiscais, dada a recorrência de alterações. A própria LRF, promulgada nos anos 2000, já estava prevista na Constituição de 1988, que também propôs mudanças substantivas no arcabouço fiscal brasileiro. Nesse sentido, recompor a história social dos regimes fiscais brasileiros exigiria um esforço intelectual que foge da ambição de contextualização desta seção. Contudo, vale pontuar, tal empreitada é analiticamente profícuo na medida em que consiste em um atalho investigativo para mapear a morfologia das disputas políticas a respeito do Estado e dos contornos da atividade econômica nacional.

<sup>14</sup> Apesar de aprovada nos anos 2000, ela já estava parcialmente prevista na Constituição de 1988. A ignição da discussão efetiva acerca da temática se deu na reforma administrativa da década de 1990 (AFONSO, 2016).

pode criar uma nova despesa contínua (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes (Senado Federal, 2017).

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, inaugurando o ciclo de governos petistas no executivo federal. Durante seu primeiro governo, com Antonio Palocci à frente do Ministério da Fazenda, Lula empenhou uma política econômica com a maior parte das diretrizes gerais alinhada com as de seu antecessor, a saber, a defesa do ajuste fiscal ambicionando atingir as metas anuais de superávit primário. No entanto, essa política de baixo investimento e geração de postos de trabalho passou a ser questionada por sindicatos, membros do governo, a direção geral do Partido dos Trabalhadores e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), bem como foi um dos eixos de ataque de Geraldo Alckmin na campanha eleitoral de 2006 (Carvalho, 2018).

Endossado por esses grupos de pressão, o governo federal passou, principalmente a partir de 2006, a aumentar expressivamente os investimentos em obras públicas, lançando programas de infraestrutura como o Operação Tapa-Buracos e o Programa para a Aceleração do Crescimento (PAC) (Carvalho, 2018). Se no período de 2003 a 2005 esses investimentos se reduziram 14,7% em média ao ano, entre 2006 e 2010 eles cresceram em média 27,6% ao ano (IBRE, 2022). É importante destacar que esse aumento expressivo nos gastos públicos<sup>15</sup> não provocou, até novembro de 2014, resultado primário negativo<sup>16</sup> e, conseqüentemente, aumento da porcentagem da dívida pública em relação ao PIB (Tesouro Transparente, 2023) e, desde seu discurso de lançamento, foi justificado pelo governo federal como algo alinhado com as diretrizes de estabilidade fiscal (Uol Notícias, 2007).

O PAC foi uma inflexão no regime fiscal brasileiro, tanto econômica quanto semanticamente. Desde 2005, com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI)<sup>17</sup>, que em

---

<sup>15</sup> Além do aumento do empenho orçamentário com investimentos, o governo federal também aumentou os gastos em programas sociais como o Bolsa Família e os bancos públicos abriram linhas de crédito subsidiadas (Carvalho, 2018).

<sup>16</sup> Despesas do governo superiores às receitas.

<sup>17</sup> O Projeto Piloto de Investimento foi uma iniciativa do governo brasileiro em 2005, que teve como objetivo testar novas metodologias e modelos de concessão em projetos de infraestrutura para estimular o investimento privado. Foram selecionados 7 projetos-piloto em diferentes áreas, como portos, rodovias, ferrovias e aeroportos, que serviram como testes para o desenvolvimento de novas formas de parcerias público-privadas e concessões. O projeto foi considerado um marco para o setor de infraestrutura no país e contribuiu para a criação de novos modelos de negócio e aperfeiçoamento da legislação. O PAC foi lançado posteriormente, em 2007, e seguiu a mesma linha de investimentos em infraestrutura, mas com um escopo mais amplo. Foi no PPI, com o intuito de tirar o viés anti-investimento das sugestões fiscais do FMI, que investimentos públicos potencialmente rentáveis adquiriram uma nova metodologia contábil. Esses investimentos passaram a ser classificados como ativos financeiros no balanço patrimonial do governo, e não como despesas (IPEA, 2005).

2007 foi substituído pelo PAC, a União angariou mais graus de liberdades fiscais, na medida em que se tornou possível abater despesas com investimento da base do cálculo do resultado primário. No entanto, quando o segundo governo de Lula começou a utilizar essas prerrogativas legais para justificar seu espaço fiscal, emergiu nos meios de comunicação de massa a retomada da acusação de que o governo estaria incorrendo em “contabilidade criativa”<sup>18</sup> (Estadão, 2009), recurso discursivo que será efusivamente mobilizado nos anos seguintes para justificar tanto o impeachment da presidenta Dilma Rousseff quanto a “retomada da responsabilidade fiscal” por meio da aprovação do Teto de Gastos (Grün, 2018).

Até 2011, o eixo dinâmico da economia brasileira foi o do investimento público que aquecia a demanda do mercado interno, aliado às políticas sociais de distribuição de renda (Carvalho, 2018). Essa estratégia se mantinha viável e profícua politicamente na medida em que não desencadeasse desequilíbrios fiscais.

Com a reeleição de Dilma Rousseff neste mesmo ano, entra em prática uma nova estratégia para a economia nacional. Ao invés de uma economia especialmente voltada ao seu mercado interno, o Brasil deveria seguir o modelo de ascensão asiático e se tornar uma economia com um setor industrial competitivo e voltado para a exportação. Por conta da conjuntura macroeconômica da época, com os juros altos e o real valorizado, que seriam entraves para esse projeto na medida em que o primeiro dificulta os investimentos privados e o segundo aumenta os preços dos produtos brasileiros no exterior, seria necessário um ajuste fiscal e desonerações tributárias. Essa mudança de política econômica nacional foi elaborada, apoiada e consentida tanto pela FIESP quanto pela Central Unificada dos Trabalhadores (CUT), bem como por intelectuais economistas tradicionais no campo nacional, como Luiz Carlos Bresser Pereira (Carvalho, 2018). No entanto, essa nova estratégia não produziu os resultados econômicos almejados e apenas deteriorou a economia nacional e forneceu subsídios semânticos para contestar política e socialmente o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Não interessa a este trabalho discutir extensamente as razões macro e microeconômicas do fracasso absoluto dessa estratégia de política econômica; no entanto, é necessário apresentar os resultados para compreendermos como os atores públicos posteriormente mobilizaram tais dados para justificar seus discursos na

---

<sup>18</sup> Embora o período entre 2009 e 2015 contenha vários episódios de mobilização da metáfora, o conceito já teve utilização no século XX, tanto nacional quanto internacionalmente.

imposição do Teto de Gastos. Nesse sentido, os dados centrais do resultado desse período são o advento dos primeiros resultados primários negativos do governo e o consequente aumento da dívida pública. Ambos fatos econômicos foram fundamentais não apenas para justificar a proposição do Teto de Gastos, mas também a própria abertura do processo de impeachment de Rousseff. A correlação e a velocidade desses processos também oferece subsídios para compreender a morfologia da disputa política nacional. Em retrospectiva, de 2001 até 2014, a gestão econômica do governo do PT, exceto pontualmente no ano da crise do subprime, não teve resultados primários negativos, sendo 2015 o ano dessa inflexão. Ao final do mesmo ano, o processo de impeachment foi iniciado e, já no ano seguinte, o Teto foi aprovado, demonstrando tanto o poder disciplinar do discurso do fiscalismo, bem como a capacidade política de seus entusiastas de imporem sua agenda.

## **2.2 O soerguimento do Teto e sua contestação imediata**

A questão central da elaboração do Teto de Gastos era a ambição de conter “o crescimento persistente da despesa” (Mendes, 2021, p. 16). Por essa razão a medida visou controlar os gastos e não a dívida, vista pelos proponentes da medida como consequência dos gastos<sup>19</sup>. A medida promoveria um ajuste gradual nas contas públicas durante os 10 primeiros anos e poderia ser renovada por mais uma década posteriormente, com duração total de 20 anos. Em 2017, o ano em que a medida entrou em vigor, os limites equivaleram à despesa primária paga em 2016, corrigida em 7,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA é contabilizado no período de 12 meses, encerrado em junho do exercício anterior. Para os exercícios seguintes, o limite seria calculado a partir do valor do limite do exercício anterior. Desse modo, as despesas primárias, autorizadas nas Leis Orçamentárias Anuais e sujeitas ao teto, não poderão, nos exercícios seguintes, exceder o teto proposto no Novo Regime Fiscal. Os poderes e órgãos federais com autonomia orçamentária foram alvos prioritários na PEC. Tendo em vista que a Constituição Federal garante autonomia para que o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública ampliem

---

<sup>19</sup> Para os opositores da medida, o não limite do endividamento significa uma injustiça de classe na emenda, acusando que só a maior parte da população, que se beneficia dos gastos públicos, arca com a austeridade enquanto uma fração ínfima mais abastada teria suas rendas financeiro-especulativas protegidas e incentivadas.

sua folha de pagamento com novas contratações ou aumento de salários e bonificações, o Teto ambicionou instalar limites individuais a cada uma dessas instâncias, de modo que qualquer aumento na folha de pagamento exija compensação em outra parte do próprio orçamento interno. Por fim, as pastas de Saúde e de Educação, que possuem pisos orçamentários delimitados constitucionalmente, passaram a ter seus valores mínimos também ajustados pelo IPCA. Por outro lado, a medida exclui do limite orçamentário gastos eventuais, como os demandados pelas eleições.

Segundo Marcos Mendes (2021), um dos criadores do Teto de Gastos, o Novo Regime Fiscal ambicionou também ostentar simplicidade para que o mercado e a mídia pudessem monitorar com mais facilidade o governo. Nesse sentido, a medida pretendeu ampliar a “disciplina de mercado”, fornecendo um indicador simples e abrangente para pressionar o Estado. Mendes também enfatiza que a necessidade do Teto se deveu à ineficácia das regras fiscais anteriores, incapazes de controlar a trajetória da dívida pública e geradoras de aumento dos gastos públicos por conta de barganhas políticas para seu cumprimento.

Ademais, Mendes (2021) defende que regras fiscais não devam ser procíclicas, como é o caso de todas as leis contidas na LRF, na medida em que atrelam os gastos do Estado a uma porcentagem da receita. Tais regras costumam ser mais permissivas em períodos de bonança e mais restritivas em períodos de recessão, tornando-as mais vulneráveis ao descumprimento “em nome do atendimento das urgências sociais” (p. 9) ou dos gastos correntes adquiridos em períodos de maior receita.

Quando a crise chega, a receita cai e os limites das regras fiscais ficam mais apertados. Daí a despesa de pessoal e a dívida saltam para percentuais da receita acima do limite, exigindo medidas de ajuste durante a recessão. Isso é agravado pelo fato de não haver muito espaço para demitir pessoal e reduzir salários no setor público, o que torna a despesa rígida e intensifica a crise fiscal durante o período de dificuldades econômicas (Mendes, 2021, p. 9).

O economista também aponta que a regra de meta de resultado primário também é pró cíclica, na medida em que a busca por uma meta fixa é dificultada em ciclos econômicos em que a receita foi reduzida, exigindo um esforço contracionista maior por parte do governo em períodos de recessão. Assim, Mendes insinua o caráter inovador do Teto, ao não ser sensível ao ciclo econômico por ser indexado em termos reais (o gasto nominal do ano passado mais a inflação do período) e menos vulnerável a pressões

políticas – segunda característica garantida pela simplicidade e generalidade da medida e a inserção dela na Constituição Federal.

Por fim, para justificar a necessidade da instalação da PEC em 2016, Mendes (2021, p. 11) elenca como argumentos gráficos que explicitam a trajetória crescente do aumento das despesas primárias do governo desde a redemocratização (de 11% do PIB em 1991 para 17% em 2016), o aumento da carga tributária para lidar com essa questão (de 14% do PIB em 1991 para 20% em 2016), a alta posição ocupada pelo Brasil em relação aos outros países quanto ao peso da carga tributária (6º no ranking com 30 países) e o aumento da dívida bruta (de 55% do PIB em 1991 para 67% em 2016).

Durante todo o período de aprovação do Teto até a chegada da pandemia do coronavírus no Brasil em 2020, as críticas dos refratários ao teto se mantiveram as mesmas e com sucesso político institucional praticamente ineficaz. Um dos principais argumentos consistiu no diagnóstico de que a PEC significaria um sufocamento das capacidades estatais de executar políticas públicas e oferecer serviços sociais adequados, tanto por reduzir o orçamento das políticas públicas quanto por reduzir a folha de pagamento da mão de obra do funcionalismo público, afetando tanto a qualidade do trabalho como as contratações. Essa crítica evoca uma ruptura política com o pacto democrático instituído na Constituição de 1988, que estabeleceu diversos direitos e garantias sociais que seriam prejudicados pela restrição orçamentária advinda do Teto.

Outro recurso argumentativo – essencialmente técnico-econômico – por parte da oposição ao Teto consistiu na defesa da expansão da política fiscal como fundamental para o crescimento do país, a redução da desigualdade e a redução da pobreza. O aumento dos investimentos públicos e dos gastos públicos, para esse grupo epistêmico, seriam o motor para retirar a economia brasileira da recessão de 2014. O aumento da dívida pública decorrente dessa expansão não seria um problema por quatro razões: o aumento da produção nacional incorreria em maior arrecadação para o governo; a dívida pública brasileira é majoritariamente em moeda nacional, impossibilitando chance de evasão de capital; a inexistência na literatura da ciência econômica de evidência da existência de algum patamar de dívida/PIB que apresente algum risco de insolvência

estatal<sup>20</sup>; e o investimento privado seria incapaz de aquecer a economia nacional sozinho, inclusive só seria puxado pelo próprio investimento público.

A despeito do ripostar teórico, o Teto foi aprovado no Congresso Nacional em 4 votações sem grandes dificuldades. No entanto, as controvérsias continuaram a seguir suas linhas argumentativas e se aprofundarem no debate público brasileiro conforme a conjuntura nacional e internacional ofereceu janelas semânticas para reedições das formulações.

### **2.3 O Teto na pandemia**

Com o advento da pandemia do COVID-19, o debate acerca do Teto foi reaquecido, uma vez que internacionalmente foi retomada a discussão acerca do papel do Estado na economia. Diversos países adotaram medidas para aumentar os gastos e investimentos com o sistema de saúde, fornecer incentivo e isenções para os produtores e fornecer renda para a população que não a tinha. Assim, durante a pandemia, o Teto de gastos foi flexibilizado no Brasil para permitir que o governo pudesse aumentar os gastos públicos, principalmente com medidas relacionadas ao combate à COVID-19, sem violar a regra fiscal estabelecida pelo Teto. Em dezembro de 2020, o Congresso Nacional aprovou emenda constitucional que autorizou a União a gastar além do limite estabelecido pelo teto em casos de calamidade pública, como a pandemia.

A despeito do consenso no campo dos economistas acerca da necessidade de flexibilizar o Teto em caso de calamidades, no segundo semestre de 2020 os defensores do regime fiscal já haviam se reorganizado para retomarem sua agenda. Em manifesto intitulado “É preciso rebaixar o piso de gastos para que o teto não colapse”, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 16 de agosto do mesmo ano, 96 economistas advogaram a necessidade não apenas da retomada da normalidade do Teto ao final da pandemia, mas a urgência de “quebrar o piso” dos gastos federais para que o Teto não desabe. A metáfora se deve ao diagnóstico desse grupo de que a trajetória crescente dos gastos federais, em especial o previdenciário, já em 2023 restringiria que o Estado executasse adequadamente seu orçamento e portanto era necessário reduzir o mínimo garantido constitucionalmente dessas despesas, a partir de novas emendas constitucionais. Uma das sugestões seria acelerar a tramitação da Emenda 186, que promoveria, entre outras

---

<sup>20</sup> Esses mesmos economistas mobilizam exemplos estrangeiros, como os do Japão, da Grécia e da Itália, com montantes de dívida pública no valor de 224%, 205% e 155%, respectivamente, para insinuar a invalidade empírica desse discurso.

coisas, a possibilidade da redução de 25% da folha de pagamento do funcionalismo público e da sua carga de trabalho. Outras sugestões foram a desvinculação constitucional do orçamento da saúde e da educação ou até mesmo uma nova reforma da previdência<sup>21</sup>.

Ainda, o texto reconhece que a flexibilização do Teto durante a pandemia se fez necessária, mas que só foi possível porque havia sido sinalizada que seria temporária, o que gerou confiança do mercado e não desencadeou aumento dos juros. Caso a flexibilização fosse realizada de maneira indeterminada, ensejaria uma reputação, descredibilizaria o Teto e, conseqüentemente, aumentaria os juros.

Em resposta a esse Manifesto, um grupo de 380 economistas organizados pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED), redigiu o texto intitulado “*Teto de gastos, a âncora da estagnação brasileira e da crise social*” também publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 21 de agosto de 2020. Nesse texto, os autores apontam que a fundação do Teto se originou de um diagnóstico errôneo acerca dos problemas da economia brasileira e da recessão de 2015. Para esse grupo epistêmico, a insistência no Teto foi o responsável pelo baixo crescimento do PIB entre 2015 e 2020, bem como pelo aumento da desigualdade social. Nesse sentido, o texto reproduz, aprofunda e atualiza os dados da mesma argumentação da época da implementação do Teto. Em adição, enfatiza a relevância do impacto histórico da pandemia na atuação do Estado na economia e menciona a importância dos programas de transferência de renda decorrentes desse momento, como o Auxílio Emergencial,<sup>22</sup> e denuncia o desalinhamento dos contornos do debate fiscal brasileiro com o dos países desenvolvidos. Por fim, o texto aponta que o fenômeno de endividamento público é

---

<sup>21</sup> A reforma da previdência foi uma mudança na legislação brasileira que teve como objetivo modificar as regras para a aposentadoria e outros benefícios previdenciários. A reforma foi aprovada em 2019 e trouxe diversas mudanças significativas, tais como o aumento da idade mínima para aposentadoria, tanto para homens como para mulheres, o aumento do tempo de contribuição necessário para ter direito à aposentadoria integral, alterações na forma de cálculo dos benefícios, regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho, entre outras. Essas mudanças foram justificadas na mesma esteira argumentativa do Teto, acerca da necessidade do controle dos gastos e da manutenção do empenho da política pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

<sup>22</sup> O auxílio emergencial foi um programa criado pelo governo brasileiro em 2020 para ajudar a população mais vulnerável a enfrentar os efeitos econômicos da pandemia de COVID-19. Foi um pagamento mensal de um valor fixo para trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEIs) e outros grupos que atendiam aos critérios estabelecidos pelo governo. Inicialmente, o auxílio emergencial tinha valor de R\$ 600 por mês, mas, em setembro de 2020, foi reduzido pelo próprio governo para R\$ 300, sob a justificativa de redução dos gastos públicos (PODER360, 2020). Em 2021, o programa foi retomado devido ao agravamento da pandemia e foram pagas quatro parcelas no valor de R\$ 250 a R\$ 375, dependendo da situação familiar. O auxílio emergencial ajudou milhões de brasileiros a enfrentar a crise econômica causada pela pandemia e foi uma medida importante para garantir a sobrevivência de muitas famílias (O GLOBO, 2021).

global e que o Brasil possui vantagens nesse processo por estar endividado na sua própria moeda e uma porcentagem em relação ao PIB muito inferior a diversos outros países do mundo, como o Japão, os Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha e outras potências.

Nesse episódio das controvérsias acerca do Teto, apesar de sua flexibilização temporária, ele continuou em vigor. No entanto, as críticas tecidas pela ABED foram fundamentais para o episódio seguinte do debate público, aquecido pelas eleições e a terceira vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

### **CAPÍTULO 3: Três incursões empíricas**

Esse capítulo é partilhado entre três estratégias complementares de investigação empírica para a realização de uma prosopografia dos economistas estudados: análises de estatística descritiva aliadas à ACM, análise comparada de duas trajetórias exemplares e análise comparada de quatro entrevistas de profundidade.

No caso, a amostra total do trabalho é composta de 76 indivíduos ( $n = 76$ ), que são economistas que se manifestaram publicamente sobre o Teto de Gastos em 2020. Para tanto, seus dados biográficos foram coletados de fontes disponíveis na Internet, especialmente na Plataforma Lattes, na rede social LinkedIn e em sites institucionais ou pessoais, exceto no caso de quatro indivíduos, em que seus dados foram obtidos também a partir da realização de entrevistas de profundidade.

### 3.1 Análise estatística

Para o momento inicial da realização da prosopografia, a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) foi mobilizada como técnica estatística para a sistematização dos dados (Le Roux and Rouanet, 2010; Bertonecelo, 2022). A ACM é uma técnica estatística multivariada usada para analisar a relação entre duas ou mais variáveis categóricas. Ela é usada para identificar padrões e associações entre variáveis, permitindo que os pesquisadores possam visualizar e explorar a estrutura dos dados. Na ACM, as frequências das categorias de cada variável são organizadas em uma tabela de contingência, em que as linhas representam as categorias de uma variável e as colunas representam as categorias da outra variável (ou variáveis). Em seguida, a tabela de contingência é convertida em uma matriz de coordenadas, que permite que os dados sejam visualizados em um espaço n-dimensional.

No caso da ACM deste trabalho, inicialmente se planejava a utilização de 14 variáveis ativas, com um total de 76 modalidades e 1 variável suplementar, com 2 modalidades. As variáveis ativas supracitadas e suas respectivas quantidades de modalidades são: acesso de publicação em jornais tradicionais (2), publicações em periódicos norte-americanos (2), publicações em jornais de economia da Europa (2), publicações em jornais de outras disciplinas (2), currículo vitae fora de instituições acadêmicas (4), posse de perfil na rede social LinkedIn (2), posse de perfil na plataforma Lattes (2), gênero (2), principal área de atuação (4), trajetória profissional (13), instituição de graduação (14), última instituição de formação *stricto sensu* (9), geração em que concluiu a graduação (9) e geração que concluiu a última pós-graduação (9). A variável suplementar, por sua vez, diz respeito ao posicionamento acerca do Teto de Gastos (2). Dessas variáveis, as que dizem respeito à geração foram retiradas da ACM após os resultados preliminares e os testes estatísticos que mostraram que essas propriedades sociais não contribuíam para a compreensão das homologias do grupo analisado.

A seguir, apresentaremos a tabela de contingência das variáveis ativas e da suplementar, com suas modalidades e suas respectivas frequências, bem como sua justificativa de escolha enquanto representante de propriedade social a ser investigada.

**Tabela 1 - Distribuição das modalidades de Publicações em Mídia Impressa Tradicional**

<b>Publicações em Mídia Impressa Tradicional (PMIT)</b>	<b>N. Absoluto</b>	<b>Frequência</b>
Não publica em Mídia Impressa Tradicional (n_PMIT)	43	56%
Publica em Mídia Impressa Tradicional (s_PMIT)	33	44%

A escolha dessa variável se deu pelo reconhecimento da literatura acerca do papel dos economistas e do jornalismo econômico em influenciar na política econômica (Pedroso Neto & Undurraga, 2017; Grün, 2009), especialmente dos economistas filiados ao *mainstream*, que seriam mais convidados pela mídia tradicional (Pedroso Neto & Undurraga, 2017) do que os correligionários de outras escolas teóricas, configurando uma assimetria de acesso a recursos simbólicos entre os dois grupos (Grün, 2017). Os dados dessa variável modalidades binárias foram obtidos a partir da busca dos nomes dos economistas analisados nos acervos dos jornais com maior circulação no Brasil, a saber, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Valor Econômico* e *Exame*. Se o indivíduo tem ao menos uma participação autoral, entrevista ou menção em qualquer um desses veículos, ele é classificado como s\_PMITT, caso contrário, n\_PMITT.

**Tabela 2 - Distribuição das modalidades de Jornais de Economia dos EUA**

<b>Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEEUA)</b>	<b>N. Absoluto</b>	<b>Frequência</b>
Não publica em Jornais de Economia dos EUA (n_PJEEUA)	59	78%
Publica em Jornais de Economia dos EUA (s_PJEEUA)	17	22%

Na medida em que os EUA desde a Segunda Guerra Mundial se tornou a principal referência de academia científica em ciências econômicas (Lebaron, 2012; Fourcade, 2006), essa variável foi escolhida com o intuito de denotar se esses economistas têm suas produções científicas alinhadas com o *mainstream*. Evidentemente, existem instituições norte-americanas não-alinhadas ao *mainstream* (Lopes & Lopes, 2020), de modo que essa aglutinação possa mascarar distinções. Contudo, para amenizar esse prejuízo analítico em potencial, essa categoria será analisada tanto individualmente quanto em combinação com outras variáveis mais bem delimitadas. Os dados foram coletados na Plataforma Lattes e no banco de dados do

*Google Scholar*. Cada jornal em que o autor publicou foi analisado individualmente, averiguando seu país de publicação, sua linha editorial e seu fator de impacto.

**Tabela 3 - Distribuição das modalidades de Jornais de Economia da Europa**

Publicações em Jornais de Economia da Europa (PJEE)	N. Absoluto	Frequência
Não publica em Jornais de Economia da Europa (n_PJEE)	46	60%
Publica em Jornais de Economia da Europa (s_PJEE)	30	40%

Apesar dos EUA se apresentarem como núcleo do *mainstream* científico da ciência econômica contemporaneamente e ter diversos centros de pesquisa na Europa com o mesmo alinhamento epistemológico (Godechot, 2011; Fourcade, 2006), nesse continente existem relevantes centros de abordagens *não-mainstream*, tais como as Universidade de Roma e Siena, instituições que herdaram a tradição sraffiana, ou a Universidade de Cambridge, um centro para os pós-keynesianos, bem como outras instituições que divergem do pensamento *mainstream* (Lopes & Lopes, 2020). Nesse sentido, essa aglutinação, que aproxima instituições e jornais *mainstream* de *não-mainstream*, acaba por ocultar distinções entre esses dois grupos, mas a escolha pela sua permanência enquanto variável de análise se deve ao intuito de não analisá-la apenas separadamente, mas sim em combinação com outras variáveis mais bem delimitadas. Assim como no caso dos jornais de economia norte-americanos, os dados foram coletados na Plataforma Lattes e no banco de dados do *Google Scholar* e cada jornal em que o autor publicou foi analisado individualmente, averiguando seu país de publicação, sua linha editorial e seu fator de impacto

**Tabela 4 - Distribuição das modalidades de Jornais de Disciplinas Diferentes e suas modalidades**

Publicações em Jornais de Disciplinas Diferentes (PJDD)	N. Absoluto	Frequência
Não publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (n_PJDD)	65	85%
Publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (s_PJDD)	21	15%

Na esteira dos apontamentos de Fourcade (2015) acerca da empreitada de aquisição de temas e objetos de pesquisa de outras disciplinas (como ciência política, sociologia, educação, demografia e outras das ciências humanas) por parte dos métodos e teorias das ciências econômicas, a intenção de apreender se o economista em questão

publica em jornais de outras disciplinas ambiciona sistematizar se ele se enquadra nesse processo de expansionismo científico. Assim como nas outras duas categorias de jornais acadêmicos, os dados foram coletados na Plataforma Lattes e no banco de dados do *Google Scholar* e cada jornal em que o autor publicou foi analisado individualmente.

**Tabela 5 - Distribuição das modalidades de Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmicas e suas modalidades**

<b>Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmicas (CVF)</b>	<b>N. Absoluto</b>	<b>Frequência</b>
CV publicado apenas em instituições acadêmicas (n_CVF)	55	73%
CV publicado em instituições Governamentais Não-Financeiras (GNF_CVF)	6	8%
CV publicado em Think Tanks (TT_CVF)	4	5%
CV publicado em Instituições Financeiras (EF_CVF)	11	14%

Outra categoria de análise do perfil profissional, a exibição de currículo fora de instituições acadêmicas é um indicador da extensão da superfície de atuação profissional do economista em questão. Os dados foram obtidos após buscas insistentes (com testes de combinação de nome e sobrenome) no sistema de buscas do *Google* e na busca individual das instituições ostentadas nos currículos dos indivíduos.

**Tabela 6 - Distribuição das modalidades de Possui LinkedIn e suas modalidades**

<b>Possui LinkedIn (LinkedIn)</b>	<b>N. Absoluto</b>	<b>Frequência</b>
Não possui LinkedIn (n_Lkdn)	35	46.1%
Possui LinkedIn (s_Lkdn)	41	53.9%

Na medida em que o LinkedIn consiste numa rede social voltada à exposição para o mercado de trabalho especialmente corporativo, a posse de perfil nela contribui para análise do perfil profissional do indivíduo. Economistas que atuam em consultorias ou empresas financeiras tendem a possuir um perfil na plataforma, enquanto aqueles que possuem uma atuação profissional estritamente acadêmica pouco se beneficiam de

um perfil na rede. Essa variável binária foi coletada a partir da busca do nome dos economistas no sistema de busca da própria plataforma.

**Tabela 7 - Distribuição das modalidades de Possui Lattes e suas modalidades**

Possui Lattes (Lattes)	N. Absoluto	Frequência
Não possui Lattes (n_Lattes)	14	19%
Possui Lattes (s_Lattes)	62	81%

Essa variável binária foi escolhida com o intuito de capturar se o economista em questão é vinculado ao sistema acadêmico brasileiro, uma vez que a posse de currículo na Plataforma Lattes é exigida para receber bolsas de pesquisa públicas, se vincular a maior parte de cursos de graduação e pós-graduação entre outras diversas tomadas de posição no campo acadêmico brasileiro. A obtenção das informações dessa variável ocorreu a partir da procura do nome dos indivíduos no sistema de buscas da Plataforma Lattes.

**Tabela 8 - Distribuição das modalidades de Gênero e suas modalidades**

Gênero (genero)	N. Absoluto	Frequência
Feminino	19	25%
Masculino	57	75%

Diversas pesquisas sobre análise de trajetória profissional denotam a relevância do gênero como marcador social de diferença. Nesse caso, em um enquadramento binário, essa variável foi incluída na análise. A coleta da informação foi realizada a partir de inferência a partir do gênero do nome do indivíduo.

**Tabela 9 - Distribuição das modalidades de Graduação e suas modalidades**

Instituição onde realizou a graduação (graduacao)	N. Absoluto	Frequência
Realizou a graduação em economia na Unicamp (Unicamp_g)	11	14.2%
Realizou a graduação em economia na FEA-USP (FEA-USP_g)	13	17.1%

Realizou a graduação em economia na PUC-RJ (PUC-RJ_g)	9	11.8%
Realizou a graduação em economia na PUC-SP (PUC-SP_g)	5	6.6%
Realizou a graduação em economia na FGV-SP ou na FGV-RIO (FGVs_g)	4	5.3%
Realizou a graduação em economia na UFMG (UFMG_g)	6	7.9%
Realizou a graduação em economia na UFRGS (UFRGS_g)	4	5.3%
Realizou a graduação em economia na UFRJ (UFRJ_g)	4	5.3%
Realizou a graduação em economia em Outras Universidades Públicas (OUP_g)	12	15.9%
Realizou graduação em exatas (Exatas_g)	4	5.3%
Realizou a graduação em economia em uma Universidade Mainstream dos EUA ou do Reino Unido (UMEUARU_g)	4	5,3%

A escolha dessa variável almeja destacar a relevância da instituição na escolha na tomada de posição do economista. Como mencionado anteriormente neste trabalho, embora as instituições possam ter um corpo docente majoritariamente alinhado com uma filiação *mainstream* ou *não-mainstream*, elas não são homogêneas (Colander, 1990). Nesse sentido, as aglutinações das modalidades podem mascarar distinções internas das instituições, como no caso da FEA-USP (Albuquerque, 2019). No entanto, a combinação com outras variáveis ambiciona justamente amenizar esses prejuízos analíticos advindos da aglutinação.

Além das aglutinações internas das universidades, essa categoria, em algumas de suas modalidades, necessitou incorrer em outras aglutinações para atender ao critério de no mínimo de 5% de ocorrências e viabilizar a análise da ACM. Um dos casos é o da união das duas FGVs em uma categoria só. Individualmente, nenhum dos dois centros atendia a ocorrência de 5%, então foram aglutinados com a hipótese de que mesmo com suas distinções epistemológicas, ambas se alinham ao mesmo pólo epistemológico. Outro caso é a da modalidade Outras Universidades Públicas (OUP\_g), que agrega diversas universidades públicas que individualmente também não atingiram os 5% de ocorrência. Estão ocultas nessas modalidades a UFF, a UFAL, a UFPE, a UNESP, a UFS, a UEM e a UFU. A modalidade exatas (Exatas\_g), excepcionalmente, não diz respeito diretamente à instituição que o indivíduo cursou a graduação, mas sim o curso. Estão incluídos nessa modalidade os cursos de engenharia elétrica, engenharia de

produção, matemática e física. Por fim, a modalidade UMEUARU foi construída a partir da agregação da recorrência das universidades University of Illinois, London School of Economics e University of Wisconsin-Madison. As universidades foram classificadas em *mainstream* conforme seus indicadores de publicação nos jornais *mainstream*. Todos os dados foram coletados do perfil de LinkedIn, do Lattes ou de outros sites com suas respectivas biografias.

**Tabela 10 - Distribuição das modalidades de Pós-graduação e suas modalidades**

Instituição onde realizou a última pós-graduação <i>stricto sensu</i> de economia (up)	N. Absoluto	Frequência
Realizou a última pós-graduação em economia na Unicamp (Unicamp_up)	17	22.2%
Realizou a última pós-graduação em economia na FEA-USP (FEA-USP_up)	14	18.4%
Realizou a última pós-graduação em economia na FGV-SP (FGV-SP_up)	7	9.2%
Realizou a última pós-graduação em economia na UNB (UNB_up)	4	5.3%
Realizou a última pós-graduação em economia na UFRJ (UFRJ_up)	4	5.3%
Realizou a última pós-graduação em economia em Outras Universidade Públicas (OUP_up)	4	5.3%
Realizou a última pós-graduação em economia em uma Universidade Mainstream dos EUA ou do Reino Unido (UMEUARU_up)	20	26.3%
Realizou a última pós-graduação em economia em uma Universidade Não-Mainstream Internacional (UNMI_up)	6	8%

A escolha por “última pós-graduação *stricto sensu*” se deve ao intuito de zerar as não-respostas dos indivíduos que fizeram apenas o mestrado ou realizaram o doutorado-direto. A hipótese que permite essa aglutinação é que a última instância de formação refletiria uma postura epistemológica mais cristalizada e estável do que as anteriores, na medida em que seria fruto das escolhas resultantes da vivência nos estágios anteriores.

Assim como a variável acerca da graduação, a variável da pós-graduação e suas modalidades incorrem no risco de aglutinações que mascaram distinções internas e, portanto, a combinação com outras variáveis será profícua para reduzir esse fenômeno. Em relação às agregações implícitas das modalidades, há diferenças significativas em relação à variável de graduação. A PUC-RIO, que possuiu 9 ocorrências na graduação,

não recebeu incidências enquanto pós-graduação. Esse fenômeno se explica pela política interna da instituição de incentivar que os seus alunos do mestrado busquem a realização de seus doutorados em universidades prestigiadas do exterior, principalmente as norte-americanas (Miceli, 1993). Por exemplo, a modalidade OUP\_up passou a incluir a UFMG, a UFAL, a UEM, a UFPR, a UFPE, a UFRGS, a UFU e a UFBA. As classificações de universidade *mainstream* e não *mainstream* foram construídas a partir dos indicadores de publicação dessas universidades nos jornais acadêmicos *mainstream*. Por sua vez, a modalidade UMEARU agrega a University of Chicago, a New York University (NYU), a University of Pennsylvania, a Stanford University, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Universidade de Berkeley, a Yale University, University of Rochester, a Princeton University, e a University College London. Por fim, a modalidade UNMI\_up agregou a New School of Social Research, a United Nations University e a Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yveline. Todos os dados foram coletados ou do perfil de LinkedIn, do Lattes ou de outros sites com suas respectivas biografias.

**Tabela 11 - Distribuição das modalidades de Internacionalização (Internacionalizacao) e suas modalidades**

Como realizou a Internacionalização (Internacionalizacao)	N. Absoluto	Frequência
Passagem por Universidades Mainstream estrangeiras (UM_I)	26	35%
Passagem por Universidades não-mainstream estrangeiras (UNM_I)	20	25%
Passagem pelo Banco Mundial (BM_I)	4	5%
Não possui passagem por qualquer instituição estrangeira (n_I)	26	35%

Essa variável foi escolhida tendo em vista o caráter internacionalizado da profissão de economista e como essa propriedade é distintiva na medida que angaria ao indivíduo o prestígio e a autoridade dos centros pelos quais ele foi aceito (Fourcade, 2006; Albuquerque, 2019; Dezalay, 2002). As modalidades foram agregadas com base nos mesmos critérios das variáveis de graduação e pós-graduação e encobrem quase as mesmas instituições. A modalidade passagem pelo Banco Mundial foi isolada pelo reconhecimento pelo papel da produção de políticas econômicas alinhadas ao *mainstream* pelo mundo (Fourcade, 2006). Todos os dados foram coletados ou do perfil de LinkedIn, do Lattes ou de outros sites com suas respectivas biografias.

**Tabela 12 - Distribuição das modalidades de Trajetória Profissional (TP) e suas modalidades**

Trajetória Profissional (TP)	N. Absoluto	Frequência
Carreira integralmente dedicada às atividades acadêmicas (EstritoAcademico)	20	26%
Carreira acadêmica e realização de consultorias (AcademicoConsultor)	7	10%
Carreira com participação de organizações públicas nacionais ou internacionais não-financeiras (POPINF)	27	36%
Carreira com atuação corporativa em instituições financeiras (CarreiraFinanças)	8	10%
Carreira com passagem tanto em organizações financeiras públicas nacionais e não internacionais quanto em empresas do mercado financeiro (RevolvingDoors)	14	18%

A categoria Trajetória Profissional foi construída a partir da análise dos currículos dos indivíduos e sistematizado o padrão de atuação profissional dos mesmos. Aqueles que dedicaram sua atuação profissional exclusivamente à academia foram classificados como EstritoAcademicos. Em paralelo, aqueles que possuem carreiras acadêmicas mas que realizam ou já realizaram atividades de consultoria foram enquadrados como AcademicoConsultor.

Por outro lado, aqueles que atuaram ou atuam em organizações públicas nacionais ou internacionais não-financeiras, foram aglutinados sobre a categoria POPNINE. Nesse sentido, as instituições sob esta alcunha possuem uma grande variedade, passando por organizações como o IBGE, o IPEA, o Ministério da Educação, a ONU, órgãos municipais ou estaduais, entre outras organizações não-financeiras. A escolha por esse tipo de aglutinação busca enfatizar a extensão da superfície de atuação profissional do indivíduo enquanto quadro técnico.

Se o indivíduo atuou ou atua no mercado financeiro sem passagem em organizações financeiras públicas nacionais ou internacionais, como o Banco Central, o BNDES, o FMI, o Banco Mundial, ele foi classificado como CarreiraFinanças. Por outro lado, caso o indivíduo possua passagem em alguma dessas organizações e atue no mercado financeiro, ele foi classificado como RevolvingDoors. Essa categoria se refere explicitamente ao fenômeno de Portas-Giratórias (*Revolving Doors*), utilizado para descrever o movimento de profissionais entre instituições financeiras públicas internacionais ou nacionais e o setor privado financeiro (corretoras, bancos, *boutiques*

de investimento, entre outras) (Seabrooke & Tsingou, 2021; Perissinotto & Dantas, 2016).

Assim como nos casos anteriores, todos os dados foram coletados ou do perfil de LinkedIn, do Lattes ou de outros sites com suas respectivas biografias.

**Tabela 13 - Distribuição das modalidades de Área (Area) e suas modalidades**

Área (Area)	N. Absoluto	Frequência
Atua principalmente na área de Macroeconomia (Macro)	58	77%
Atua principalmente na área de Microeconomia (Micro)	9	12%
Atua principalmente na área de Economia Ecológica (EcoEco)	5	6%
Atua principalmente na área de História Econômica (HE)	4	5%

Essa variável foi escolhida com o intuito de capturar distinções advindas das diferentes áreas da ciência. A classificação do economista em alguma das modalidades se deu por meio da análise de suas publicações científicas, contribuições em jornais ou cargos ocupados em empresas. Algumas aglutinações foram realizadas de maneira implícita, como a inclusão de economia monetária, economia internacional e economia do desenvolvimento sob a alcunha de Macroeconomia. Da mesma forma, História Econômica condensa pesquisadores com ênfase em economia brasileira, pensamento econômico e história econômica geral. Economistas focados em economia aplicada ou econometria foram classificados segundo os objetos de seus trabalhos. Todos os dados foram coletados ou do perfil de LinkedIn, no caso de ocupações corporativas, do Lattes, no caso de artigos acadêmicos ou jornalísticos ou de outros sites com suas respectivas biografias.

**Tabela 14 - Distribuição das modalidades de Geração da graduação (GG) e suas modalidades**

Geração da graduação (GG)	N. Absoluto	Frequência
Concluiu a graduação durante a ditadura militar (Militares_gg)	16	21,21%
Concluiu a graduação durante o governo de José Sarney (Sarney_gg)	14	18,67%
Concluiu a graduação durante o governo de Itamar Franco (Itamar_gg)	9	11,84%

Concluiu a graduação durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC1_gg)	4	5,26%
Concluiu a graduação durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC2_gg)	10	12,96%
Concluiu a graduação durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula1_gg)	10	12,96%
Concluiu a graduação durante o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula2_gg)	5	6,58%
Concluiu a graduação durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (Dilma1_gg)	4	5,26%
Concluiu a graduação durante o segundo governo de Dilma Rousseff (Dilma2_gg)	4	5,26%

Com o intuito de localizar cronologicamente a graduação do economista analisado, um critério de geração com base no governo que estava em mandato no ano em que o indivíduo se formou foi utilizado. Seria possível delimitar a geração de diversos outros modos, seja por dezenas, seja por antes e depois de eventos históricos globais ou nacionais, entre outras formas. O critério de geração de governos foi escolhido uma vez que a questão da posição em relação ao Teto, que foi o critério de seleção dos economistas, é uma pauta essencialmente política.

**Tabela 15 - Distribuição das modalidades de Pós-graduação realizada (GUP) e suas modalidades**

Geração da última pós-graduação realizada (GUP)	N. Absoluto	Frequência
Concluiu a última pós-graduação durante a ditadura militar (Militares_gup)	7	9.21%
Concluiu a última pós-graduação durante a ditadura militar (Sarney_gup)	5	6.58%
Concluiu a última pós-graduação durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC1_gup)	6	7.89%
Concluiu a última pós-graduação durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC2_gup)	5	6.58%
Concluiu a última pós-graduação durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula1_gup)	17	22.37%
Concluiu a última pós-graduação durante o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula2_gup)	7	9.21%

Concluiu a última pós-graduação durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (Dilma1_gup)	10	13.16%
Concluiu a última pós-graduação durante o segundo governo de Dilma Rousseff (Dilma2_gup)	10	13.16%
Concluiu a última pós-graduação durante o governo de Jair Bolsonaro (Bolsonaro_gup)	9	11.84%

Essa variável foi construída com os mesmos fundamentos da que se refere à geração da graduação (GG), porém utilizando o ano de conclusão da última pós-graduação *stricto sensu*.

**Tabela 16 - Distribuição das modalidades de Teto e suas modalidades**

Teto (Teto)	N. Absoluto	Frequência
É contra o Teto de Gastos (CONTRA)	41	54%
É a favor do Teto de Gastos (PRO)	35	46%

Essa variável diz respeito ao critério de seleção da amostra. Nesse sentido, ela foi utilizada como variável suplementar para não conformar a inércia dos eixos da ACM de maneira tautológica.

A seguir serão apresentadas uma análise exploratória dos dados supracitados, a partir da combinação da variável Teto com todas as outras variáveis individualmente. Serão assim destacadas as frequências da combinação das modalidades, bem como os testes qui-quadrado e V de Cramer<sup>23</sup>. O teste qui-quadrado é uma técnica estatística usada para avaliar se existe uma associação estatisticamente significativa entre duas variáveis categóricas. Ele compara as frequências observadas em uma tabela de contingência com as frequências que seriam esperadas se as duas variáveis fossem independentes. O teste V de Cramér<sup>24</sup>, por sua vez, é uma medida estatística utilizada para avaliar a força da associação entre duas variáveis categóricas em uma tabela de

<sup>23</sup> Ambos os testes foram realizados a partir dos pacotes *pandas*, *scipy.stats* e *numpy* da linguagem de programação R. O script das análises está disponível nos anexos.

<sup>24</sup> Para a interpretação dos coeficientes do teste V de Cramer, convencionou-se que, no caso de estatísticas com 1 grau de liberdade, valores inferiores a 0.1 indicam não-associação, valores entre 0.1 e 0.3 indicam uma associação fraca, valores entre 0.3 e 0.5 indicam uma associação moderada e valores acima de 0.5 indicam uma associação forte. Essas convenções se alteram no caso de estatísticas com mais de um grau de liberdade, mas todas as interpretações estão alinhadas com Agresti (2022).

contingência. Ele é uma extensão do teste qui-quadrado para considerar a magnitude da associação (Rajaretnam, 2016).

**Tabela 17 - Tabela de contingência das modalidades da variável Mídia Impressa Tradicional (PMIT) em relação às modalidades da variável Teto**

Teto	Mídia Impressa Tradicional (PMIT)	N. Absoluto	Frequência entre PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
FAVOR	Não publica em Mídia Impressa Tradicional (n_PMIT)	15	34.8%	19.74%
	Publica em Mídia Impressa Tradicional (s_PMIT)	20	60.6%	26.32%
CONTRA	Não publica em Mídia Impressa Tradicional (n_PMIT)	28	65.2%	36.84%
	Publica em Mídia Impressa Tradicional (s_PMIT)	13	39.4%	18%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.0457			
Chi²	3.9909			
V de Cramer	0.1625			

A tabela 17 demonstra que há um padrão entre o acesso dos dois grupos de posicionamento e o acesso desses grupos à mídia tradicional. 60,6% daqueles pró-teto publicam nessas mídias, enquanto apenas 39,4% dos contrários ao regime fiscal publicam. Os resultados do teste qui-quadrado denotam que há uma associação significativa entre as duas variáveis, embora o teste V de Cramer aponte uma associação fraca.

**Tabela 18 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEEUA) em relação às modalidades da variável Teto**

Teto	Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEEUA)	N. Absoluto	Frequência entre PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
FAVOR	Não publica em Jornais de Economia dos EUA (n_PJEEUA)	20	34.4%	26.31%
	Publica em Jornais de Economia dos EUA (s_PJEEUA)	15	83.3%	19.74%
CONTRA	Não publica em Jornais de Economia dos EUA (n_PJEEUA)	38	65.6%	50%
	Publica em Jornais de Economia dos EUA (s_PJEEUA)	3	16.7%	3.95%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.0007			
Chi²	11.3017			
V de Cramer	0.273			

A tabela 18 aponta que o grupo que pró-teto publica mais em jornais de economia norte-americanos (83,3) que o outro grupo (16,7). Os resultados do testes qui-quadrado e do V de Cramer apontam para uma associação confirmada entre as variáveis envolvidas, porém de grau moderado.

**Tabela 19 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Economia dos EUA (PJEE) em relação às modalidades da variável Teto**

TETO	Publicações	N. Absoluto	Frequência entre PRO e	Frequência geral da
------	-------------	-------------	------------------------	---------------------

	em Jornais de Economia da Europa (PJEE)		CONTRA da modalidade	modalidade
FAVOR	Não publica em Jornais de Economia da Europa (n_PJEE)	25	54.3%	32.89%
	Publica em Jornais de Economia da Europa (s_PJEE)	10	33.3%	13.16%
CONTRA	Não publica em Jornais de Economia da Europa (n_PJEE)	21	45.7%	27.63%
	Publica em Jornais de Economia da Europa (s_PJEE)	20	66.7%	26.32%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.1184			
Chi <sup>2</sup>	2.4371			
V de Cramer	0.127			

A tabela 19 denota que o grupo a pró-teto publica menos em jornais de economia da Europa (33,3) que o grupo contrário ao regime fiscal (66,7). Contudo, o teste qui-quadrado indica a não associação entre as duas variáveis envolvidas.

**Tabela 20 - Tabela de contingência das modalidades da variável Publicações em Jornais de Diferentes Disciplinas (PJDD) em relação às modalidades da variável Teto**

Teto	Publicações em Jornais de Disciplinas Diferentes (PJDD)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
FAVOR	Não publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (n_PJDD)	33	50.7%	43.42%

	Publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (s_PJDD)	2	18%	2.6%
CONTRA	Não publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (n_PJDD)	32	49.3%	42.5%
	Publica em Jornais de Disciplinas Diferentes (s_PJDD)	9	82%	11.84%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.0932			
Chi²	2.8165			
V de Cramer	0.136			

A tabela 20 aponta que há uma equivalência entre os padrões de publicação em jornais de disciplinas diferentes entre o grupo pró e o grupo contra, uma vez que ambos se manifestam com aproximadamente 50% de não publicação. No entanto, há uma diferença significativa no caso daqueles que publicam nesses jornais, com predomínio (82%) do grupo que é contra o teto. O teste qui-quadrado indica uma não associação entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 21 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmica em relação ao Teto**

Teto	Currículo Vitae Publicado Fora de instituições acadêmicas (CVF)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência
FAVOR	CV publicado apenas em instituições acadêmicas (n_CVF)	20	36.37%	26.32%
	CV publicado em instituições Governamentais Não-Finance	0	0%	0%

	iras (GNF_CVF)			
	CV publicado em Think Tanks (TT_CVF)	4	100%	5.26%
	CV publicado em Instituições Financeiras (EF_CVF)	11	100%	14.47%
CONTRA	CV publicado apenas em instituições acadêmicas (n_CVF)	35	63.63%	46.06%
	CV publicado em instituições Governamen tais Não-Finance iras (GNF_CVF)	6	100%	7.89%
	CV publicado em Think Tanks (TT_CVF)	0	0%	0%
	CV publicado em Instituições Financeiras (EF_CVF)	0	0%	0%
Grau de Liberdade	3			
P-Valor	1.7234			
Chi²	24.7716			
V de Cramer	0.405			

A tabela 21 aponta que o grupo pró-teto possui, na amostra dessa pesquisa, exclusividade em ter o currículo vitae publicado por *think thanks* ou instituições financeiras. Por outro lado, o grupo contra o teto possui exclusividade quanto à publicação de currículo pessoal por instituições governamentais não-financeiras. Entretanto, o teste chi-quadrado indica uma não associação entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 22 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo LinkedIn em relação ao Teto**

Teto	Possui LinkedIn (LinkedIn)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência
FAVOR	Não possui LinkedIn (n_Lkdn)	9	25.63%	11.84%
	Possui LinkedIn (s_Lkdn)	26	63%	34.21%
CONTRA	Não possui LinkedIn (n_Lkdn)	26	74.37%	34.21
	Possui LinkedIn (s_Lkdn)	15	37%	19.74
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.0022			
Chi <sup>2</sup>	9.3378			
V de Cramer	0.248			

A tabela 22 demonstra que o grupo que é contrário ao teto possui uma maior proporção de indivíduos que não possuem perfil na rede social corporativa (74,39%), enquanto o grupo que é pró-teto tem uma proporção maior em possuir perfil na rede social (63%). A combinação dos testes qui-quadrado e do V de Cramer indica associação de grau fraco entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 23 - Tabela de contingência das modalidades da variável Currículo Lattes em relação ao Teto**

Teto	Possui Lattes (Lattes)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência
FAVOR	Não possui Lattes (n_Lattes)	14	100%	18.42%
	Possui Lattes (s_Lattes)	21	33.8%	27.63%
CONTRA	Não possui Lattes	0	0%	0%

	(n_Lattes)			
	Possui Lattes(s_Lattes)	41	66.2%	53.95%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	2.8287*10^-5			
Chi²	17.5295			
V de Cramer	0.340			

A tabela 23 aponta que apenas indivíduos do grupo pró-teto não possuem Lattes, embora a proporção daqueles que possuem Lattes seja majoritariamente do grupo contra o teto (66.2%). A combinação dos resultados do chi-quadrado com o V de Cramer indica uma associação moderada entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 24 - Tabela de contingência das modalidades da variável Gênero em relação ao Teto**

Teto	Gênero (genero)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	Feminino	7	36.84%	9.21%
	Masculino	28	49.1%	36.84%
CONTRA	Feminino	12	63.16%	15.79%
	Masculino	29	50.9%	38.16%
Grau de Liberdade	1			
P-Valor	0.5064			
Chi²	0.4413			
V de Cramer	0.054			

A tabela 24 aponta que a maior parte de economistas do gênero feminino (63.16) é contra o teto de gastos. No entanto, por pouco, o teste de qui-quadrado apontou que não há associação entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 25 - Tabela de contingência das modalidades da variável Graduação de economia em relação ao Teto**

Teto	Instituição onde	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
------	------------------	-------------	---	--------------------------------

	<b>realizou a última pós-graduação <i>stricto sensu</i> de economia (up)</b>			
PRO	Unicam_p_g	0	0%	0%
	FEA-USP_g	7	53.9%	9.21%
	PUC-RJ_g	9	100%	11.84%
	PUC-SP_g	1	20%	1.32%
	FGVs_g	4	100%	5.26%
	UFMG_g	3	50%	3.95%
	UFRGS_g	3	75%	3.95%
	UFRJ_g	0	0%	5.26%
	OUP_g	0	0%	0%
	Exatas_g	4	100%	5.26%
	UMEUARU_g	4	100%	5.26%
CONTRA	Unicamp_g	11	100%	14.48%
	FEA-USP_g	6	46.1%	7.89%
	PUC-RJ_g	0	0%	0%
	PUC-SP_g	4	80%	5.26%
	FGVs_g	0	0%	0%
	UFMG_g	3	50%	3.95%
	UFRGS_g	1	25%	1.32%
	UFRJ_g	4	100%	0%
	OUP_g	12	100%	15.79%
	Exatas_g	0	0%	0%
	UMEUARU_g	0	0%	0%
Grau de Liberdade	10			
P-Valor	1.9674*10^-7			
Chi²	50.7193			
V de Cramer	0.579			

A tabela 25 aponta que a conclusão da graduação na Unicamp, na UFRJ e em outras universidades públicas é uma característica exclusiva daqueles pró-teto. A graduação na PUC-SP também é majoritariamente comum àqueles deste grupo (80%). As graduações na UFMG e na FEA apresentaram uma distribuição próxima de 50% entre os dois grupos. Já a graduação em alguma das FGVs, na PUC-RIO, em universidades *mainstream* do exterior ou em cursos de exatas são características exclusivas do grupo pró-teto. A combinação da estatística qui-quadrado e do V de cramer indica uma forte associação entre as variáveis.

**Tabela 26 - Tabela de contingência das modalidades da variável pós-graduação stricto sensu de economia em relação ao Teto**

Teto	Instituição onde realizou a última pós-graduação <i>stricto sensu</i> de economia (up)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	Unicamp_up	1	5%	1.3%
	FEA-USP_up	7	50%	9.45%
	FGVs_up	5	100%	6.5%
	UNB_up	0	0%	0%
	UFRJ_up	0	0%	0%
	OUP_up	1	25%	1.3%
	UMEUARU_up	21	95%	27.6%
	UNMI_up	0	0%	0%
CONTRA	Unicamp_up	16	95%	21%
	FEA-USP_up	7	50%	9.45%
	FGVs_up	0	0%	0%
	UNB_up	4	100%	5.2%
	UFRJ_up	4	100%	5.2%
	OUP_up	3	75%	3.9%
	UMEUARU_up	1	5%	1.3%
	UNMI_up	6	100%	7.8%

Grau de Liberdade	8
P-Valor	2.3162*10 <sup>-8</sup>
Chi <sup>2</sup>	51.2812
V de Cramer	0.582

A tabela 26 denota que a conclusão da última pós-graduação na UNB, na UFRJ ou em universidades estrangeiras não internacionais (UNMI), nessa amostra, é característica exclusiva do grupo que é avesso ao teto de gastos, assim como a conclusão na Unicamp (95%) é praticamente exclusiva deste grupo também. Por outro lado, a conclusão da última pós-graduação nas FGVs é um traço que só se manifestou no grupo a favor ao teto e este grupo deteve 95% das ocorrências da realização das pós-graduações em universidades estrangeiras *mainstream*. A FEA, por sua vez, apresentou uma distribuição equânime entre os dois grupos. As estatísticas qui-quadrado e V de Cramer indicam uma forte associação entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 27 - Tabela de contingência das modalidades da variável Internacionalização em relação ao Teto**

Teto	Internacion alização	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	UM_I	25	97%	32.89%
	UNM_I	0	0%	0%
	BM_I	4	100%	5.26%
	n_I	6	23%	7.89%
CONTRA	UM_I	1	3%	1.32%
	UNM_I	20	100%	26.32%
	BM_I	0	0%	0%
	n_I	20	77%	26.32%
Grau de Liberdade	3			
P-Valor	1.3978*10 <sup>-11</sup>			
Chi <sup>2</sup>	53.5524			
V de Cramer	0.595			

A tabela 27 indica que a passagem pelo Banco Mundial é uma característica exclusiva dos indivíduos que se posicionaram a favor do teto, enquanto a passagem por universidades internacionais *mainstream* tem quase (97%) sua frequência absoluta nos participantes desse grupo. Do outro grupo chama a atenção o 100% de ocorrência de passagem por universidades estrangeiras não-*mainstream* e, principalmente, a representação de maior parte (77%) dos indivíduos sem qualquer internacionalização. As estatísticas qui-quadrado e V de Cramer indicam uma forte associação entre as variáveis envolvidas.

**Tabela 28 - Tabela de contingência das modalidades da variável Trajetória Profissional em relação ao Teto**

Teto	Trajetória Profissional (TP)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	EstritoAcademico	8	40%	10.52%
	AcademicoConsultor	5	71.5%	6.57%
	POPINF	0	0%	0%
	CarreiraFinanças	8	100%	10.53%
	RevolvingDoors	14	100%	18.52%
CONTRA	EstritoAcademico	12	60%	15.79%
	AcademicoConsultor	2	28.5%	2.63%
	POPINF	27	100%	35.44%
	CarreiraFinanças	0	0%	0%
	RevolvingDoors	0	0%	0%
Grau de Liberdade	4			
P-Valor	2.3092*10 <sup>-10</sup>			
Chi²	50.9294			
V de Cramer	0.580			

A tabela 28 aponta grandes diferenças entre os dois grupos, uma vez que a parcela de economistas a favor do teto apresentaram exclusividade das modalidades que dizem respeito à carreira em finanças e *revolving doors*, bem como apresentaram uma maioria significativa das carreiras de acadêmicos consultores (71.5%). Já o grupo contra o teto manifestou exclusividade na modalidade de acadêmico com passagem em órgãos públicos LP internacionais ou nacionais não-financeiros. Os testes chi-quadrado e o V de Cramer indicam uma forte correlação entre as duas variáveis envolvidas.

**Tabela 29 - Tabela de contingência das modalidades da variável Área em relação ao Teto**

Teto	Área (Area)	N. Absoluto	Frequência entre PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	MACRO	26	45%	34,21%
	MICRO	8	88%	10,52%
	EcoEco	1	20%	1,32%
	HE	0	0%	0%
CONTRA	MACRO	32	55%	42,11%
	MICRO	1	12%	1,32%
	EcoEco	4	80%	5,26%
	HE	4	100%	5,26%
Grau de Liberdade	3			
P-Valor	0.0094			
Chi <sup>2</sup>	11.4628			
V de Cramer	0.275			

A tabela 29 aponta que o assentamento epistemológico do economista na área de Microeconomia é majoritariamente mais frequente no grupo a favor do teto (88%), enquanto a atuação na área de Economia Ecológica apresentou padrão semelhante no outro grupo (80%). A área de História Econômica, por sua vez, teve ocorrências concentradas no grupo contra o teto, enquanto a área de Macroeconomia apresentou uma distribuição quase que equivalente entre os dois grupos. A apreciação da combinação das estatísticas qui-quadrado e V de cramer aponta uma associação moderada entre as duas variáveis.

**Tabela 30 - Tabela de contingência das modalidades da variável Geração da Graduação em relação ao Teto**

Teto	Geração da Graduação (GG)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	Militares_gg	8	50%	10.53%
	Sarney_gg	6	43%	7.89%
	Itamar_gg	7	78%	9.29%
	FHC1_gg	2	50%	2.63%
	FHC2_gg	3	30%	3.9%
	Lula1_gg	4	40%	5.26%
	Lula2_gg	2	40%	2.63%
	Dilma1_gg	2	50%	2.63%
	Dilma2_gg	1	25%	1.31%
CONTRA	Militares_gg	8	50%	10.53%
	Sarney_gg	8	57%	10.53%
	Itamar_gg	2	22%	2.63%
	FHC1_gg	2	50%	2.63%
	FHC2_gg	7	70%	9.29%
	Lula1_gg	6	60%	7.89%
	Lula2_gg	3	60%	3.9%
	Dilma1_gg	2	50%	2.63%
	Dilma2_gg	3	75%	3.9%
Grau de Liberdade	9			
P-Valor	0.7057			
Chi²	6.3372			
V de Cramer	0.204			

A tabela 30 aponta uma distribuição praticamente equilibrada entre os representantes de ambas as posições em relação ao teto no que diz respeito ao governo em mandato durante o ano de conclusão de suas graduações. A apreciação da

combinação das estatísticas qui-quadrado e V de Cramer aponta uma dissociação entre as duas variáveis da tabela.

**Tabela 31 - Tabela de contingência das modalidades da variável Geração da última Pós-graduação em relação ao Teto**

Teto	Geração da última pós graduação (GUP)	N. Absoluto	Frequência entre a PRO e CONTRA da modalidade	Frequência geral da modalidade
PRO	Militares_gup	6	85%	7.89%
	Sarney_gup	3	42.8%	3.95%
	FHC1_gup	3	75%	3.95%
	FHC2_gup	4	80%	5.26%
	Lula1_gup	6	35%	7.89%
	Lula2_gup	4	50%	5.26%
	Dilma1_gup	5	55%	6.58%
	Dilma2_gup	1	10%	1.32%
	Bolsonaro_gup	4	45%	5.26%
CONTRA	Militares_gup	1	15%	1.32%
	Sarney_gup	4	57.2%	5.26%
	FHC1_gup	1	25%	1.32%
	FHC2_gup	1	20%	1.32%
	Lula1_gup	11	65%	14.48%
	Lula2_gup	4	50%	5.26%
	Dilma1_gup	4	45%	5.26%
	Dilma2_gup	9	90%	11.84%
	Bolsonaro_gup	5	55%	6.58%
Grau de Liberdade	10			
P-Valor	0.0735			
Chi²	17.0396			
V de Cramer	0.3359			

A tabela 31 sugere um padrão de distribuição parecido ao da variável da geração da graduação, exceto nos casos das modalidades dos militares e do segundo governo de Dilma, em que a primeira é majoritariamente representada por indivíduos a favor do teto (85%) e a segunda apresenta uma concentração de economistas contra o teto (90%). A respeito dessas duas modalidades, as outras apresentaram uma distribuição praticamente equânime entre os dois grupos. A combinação da apreciação das estatísticas qui-quadrado e V de Cramer acusa uma falta de associação entre as duas variáveis.

**Tabela 32 - Tabela com as variáveis com V de Cramer em ordem decrescente**

Modalidade comparada ao Teto	V de Cramer
Internacionalização	0.5955
UP	0.5827
TP	0.5807
Graduação	0.5795
CVF	0.4050
Lattes	0.3407
Area	0.2755
PJEEUA	0.2735
Linkedin	0.2486
PMIT	0.1625

A tabela 32 compila os resultados dos testes V de Cramer de associação das variáveis com a variável Teto, organizando em ordem decrescente de maior associação para menor associação. Nesse sentido, as variáveis que se destacam na análise são aquelas que dizem respeito ao tipo de internacionalização do economista, a última instituição na qual ele realizou uma pós-graduação stricto-sensu, sua trajetória profissional e a instituição em que realizou sua graduação.

**Tabela 33 - Posição em relação ao teto associada à maior incidência da modalidade das variáveis que tiveram significância estatística na estatística qui-quadrado**

Modalidades	Posição em relação ao teto
n_PMIT	CONTRA
s_PMIT	PRO
n_PJEEUA	CONTRA

s_PJEEUA	PRO
n_PJEE	PRO
s_PJEE	CONTRA
n_PJDD	PRO
s_PJDD	CONTRA
EF_CVF	PRO
GNF_CVF	CONTRA
TT_CVF	PRO
n_CVF	CONTRA
n_Lkdn	CONTRA
s_LinkedIn	PRO
n_Lattes	PRO
s_Lattes	CONTRA
Exatas_g	PRO
FEA-USP_g	PRO
FGVs_g	PRO
OUP_g	CONTRA
PUC-RJ_g	PRO
PUC-SP_g	CONTRA
UFMG_g	CONTRA
UFRGS_g	PRO
UFRJ_g	CONTRA
UMEUARU_g	PRO
Unicamp_g	CONTRA
FEA-USP_up	CONTRA
FGV-RJ_up	PRO
OUP_up	CONTRA
PUC-RJ_up	PRO
UFRJ_up	CONTRA
UMEUARU_up	PRO
UNB_up	CONTRA
UNMI_up	CONTRA
Unicamp_up	CONTRA
EcoEco	CONTRA
HE	CONTRA
Macro	CONTRA
Micro	PRO
BM_I	PRO
UM_I	PRO
UNM_I	CONTRA
n_I	CONTRA
APOPINF	CONTRA
AcademicoConsultor	PRO
CarreiraFinancas	PRO
EstritoAcadêmico	CONTRA
RevolvingDoors	PRO

A seguir, serão apresentados os resultados da ACM. Os *eigenvalues* (autovalores) são uma medida importante que reflete a quantidade de variação explicada por cada dimensão principal (ou componente principal) extraída na análise. A partir da tabela de dados padronizada, a ACM realiza uma análise de Decomposição de Valores Singulares<sup>25</sup> (SVD) para identificar as dimensões principais (eixos) que explicam a variação nos dados, sendo os *eigenvalues* o quadrado das variáveis singulares resultantes da decomposição. Cada *eigenvalue* representa a quantidade de variabilidade explicada pela dimensão correspondente. Eles são usados para avaliar a importância relativa de cada dimensão na explicação da estrutura dos dados (Le Roux & Rouanet, 2010). Em versão anterior à ACM disposta a seguir foram utilizadas todas as variáveis. Contudo, as variáveis de geração, a saber, geração da graduação e geração da última pós-graduação, apresentavam as *eigenvalues* ínfimos. Esse fenômeno agregado ao resultado do teste qui-quadrado que indicou não associação entre essas variáveis com a variável do teto, levaram a retirada das variáveis de geração da ACM.

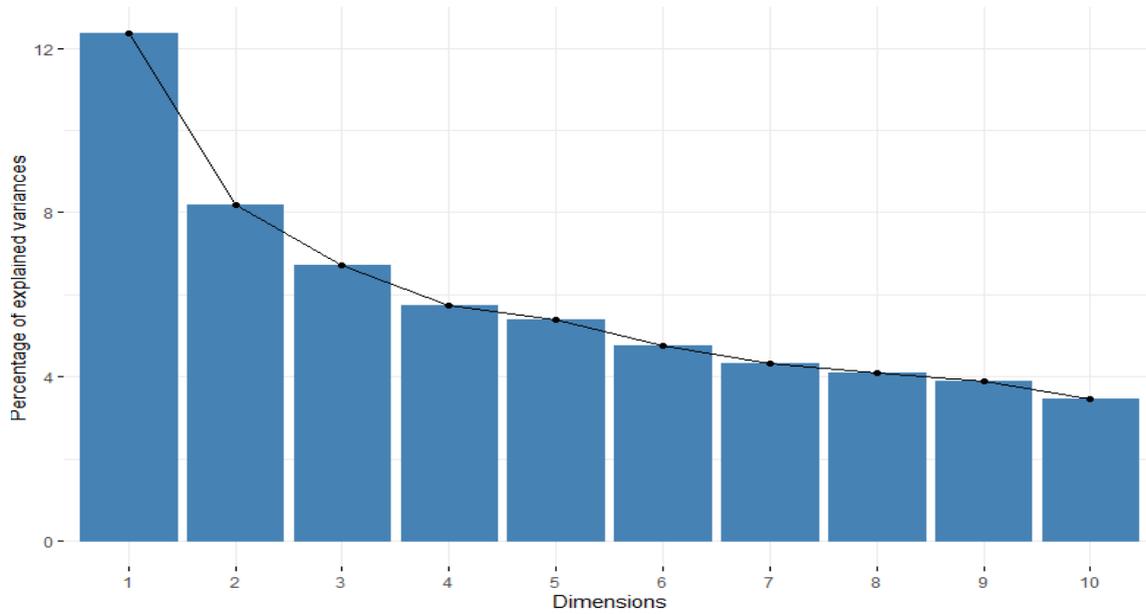
**Tabela 34 - Autovalores (eigenvalues) da ACM sem as variáveis de geração e a porcentagem de variância explicada dos 10 primeiros eixos**

	Autovalor	% da variância	% cumulativa da variância
Dimensão 1	0.361618189	12.37114859	12.37115
Dimensão 2	0.239055331	8.17820868	20.54936
Dimensão 3	0.196282322	6.71492154	27.26428
Dimensão 4	0.167923759	5.74476019	33.00904
Dimensão 5	0.157867592	5.40073340	38.40977
Dimensão 6	0.139343886	4.76702768	43.17680
Dimensão 7	0.126225756	4.31824954	47.49505
Dimensão 8	0.119910995	4.10221824	51.59727
Dimensão 9	0.113587696	3.88589487	55.48316

<sup>25</sup> Técnica de Álgebra Linear para decomposição de matrizes

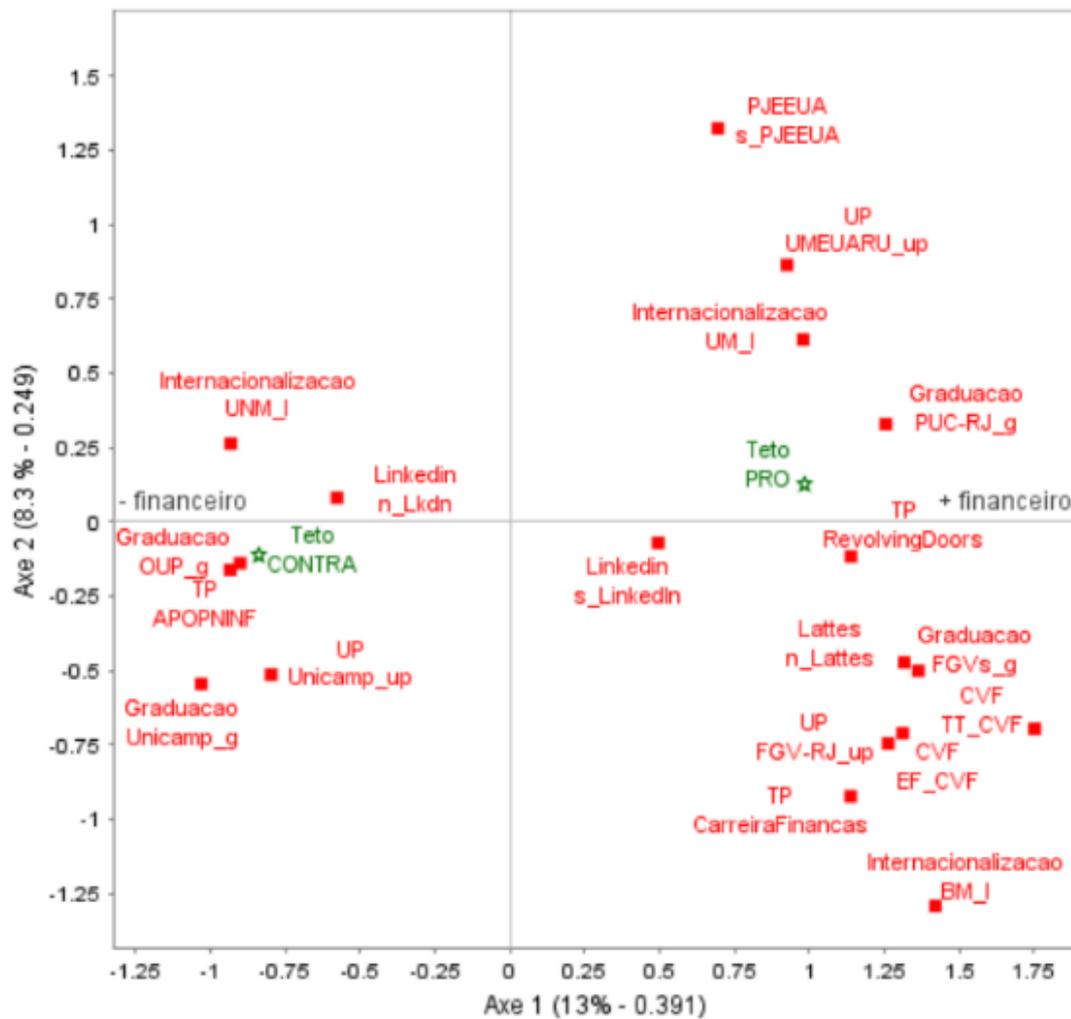
Dimensão 10	0.101583446	3.47522316	58.95839
-------------	-------------	------------	----------

**Gráfico 1 - Histograma da porcentagem da variância dos 10 primeiros eixos da ACM sem as variáveis de geração**



A tabela 34 e o gráfico 1 descrevem a porcentagem de variância de cada eixo da ACM.

**Gráfico 2 - Nuvem de modalidades das principais variáveis da primeira dimensão da ACM**



Representação do primeiro eixo da ACM e de suas modalidades com contribuição acima da média.

**Tabela 35 - Contribuição de cada variável ao eixo 1**

Variável	Contribuição (%)
PMIT	3,5
PJEEUA	3,0
PJEE	1,7
PJDD	0,9
CVF	11,7
Linkedin	6,1
Lattes	8,4
Graduacao	15,5
UP	14,9
Area	3,0
Internacionalizacao	15,8
TP	15,5

A tabela 35 apresenta a contribuição de cada uma das 12 variáveis na construção do eixo horizontal (eixo 1). A média de contribuição das variáveis é 9,0417%, de modo que 5 variáveis contribuem acima da média, sendo elas: currículo exposto em instituições financeiras (CVF), instituição onde a graduação foi realizada (Graduacao), última instituição onde foi realizada a pós-graduação (UP), passagem por instituições internacionais (Internacionalização), trajetória profissional (TP).

**Tabela 36 - As 20 modalidades com maior contribuição do primeiro eixo ACM sem gerações**

Variável	Modalidade	Coordenada	Contribuição
Internacionalizacao	UM_I	0.997	7.23
Lattes	n_Lattes	1.311	6.74
TP	AOPNINF	-0.938	6.65
UP	UMEARU_UP	0.984	5.42
CVF	EF_CVF	1.300	5.20
TP	Revolving Doors	1.129	5.00
Internacionalizacao	UNM_I	-0.932	4.86
Graduacao	PUC-RJ_g	1.254	3.96
CVF	TT_CVF	1.728	3.34
Graduacao	Unicamp_g	-1.039	3.33
Linkedin	n_Lkdn	-0.580	3.29
UP	Unicamp_up	-0.796	3.01
Linkedin	s_Linkedin	0.495	2.81
TP	CarreiraFinancas	1.110	2.76
Graduacao	OUP_g	-0.894	2.69
PJEEUA	s_PJEEUA	0.732	2.55
Internacionalizacao	BM_I	1.380	2.13

UP	FGV-RJ_up	1.223	2.09
Graduacao	FGVs_g	1.357	2.06
PMIT	s_PMIT	0.470	1.98

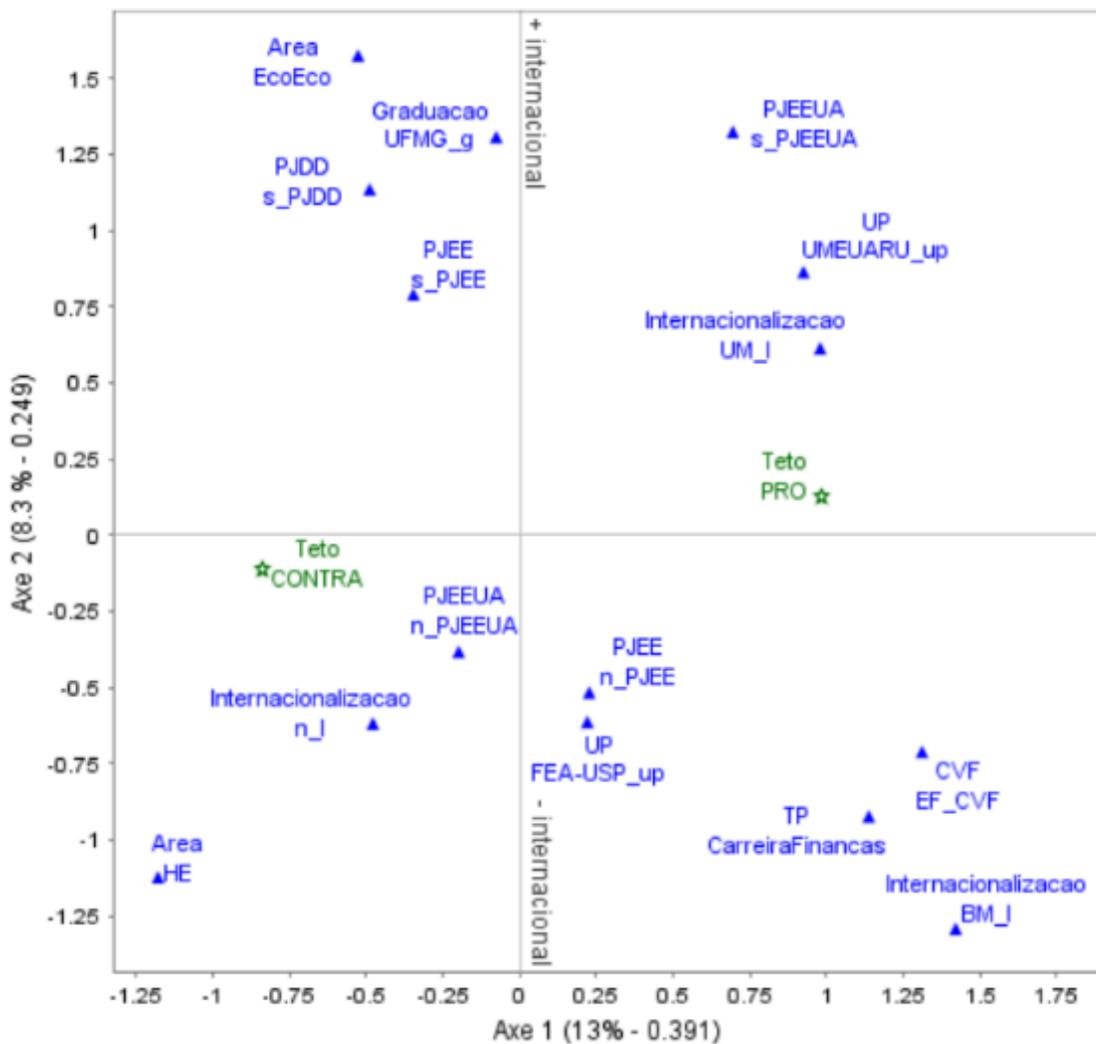
A tabela 36 apresenta as 20 modalidades com maior contribuição, todas acima da média de contribuição de 1.96078. Ela, combinada com a visualização do gráfico 2 aponta, no polo direito do gráfico, uma concentração de modalidades que representam uma circulação do indivíduo por ambientes corporativos e mercadológicos, como a modalidade de trajetória profissional com padrão de portas giratórias (RevolvingDoors), a de currículo exposto em empresas financeiras (EF\_CVF) e a de carreira em empresas financeiras (CarreiraFinanças). No caso das variáveis Graduacao e UP, verifica-se uma associação das instituições PUC-RJ, FGV (São Paulo e Rio de Janeiro), FEA-USP, UFRGS e instituições estrangeiras *mainstream* com uma possibilidade maior de envolvimento do indivíduo com o ambiente privado-corporativo mercadológico.

Em contrapartida, do lado esquerdo do gráfico, há uma aglutinação de modalidades de variáveis que sinalizam uma maior proximidade do indivíduo com uma carreira estritamente acadêmica. Essa interpretação se lastreia na incidência de atributos como uma carreira integralmente dedicada à vida acadêmica (EstritoAcadêmico), currículo em instituições governamentais não-financeiras (GNC\_CVF) e trajetória profissional em organizações públicas nacionais ou internacionais não-financeiras (APOPNINF). Nesse sentido, as modalidades das variáveis Graduação (Graduacao) e Última Pós-Graduação (UP) presentes nesse polo sinalizam uma tendência de atributos como graduação completa na Unicamp (Unicamp\_g), na UFRJ (UFRJ\_g) e na PUC-SP (PUC-SP\_g), bem como os atributos de última pós-graduação completa em instituições como Unicamp (Unicamp\_up), Universidade Não-Mainstream Estrangeira (UNMI\_up) ou em Outras Universidades Públicas (OUP\_up) indicarem uma possibilidade menor de envolvimento do indivíduo com o ambiente privado-corporativo mercadológico.

Tomando em perspectiva essas distinções entre os dois polos, bem como as variáveis com contribuição acima da média, é seguro inferir que o eixo 1 distribui os indivíduos de acordo com a proximidade de cada um com o ambiente corporativo-mercado, em que a esquerda do espectro representa uma menor

proximidade e a direita uma maior proximidade. Considerando na análise a localização de cada uma das modalidades a respeito do posicionamento acerca do teto de gastos (TETO), verifica-se que o apoio ao teto (PRO) está mais associado a indivíduos mais envolvidos com o ambiente corporativo-mercadológico, enquanto o posicionamento contra a medida (CONTRA) é mais associado aos indivíduos mais distantes desse ambiente.

**Gráfico 3 - Nuvem de modalidades das principais variáveis da segunda dimensão da ACM**



Representação do segundo eixo da ACM e de suas modalidades com contribuição acima da média.

**Tabela 37 - Contribuição de cada variável ao eixo 2**

<b>Variável</b>	<b>Contribuição (%)</b>
PMIT	1,1
PJEEUA	16,9
PJEE	13,7
PJDD	7,3
CVF	4,3
Linkedin	0,2
Lattes	1,7
Graduacao	10,4
UP	16,1
Area	9,7
Internacionalizacao	12,2
TP	6,4

A tabela 37 apresenta a contribuição de cada uma das 12 variáveis na construção do eixo vertical (eixo 2). A média de contribuição das variáveis é 8,3333%, de modo que 6 variáveis contribuem acima da média, sendo elas: publicação em jornais de economia norte-americanos (PJEEUA), publicação em jornais de economia europeus (PJEE), instituição onde a graduação foi realizada (Graduacao), última instituição onde foi realizada a pós-graduação (UP), principal área de atuação (Area), passagem por instituições internacionais (Internacionalizacao).

**Tabela 38 - As 20 modalidades com maior contribuição do segundo eixo ACM sem gerações**

Variável	Modalidade	Coordenada	Contribuição
PJEEUA	s_PJEEUA	-1370	13.52
UP	UMEARU_up	-1.033	9.04
PJEE	s_PJEE	-0.780	7.72
PJDD	s_PJDD	-1.056	5.19
PJEE	n_PJEE	0.509	5.04
Area	EcoEco	-1.523	4.91
Internacionalizacao	UM_I	-0.631	4.38
Internacionalizacao	n_I	0.596	3.90
PJEEUA	n_PJEEUA	0.395	3.89
TP	CarreiraFinancas	1.025	3.56
Graduacao	UFMG_g	-1.171	3.48
Internacionalizacao	BM_I	1.421	3.42
CVF	EF_CVF	0.727	2.46
TP	EstritoAcademico	-0.526	2.34
Genero	Feminino	0.527	2.23
UP	FEA-USP_up	0.587	2.04

UP	FGV-RJ_up	0.923	1.80
Graduacao	Exatas_g	-0.937	1.49
Area	HE	0.936	1.49
Lattes	n_Lattes	0.488	1.41

A tabela 38 apresenta as 20 modalidades com maior contribuição, sendo todas, exceto as quatro últimas modalidades, acima da média de contribuição de 1.97497. Combinada com a visualização do gráfico 3 aponta, no polo superior do gráfico, uma concentração de modalidades que representam uma maior internacionalização acadêmica do indivíduo, como publicações em revistas de economia norte-americanas (s\_PJEEUA), publicações em revistas de economia europeias (s\_PJEE), realização de pós-graduação em universidade *mainstream* (UMEARU\_up), passagem em universidade *mainstream* (UM\_I), realização de pós-graduação em universidade não-*mainstream* (UNMI\_UP), realização de graduação em universidade *mainstream* (UMEARU\_g).

Em contrapartida, no polo inferior há uma concentração de modalidades que indicam a não-internacionalização acadêmica do indivíduo, como a não passagem por experiência internacional (n\_I), a não publicação em revistas *mainstream* (n\_PJEEUA), a realização de pós-graduação em instituições nacionais como a FGV-RJ (FGV-RJ\_up), PUC-RJ (PUC-RJ\_up), FEA-USP (FEA\_up), Unicamp (Unicamp\_up) ou UNB (UNB\_up).

Tomando em perspectiva essas distinções entre os dois polos, bem como as variáveis com contribuição acima da média, é seguro inferir que o eixo 2 distribui os indivíduos de acordo com o grau de internacionalização de cada um, em que a parte superior do espectro representa uma maior internacionalização e a inferior uma menor internacionalização. Considerando na análise a localização de cada uma das modalidades a respeito do posicionamento acerca do teto de gastos (TETO), verifica-se que o apoio ao teto (PRO) está mais associado a indivíduos com maior internacionalização, enquanto o posicionamento contra a medida (CONTRA) é mais associado aos indivíduos mais nacionalizados.

### 3.2 Duas trajetórias caricatas

Para fornecer mais insumos para nossa análise acerca das diferentes propriedades entre os economistas, selecionamos dois economistas proeminentes da amostra anterior para os compararmos. Neste caso, para além dos dados tabulados apresentados acima, também serão mobilizadas biografias disponíveis online. Leda Maria Paulani foi escolhida enquanto exemplo daqueles que se posicionaram contra o Teto, enquanto Gustavo Henrique de Barroso Franco foi selecionado como representante do outro grupo. Dentre as propriedades sociais de distinção entre os grupos que se posicionaram em relação ao teto apresentadas na seção anterior, a trajetória profissional e o padrão de internacionalização obtiveram destaque. As biografias descritas nesta seção são exemplares acerca dos diferentes padrões de manifestação das modalidades dessas propriedades sociais.

Na tabela 39 estão dispostos os dados utilizados na ACM estão dispostos em comparação.

**Tabela 39 - Comparação entre Leda Paulani e Gustavo**

Nome	Leda Paulani	Gustavo Franco
Teto	Contra	Pro
Publicações em Mídia Impressa Tradicional	Sim	Sim
Publicações em Jornais de Economia dos EUA	Não	Sim
Publicações em Jornais de Economia da Europa	Sim	Sim
Publicações em Jornais de Disciplinas Diferentes	Não	Não
Curriculum Vitae Publicado Fora de instituições acadêmicas	Não	Sim
Possui LinkedIn	Sim	Sim
Possui Lattes	Sim	Sim
Gênero	Feminino	Masculino
Principal área de atuação	Macroeconomia	Macroeconomia
Internacionalização	Sem internacionalização	Universidade de Califórnia Los Angeles
Trajetoária Profissional	Carreira com participação de organizações públicas nacionais ou internacionais não-financeiras	Revolving Doors

### 3.2.1 Gustavo Henrique de Barroso Franco

Filho único de um casal, Gustavo Henrique de Barroso Franco nasceu em 1956, no Rio de Janeiro. Apesar de não haver dados disponíveis acerca de sua mãe, seu pai desempenhou papéis significativos na proximidade do presidente Getúlio Vargas durante os períodos de 1930 a 1945 e 1951 a 1954. Além disso, ele ocupou a posição de chefe de gabinete para dois ministros da Fazenda, primeiro Gastão Vidigal em 1946 e posteriormente Horácio Lafer de 1951 a 1953. Contribuiu ativamente para a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, sendo responsável pela redação de seu estatuto e integrando sua primeira diretoria. Adicionalmente, foi sócio do Banco Garantia.

Gustavo Franco concluiu seu ginásio no colégio Notre Dame de Sion, uma tradicional escola privada carioca. Em seguida, inspirado pela atuação profissional de seu pai, se matriculou no curso de ciências econômicas da PUC-Rio, concluindo-o em 1979. Entre 1981 e 1982, atuou como professor visitante no Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, obteve o título de mestre pela PUC-Rio e sua dissertação acerca do fenômeno da inflação durante a transição republicana recebeu o Prêmio BNDES de Economia.

Em 1984, se mudou para os Estados Unidos, onde assumiu o cargo de professor visitante no *National Bureau of Economic Research* (NBER). No ano seguinte, desempenhou funções semelhantes no *Center of European Studies* e no *Center for International Affairs* (CFIA). Em 1985, concluiu o *Master of Arts*, seguido pela obtenção do título de Ph.D. em 1986, ambos pela Universidade de Harvard. Sua tese de doutorado, que abordava o fenômeno da hiperinflação ocorrido na Alemanha, Polônia, Áustria e Hungria na década de 1920, recebeu reconhecimento ao ser premiada em 1987 pela ANPEC.

Ao retornar ao Brasil, assumiu um posto de docente no departamento de economia da PUC-Rio, dedicando-se aos temas de inflação, estabilização e economia internacional. Durante esse período de docência, também realizou consultorias econômicas em paralelo, inclusive para o BNDES, a OCDE, a UNCTAD, o Ministério do Planejamento, a CEPAL, Instituto de Planejamento do Rio de Janeiro e para a Rio-92. Quando Fernando Henrique Cardoso, durante o governo de Itamar Franco, assumiu o Ministério da Fazenda, Gustavo Franco, que era filiado ao PSDB, ingressou

na equipe ministerial com outros colegas da PUC-Rio. Em seguida, com a presidência de Pedro Malan no Banco Central, migrou para a Diretoria de Assuntos Internacionais da instituição, onde permaneceu durante a inauguração do Plano Real e até 1997, quando se tornou presidente da instituição.

Em 1999 se retirou do cargo e voltou a lecionar na PUC-Rio. Entre 1999 e 2000, atuou como professor visitante no *Center for Research on Economic Development and Policy Reform* (CREDPR) da Universidade de Stanford. No ano 2000, fundou a Rio Bravo Investimentos, uma empresa de serviços financeiros especializada em fusões, aquisições, investimentos e securitizações. Em 2001, assumiu a posição de professor visitante na University of California, Los Angeles (UCLA). Desde então, dedicou-se ativamente no desenvolvimento dessa empresa, compartilhando o tempo com atividades acadêmicas. Possui publicações em periódicos acadêmicos internacionais de ciências econômicas do *mainstream*. É membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium, *think thank* liberal e participou da fundação do Partido Novo.

### **3.2.2 Leda Maria Paulani**

Filha de uma operadora têxtil e um administrador sem diploma que trabalhava numa empresa de comercialização de pneus e que completou seus estudos fundamentais já adulto por meio de um curso de Madureza (atualmente chamado de ensino supletivo), Leda Maria Paulani nasceu em 1954 em São Paulo. Apesar das restrições materiais latentes, Leda, assim como sua irmã, passou sua infância no seio de uma família estruturada cujos pais muito incentivaram a dedicação aos estudos. Embora não nomeie a escola que completou seu ginásio, afirma que foi em uma instituição pública com ensino de alta qualidade.

Aos 11 anos passou a ter interesse pelas questões referentes à economia, ao ver uma reportagem acerca da destruição de cebolas por parte dos produtores rurais e ficar inquieta tentando compreender o porquê. No entanto, seu núcleo familiar nunca havia ingressado no ensino superior e não possuía referências acerca do que seria uma graduação em ciências econômicas. A única expectativa é que seria um curso que mesclaria matemática e história, duas disciplinas que Leda possuía muita afinidade e domínio. Apesar da falta de informações acerca da graduação, em 1973 ingressou no curso de economia da FEA-USP. Durante os primeiros anos de curso se desapontou com o conteúdo das disciplinas, especialmente microeconomia, que segundo ela não eram capazes de explicar o mundo real. Eventualmente, durante a graduação, teve contato

com a teoria do valor-trabalho e passou a ter certeza que a melhor ciência econômica deveria ter seus fundamentos teóricos na economia política clássica.

Após a conclusão do curso em 1976, transferiu-se para a escola vizinha, a ECA, com o objetivo de cursar jornalismo no período noturno. Lá teve mais contato com teorias marxistas, em particular a Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, ingressou no mercado de trabalho como analista macroeconômica em um grande banco. Durante esse período, Leda Paulani afirmou se sentir profundamente sufocada no ambiente masculinizado e machista do banco de investimento, sentindo suas aulas noturnas de jornalismo como um alívio paliativo e uma prevenção de manutenção de sua inteligência. Além disso, também mantinha atuação de militância num grupo trotskista clandestino, que posteriormente entrou no PT.

Em 1983 retornou a FEA-USP para ingressar no mestrado em economia e cursou o primeiro ano enquanto ainda trabalhava no banco, uma vez que sua condição financeira não permitiu uma dedicação exclusiva aos estudos. Em seguida, em 1985, teve a oportunidade de atuar como professora substituta na mesma instituição e então decidiu abandonar definitivamente a posição no mercado financeiro. Em 1988 assumiu uma vaga de docente permanente na FEA e em 1991 concluiu seu doutorado, tematizando o conceito de dinheiro. Durante a década de 90, presidiu a Sociedade Brasileira de Economia Política, uma entidade com posição marcada contra a economia *mainstream*. Até 2007, publicava recorrentemente em jornais impressos da mídia tradicional. Suas publicações, em sua maioria, dedicam-se à temáticas do marxismo, com algum acesso a periódicos internacionais, inclusive norte-americanos - mas, nesse caso, nunca nas revistas estritamente de economia, mas sim de ciências sociais, história econômica ou análise de conjuntura.

Além de sua atuação acadêmica, foi assessora do chefe de gabinete de finanças da prefeitura de São Paulo de 2001 a 2003, durante a gestão do PT encabeçada pela Marta Suplicy. Já em 2013, durante o mandato de Fernando Haddad, assumiu a posição de secretária de planejamento e orçamento da prefeitura, onde permaneceu até 2015 para então voltar a se dedicar exclusivamente como acadêmica.

### **3.2.3 Comparação dos exemplos**

Embora possuam apenas dois anos de diferença de idade, as duas trajetórias apresentam tanto destinos quanto origens muito distintos. Enquanto Leda Paulani partiu de uma família de origem popular, com recursos materiais e culturais escassos e que as

referências a ensino superior se restringiam a mitologias acerca dos cursos tradicionais de direito, medicina e engenharia, Gustavo Franco nasceu em uma família que já cultuava íntimas relações com elites políticas nacionais, com amplo conhecimento do mercado de conhecimento do ensino superior e com exemplos muito próximos das trajetórias profissionais que ele seguiria com verossimilhança quando adulto.

A despeito da origem social distinta e da diferença geográfica, ambos acessaram o ensino superior em faculdades de excelência, que forneceram um amplo leque de opções de carreira para ambos. Tanto Leda quanto Gustavo trabalharam no mercado financeiro, contudo só o segundo desejou permanecer no meio. Essa questão é uma das principais diferenças em suas trajetórias. A relação da economista com sua experiência no mercado financeiro se estabeleceu por necessidade e foi pessoalmente frustrante por questões de machismo e divergências de ideias. O mercado financeiro para o economista, por sua vez, se estabeleceu como um eixo importante da sua carreira profissional, participando ativamente de bancos e fundos, atuando também nos principais órgãos públicos regulares e ocupando a posição de presidente do Banco central. Assim, enquanto a carreira acadêmica para a Leda consistiu em eixo central da sua carreira, para o Gustavo ela consistiu em um expediente importante porém secundário em relação às suas outras atuações profissionais.

Outro fato distintivo entre os dois é a internacionalização. Desde a pós-graduação Franco frequentou diversas instituições *mainstream* de economia, importando para si e realizando a manutenção da autoridade dessas redes durante toda sua carreira. Paulani, no entanto, não possui menções a internacionalização em sua autobiografia ou em seu Lattes, apontando a falta de centralidade que essa propriedade social teve em sua trajetória.

### 3.3 Entrevistas de profundidade

Apesar de os dados biográficos disponíveis online fornecerem resultados significativos, esse perfil de amostra é limitado em relação ao tipo de variável que apresenta. Por exemplo, questões como filiação religiosa, origem familiar, afinidade com disciplinas, entre outras propriedades sociais potencialmente importantes não figuram em dados biográficos presentes em currículos *online*. Com o intuito de capturar outras possíveis propriedades sociais de distinção, bem como seus respectivos processos de socialização geradores, foi realizado um conjunto de entrevistas de profundidade com economistas que se posicionaram em relação ao Teto. As 4 entrevistas ocorreram

entre 2021 e 2022, todas remotamente. Elas foram transcritas e sistematicamente tabuladas e agrupadas na tabela 38, que compila também informações adquiridas em documentos externos, como o Lattes e os artigos do participante. O roteiro de entrevista, disponível em anexo, é semi estruturado e foi organizado em 5 blocos. No primeiro bloco, “**atributos pessoais e formação acadêmica**”, residem perguntas a respeito da idade, gênero, filhos, e instituições acadêmicas da formação. No segundo bloco, “**família e vida pré-universitária**”, foram levantadas questões acerca do histórico profissional e escolar dos pais e avós dos participantes, assim como de sua primeira infância e adolescência, dando destaque à sua experiência escolar e familiar, rotina de lazer, relação com a religião e a política, entre outras variáveis de socialização. No terceiro bloco, “**trajetória acadêmica e profissional**”, foi investigada a vida universitária dos participantes, da graduação até o doutorado, bem como seu histórico profissional. No quarto bloco, “**filiação teórica**”, foram demandadas questões a respeito do posicionamento teórico-epistemológico dos participantes, com perguntas a respeito de sua autoclassificação teórica, definição de heterodoxia e ortodoxia e perguntas fechadas sobre concepções teóricas e políticas. No quinto e último bloco, “**práticas culturais**”, foram mobilizadas perguntas sobre as práticas culturais atuais, considerando a forma de se informar do entrevistado, suas preferências musicais e gastronômicas, entre outras questões.

O restrito conjunto de entrevistas realizadas possui uma concentração de economistas avessos ao Teto de Gastos. Esse fenômeno se deve a dois fatores principais: o maior acesso do autor aos economistas desse polo, por certo, mas também a recusa<sup>26</sup> por parte dos economistas do outro polo em participar da pesquisa.

**Tabela 40: dados das entrevistas**

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
<b>Bloco 1: atributos pessoais e formação acadêmica</b>					
B1.1	Idade	37	54	39	43
B1.2	Gênero	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino
B1.3	Graduação	FEA-USP	FEA-USP	FEA-USP	UFMG

<sup>26</sup> Essa recusa se deu tacitamente, pela ausência de respostas aos convites por e-mail, e mais explicitamente, no caso de um docente da PUC-RIO, que declarou ao intermediador que não participaria por temer que a pesquisa não fosse “séria” ou “científica”.

B1.4	Mestrado	UFRJ	UNICAMP	UNICAMP	FEA-USP
B1.5	Doutorado	FEA-USP	UNICAMP	CAMBRIDGE	FEA-USP
B1.6	Natalidade	Santo André, São Paulo	Santos, São Paulo	São Paulo, São Paulo	Oliveira, interior de Minas Gerais
B1.7	Criação	Zona leste de São Paulo	Bertioga, São Paulo	Zona sul de São Paulo	Oliveira, interior de Minas Gerais
B1.8	Filhos	Uma menina	nenhum	nenhum	nenhum
<b>Bloco 2: família e vida pré-universitária</b>					
B2.1	Grau de memória genealógica	Até os avós	Até os bisavôs	Até os bisavôs	Até os avós
B2.2	Avós imigrantes	Não	Não	Avô materno italiano	Não
B2.3	Profissão do avô materno	Trabalho rural de subsistência	Trabalho rural de subsistência	Proprietário de pequena fazenda com funcionários	Trabalho rural de subsistência
B2.4	Escolaridade do avô materno	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto
B2.5	Profissão da avó materna	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa
B2.6	Escolaridade da avó materna	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto
B2.7	Profissão do avô paterno	Trabalho rural	Trabalho rural	Bancário	Trabalho rural
B2.8	Escolaridade do avô paterno	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Segundo grau completo	Fundamental 1 incompleto
B2.9	Profissão da avó paterna	Dona de casa	Trabalho rural de subsistência	Dona de casa	Dona de casa
B2.10	Escolaridade da avó paterna	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto	Fundamental 1 incompleto
B2.11	Irmão	Irmão mais velho com faculdade privada	Uma irmã mais velha técnica em contabilidade e um irmão mais velho bacharel em relações públicas	Um irmão mais novo que fez Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie (graduação e mestrado) e um mais velho que fez artes plásticas na ECA (graduação, mestrado e doutorado)	Irmã mais velha com faculdade privada em publicidade
B2.12	Profissão da mãe	Técnica em contabilidade	Empregada doméstica	Professora coordenadora	Empregada doméstica
B2.13	Escolaridade da mãe	Nível técnico	Fundamental 1 incompleto	Mestrado completo	Fundamental 1 incompleto
B2.14	Profissão do pai	Comerciante médio	Projetista (faleceu na infância do entrevistado...)	Engenheiro eletrônico	Proletário (faleceu aos 5 anos do entrevistado)

B2.15	Escolaridade do pai	Fundamental 1 completo	Fundamental 1 completo	Ensino Superior	Fundamental 1 incompleto
B2.16	Férias na infância	Viagens para visitar casas de familiares	Viagens para visitar casas de familiares	Viagens para visitar casas de familiares	Viagens para visitar casas de familiares
B2.17	Práticas religiosas na infância	Ir à missa católica	Ir à missa católica	Sincretismo entre o catolicismo e o espiritismo	Ir à missa, novena de Natal e outras cerimônias
B2.18	Relação com os estudos na infância	Gostava de estudar	Gostava de estudar, mas fez um colégio fraco	Gostava de estudar, mas foi expulso do colégio por brigar e reprovou duas vezes	Gostava de estudar, mas fez um colégio fraco
B2.19	Política na infância	Pais conservadores	Pais conservadores	Mãe progressista	Recusa da política
B2.20	Esportes na infância	Basquete por diversão	Surfe por diversão	Futebol e basquete por diversão	Futebol por diversão
B2.21	Família valorizava o estudo	Sim	Sim	Sim	Sim
B2.22	Ensino Fundamental	Colégio particular religioso	Colégio público estadual	Colégio particular religioso	Colégio público estadual
B2.23	Ensino Médio	Colégio particular religioso	Colégio público estadual	Colégio técnico particular	Colégio público estadual
B2.24	Disciplinas básicas que gostava	Matemática, história e geografia	Matemática, história e ciências sociais	Todas, mas tinha dificuldade em português	Física, matemática, química e história
B2.25	Papel dos professores pré-universitários	Professores de história e geografia fundamentais para as escolhas profissionais e políticas	Professora de história fundamental para a escolha política.	Gostava muito dos professores, mas não enfatiza nenhum.	Gostava muito dos professores, mas não enfatiza nenhum.
B2.26	Práticas culturais no ensino médio	Samba, cinema, teatro	Literatura com os amigos, mas não havia cinema e teatro	Dança, teatro todo final de semana, cinema	Televisão
<b>Bloco 3: trajetória acadêmica e profissional</b>					
B3.1	Influência de terceiros para a escolha do curso	Parcial. Entusiasmo com as disciplinas de humanidades e matemática e seus respectivos professores a incentivaram	Grande amigo do irmão admirado canalizou os interesses dele por humanas em economia, argumentando inclusive em favor do emprego	Negativa, amigos temiam que ele virasse um burocrata	Parcial. O exemplo dos amigos mostrou que era possível prestar vestibular e ir pra UFMG. Prima sugeriu economia.
B3.2	Razão da escolha do curso	Relação com a escrita e "boa análise da realidade"	Interesse por ciências sociais e vontade de superar a pobreza	Canalizar a facilidade com as matérias que gostava e lidar com questões sociais	Pragmatismo econômico, empregabilidade
B3.3	Outros cursos considerados	Jornalismo	História, geografia	Arquitetura e geografia	Engenharia, administração,

					direito, estatística
B3.4	Curso pré-vestibular	Não	Sim	Sim	Não
B3.5	Razão de escolha pela Universidade	Gratuidade do curso	Admiração pelos alunos de lá e desconhecimento de outras universidades públicas	Mãe sempre idealizou a USP e ambicionava que os filhos fizessem escola de ponta	Gratuidade do curso e empregabilidade
B3.6	Afinidade com as disciplinas de exatas de economia	Sim	Sim	Sim	Sim
B3.7	Afinidade com as disciplinas de humanas de economia	Sim	Sim	Sim	Sim
B3.8	Quase desistiu de economia	Sim	Sim	Não	Não
B3.9	Insatisfação com as matérias teóricas do começo da graduação	Sim	Sim	Não	Sim
B3.10	Interesse por outras áreas de humanas	Sim	Sim	Sim	Sim
B3.11	Autores com que simpatizou na graduação	John Maynard Keynes e Michal Kalecki	John Maynard Keynes Keynes e Michal Kalecki	Celso Furtado, Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes	Robert Lucas Jr <sup>27</sup> e John Maynard Keynes
B3.12	Matérias que gostava na graduação	Matérias de humanas	Todas, principalmente macroeconomia e economia brasileira	Todas, exceto econometria, porque a aula era muito teórica	Todas, principalmente as de macroeconomia
B3.13	Tema de interesse na graduação	História econômica, história das ideias e desigualdade	Macroeconomia e desenvolvimento brasileiro	Macroeconomia, desenvolvimento e economia industrial	Macroeconomia, economia monetária
B3.14	Razão de escolha da Universidade do Mestrado	Não passou na USP mas orientador recomendou colega na UFRJ	Não passou na USP e queria estudar heterodoxia	Filiação teórica, proximidade com o orientador e a possibilidade de continuar trabalhando	Interesse na agenda de pesquisa de um professor da USP
B3.15	Autores da pós-graduação	Celso Furtado	Kalecki, Chico de Oliveira, Celso Furtado, Raul Prebisch	Pós-keynesianos, Celso Furtado	Keynes, Lucas
B3.16	Tema de interesse no mestrado	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento e inovação	Economia monetária

<sup>27</sup> Robert Lucas Jr. é conhecido por suas críticas à teoria keynesiana e por suas contribuições para o desenvolvimento da macroeconomia neoclássica. Ele foi um proponente da chamada "revolução das expectativas racionais" na economia, que desafiou os pressupostos da teoria keynesiana.

B3.17	Razão de escolha da Universidade no Doutorado	Voltar para SP e para ser orientada pelo professor da USP com quem ela trabalhou na graduação	Gostar de onde estava, do orientador, trabalhar com ele, comodidade	Um colega do grupo de pesquisa foi pra fora, conheceu o centro multidisciplinar e apresentou ao entrevistado, que queria se internacionalizar e fazer algo multidisciplinar	Continuidade da bolsa
B3.18	Tema de interesse no doutorado	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Economia monetária
B3.19	Disciplinas de interesse na pós	Matérias de desigualdade	Macroeconomia	Macroeconomia	Econometria
B3.20	Histórico profissional	Academia, funcionalismo, academia	Banco, academia, docência privada, funcionalismo, academia	Assistente de pesquisa na FIESP, consultor, professor, funcionário público no banco de desenvolvimento francês, <i>Agence Française de Développement</i>	Ensacador, estagiário de em escritório de advocacia, bolsista na academia até o doutorado, depois atuou como consultor na Tendências até 2010, quando passou no concurso da UFMG
B3.21	Experiência Internacional	Não	Sim, no governo	Sim, no doutorado	Não
B3.22	Domina métodos quantitativos	Não	Sim	Sim	Sim
B3.23	Mobiliza a formalização matemática em sua atividade acadêmica	Não	Não	Não	Sim
B3.24	Já trabalhou em consultoria econômica	Não	Sim	Sim	Sim
B3.25	Política	Filiada	Sem filiação formal, mas tem interesse oferece consultorias voluntárias a partidos	Sem participação formal	Sem filiação formal, mas tem interesse e oferece consultorias voluntárias a partidos
B3.26	Personificação de suas escolas teóricas em um ou mais professores da graduação	Sim	Sim	Sim	Sim
B3.27	Ocupação atual	Pró-reitora de graduação da UFABC, professora do curso de ciências econômicas da mesma instituição	Consultor freelancer	Funcionário público da <i>Agence Française de Développement</i>	Professor adjunto do curso de ciências econômicas da UFABC
<b>Bloco 4: filiação teórica</b>					

B4.1	Posição em relação ao Teto	Contra	Contra	Contra	A favor
B4.2	Autores de referência	Celso Furtado / Maria da Conceição Tavares / Mariana Mazzucato / Ha-Joon Chang	Maria da Conceição Tavares / Michal Kalecki / Mario Possas / Alexandre Barbosa	Nicholas Kaldor / John Maynard Keynes / Raúl Prebisch / Paul Krugman / Dani Rodrik	Robert Lucas Jr / John Maynard Keynes / Daron Acemoglu
B4.3	Economia como conhecimento isolado	Não	Não	Não	Sim
B4.4	Autoclassificação epistemológica	Estruturalismo latino-americano	Estruturalismo latino-americano	Pluralismo	Novo keynesianismo
B4.5	Diferença entre heterodoxia e ortodoxia	A heterodoxia é derivada da economia política e a ortodoxia tem pressupostos de individualismo, racionalidade limitada, maximização e tendência ao equilíbrio	Ortodoxo é a ênfase no individualismo metodológico, uma vez que essa teoria expõe a história. Heterodoxo é todo mundo que nega isso, considerando história, classes, instituições, geopolítica, etc.	Heterodoxia é a compreensão da economia como uma ciência plural e não restrita a modelos matemáticos e quantitativos.	Ortodoxia como a forma de simplificar a realidade em modelos para conseguir explicá-la. Ademais, a ortodoxia articula a teoria com a empiria.
B4.6	O êxito dos indivíduos nas empresas depende de sua capacidade de adaptação ao ambiente dado	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda.
B4.7	A liberdade do indivíduo depende da emancipação coletiva	Concorda parcialmente	Concorda	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente.
B4.8	Entre as razões para apoiar o atual Governo Federal, uma das mais importantes é a sua política econômica <sup>28</sup>	Discorda parcialmente	Discorda	Discorda	Discorda parcialmente
B4.9	O formato atual do capitalismo tem mais beneficiado a humanidade do que a prejudicado	Discorda	Discorda parcialmente.	Não quis opinar	Concorda.
B4.10	O altruísmo, enquanto ação benévola, sem interesse do benefício próprio, é impossível	Discorda	Discorda	Discorda	Concorda
B4.11	Os recursos da sociedade devem	Discorda	Discorda	Discorda	Discorda parcialmente

<sup>28</sup> Por conta do intervalo em que as entrevistas foram realizadas (entre 2021 e 2022), essa pergunta remetia ao governo de Jair Messias Bolsonaro.

	ser distribuídos a partir do mérito individual				
B4.12	A igualdade é decorrência da liberdade	Discorda parcialmente	Discorda	Discorda parcialmente	Discorda
B4.13	Os mecanismos de mercado são os principais instrumentos para alcançar o bem público	Discordo parcialmente	Discorda.	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente
B4.14	A dívida é, além de um problema econômico, um problema moral	Discorda	Discorda	Discorda	Discorda
B4.15	A contenção de gastos públicos pode ser uma eficaz ferramenta de estabilização fiscal	Discorda parcialmente	Discorda	Discorda parcialmente	Concorda
B4.16	O salário mínimo aumenta o desemprego de setores mais qualificados	Discorda	Discorda	Discorda	Concorda parcialmente
B4.17	A inflação é primariamente um fenômeno de origem monetária	Concorda parcialmente	Discorda	Discorda parcialmente	Concorda parcialmente
B4.18	O sistema capitalista possui uma tendência inerente de crise	Concorda	Concorda	Concorda parcialmente	Concorda
B4.19	Empresas estatais deveriam ser privatizadas	Discorda	Discorda	Discorda	Concorda parcialmente
B4.20	A contenção do aumento da dívida é o objetivo primário do governo	Discorda	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente
B4.21	O investimento produtivo se reduz quando a taxa de juros aumenta	Concordo parcialmente	Concorda	Concordo parcialmente	Concorda
B4.22	A redução da desigualdade gera crescimento econômico	Concorda	Concorda	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente
B4.23	Muitas vezes modelos com competição perfeita explicam bem a realidade	Discorda	Discorda	Discordo parcialmente	Discordo parcialmente
B4.24	A rigidez dos preços explica as	Discorda	Discorda	Discorda parcialmente	Discorda

	eventuais diferenças em relação à trajetória de crescimento no longo prazo				
B4.25	O equilíbrio é a melhor forma de analisar problemas econômicos	Discorda	Discorda	Discorda	Concordo parcialmente
<b>Bloco 5: práticas culturais</b>					
B5.1	Filhos	Uma menina	nenhum	nenhum	nenhum
B5.2	Relacionamento romântico	União estável heterossexual	União estável heterossexual	União estável heterossexual	União estável heterossexual
B5.3	Idiomas falados	Inglês, espanhol	Inglês, espanhol	Inglês, francês	Inglês
B5.4	Quando estudou inglês	Ensino médio	Ensino superior	Ensino superior	Ensino superior
B5.5	Como se informa?	Twitter / Valor Econômico / Folha / Nexo / Intercept / a Terra é redonda / Outras palavras	Folha / Valor Econômico / Project Syndicate / Twitter	Twitter / Courier International	Twitter / Valor Econômico / Telejornais / Folha / Estadão / Globo News / CNN / BBC
B5.6	Fé atualmente	Não pratica, apesar de ter fé	Não tem fé	Não tem fé	Não pratica, apesar de ter fé
B5.7	Práticas filantrópicas	Eventualmente	Constantemente para instituições específicas	Não	Eventualmente
B5.8	Endereço atual	São Caetano, Barcelona	São Caetano, Cerâmica	Paris, França	São Paulo, Vila Mariana
B5.9	Razão da escolha	Preço	Praticidade	Vida cultural	Praticidade
B5.10	Motivo de gostar do bairro	Praticidade de fazer coisas a pé	Praticidade e sistema de saúde	Vida cultural	Praticidade e silêncio
B5.11	Bebidas em casa	Água, refrigerante, suco, vinho e cerveja	Água e leite	Vinho, cerveja	Cerveja, cachaça e vinho
B5.12	Preferência de vinho	Sem preferência	Não bebe	Sem preferência	Seco
B5.13	Cerveja	Bohemia	Não bebe	Todas	s/i
B5.14	Alimentação	Semi-vegetariana	Onívoro	Onívoro	Onívoro
B5.15	Culinária favorita	Japonesa ou italiana	Japonesa ou italiana	Que envolva carne	Italiana e mineira
B5.16	Finais de semana	Obrigações da semana e vida familiar casual	Passeios culturais gratuitos em SP	Passeios culturais, festas	Bares, cinema e amigos
B5.17	Viagens de lazer	Raras	Raras	Sazonais	Raras
B5.18	Férias	Trabalho	Trabalho	Vir ao Brasil	Trabalho
B5.19	Leitura	Literatura,	Literatura,	Múltiplos gêneros	Livros científicos

		biografia e literatura feminista	biografia		de história
B5.20	Livros de outras disciplinas	História, sociologia	História, sociologia	História, sociologia, filosofia	História
B5.21	Gosto musical	Samba, MPB	MPB, pop, jazz, música clássica, sertanejo, samba	Techno, funk, MPB, pop, jazz, música clássica, sertanejo, samba	Rock, MPB
B5.22	Momentos de apreciação de música	Deslocamento, tarefas domésticas	Deslocamento e tarefas domésticas	Em todas as oportunidades possíveis, inclusive no trabalho	Deslocamento, caminhando com o cachorro, finais de semana
B5.23	Consome podcasts	Podcasts de economia heterodoxa	Podcasts de economia heterodoxa	Podcasts de vários temas acadêmicos	Podcasts de futebol
B5.24	Streaming	Netflix, Disney+	Netflix	Netflix	Netflix

### 3.3.1 Economista 1

Completamente avessa ao Teto de Gastos, essa economista se posicionou contra a implementação e a manutenção do Teto de Gastos e se autocalifica como estruturalista latino-americana, dizendo-se especialmente herdeira de Celso Furtado. Nascida em Santo André, filha de uma técnica de contabilidade e de um comerciante médio que concluiu os estudos apenas até o primeiro nível do fundamental, a Economista 1 cresceu na zona leste de São Paulo durante as décadas de 1980 e 1990.

Ao relatar sobre sua educação na infância, a Economista 1 endossou frequentemente sua postura tímida, de disciplina alinhada com as regras institucionais e, principalmente, dedicada aos estudos. Sua mãe, ciente dos potenciais de mobilidade social advindos da educação, zelou para que o processo formativo da Economista 1 ocorresse sempre nas melhores instituições que a família conseguisse acessar. Assim, o ensino fundamental desta entrevistada ocorreu em um colégio religioso bem avaliado. Contudo, este colégio, naquela época, não oferecia ginásio, obrigando tanto a Economista 1 quanto suas amigas a escolherem outra escola para dar continuidade aos estudos. Embora suas amigas tivessem escolhido outro colégio da região, a mãe da Economista 1 exigiu que a filha fosse para o melhor, segundo o *ranking* dos jornais, no Tatuapé, um dos bairros mais nobres da Zona Leste de São Paulo.

Nesse colégio de ensino exigente e dedicado ao vestibular, a Economista 1, além de adquirir os conhecimentos necessários para posteriormente ingressar no curso de economia da USP sem a necessidade de cursinho, a partir de aulas suplementares de

história e geografia, das quais ela tinha afinidade, iniciou um ligeiro processo de divergência política-moral de sua família politicamente conservadora.

Eram todos professores ótimos, então foi muito importante para a minha formação e até para essa inflexão. Se eu não tivesse feito esse complemento e tivesse me aprofundado em História e Geografia, talvez eu tivesse demorado um pouco mais para fazer essa inflexão em termos de ideologia, em termos de preferências políticas.

Essa afinidade por história, geografia, geopolítica, política e outras áreas da humanidades, aliada a um prazer pela produção textual, ensejou que a Economista 1 flertasse em escolher jornalismo como ensino superior. No entanto, em um dos episódios em que lia a seção de opiniões do jornal da Folha, teve contato com um texto de um economista e ficou seduzida pela aquela visão de mundo que combinaria justamente aquelas diversas dimensões das humanidades. Ao pesquisar, em guias de estudantes, informações adicionais sobre o curso de economia, notou que possuía todas as propriedades necessárias para aquela formação, a saber, não apenas uma afinidade com humanas, mas um domínio de matemática. Enquanto a escolha por economia se deu pelas razões supracitadas, a escolha pela USP se justificou pelas restrições econômicas que a família da Economista 1 passava na época, que impossibilitaram a realização da graduação em uma faculdade particular.

Logo no início de sua graduação, no primeiro ano, decidiu seguir a área acadêmica, especialmente por inspiração na performance de aulas do professor de história do pensamento econômico. Assim, passou a dedicar a integridade de seu tempo à universidade, permanecendo nela praticamente o dia inteiro, entre aulas e trabalho como assistente de pesquisa. Embora estivesse certa do desejo de seguir carreira acadêmica, quase desistiu do curso de economia no segundo ano, insatisfeita com a incapacidade das disciplinas básicas obrigatórias de microeconomia e macroeconomia de explicarem a realidade. Essa incerteza a respeito da permanência no curso foi agravada numa disciplina de Sociologia Econômica, que apresentou críticas externas à disciplina de economia. Em sua Iniciação Científica do primeiro ano, produziu um trabalho acerca das críticas à disciplina e em sua banca de avaliação, o mesmo professor que a inspirou a seguir carreira acadêmica foi um dos avaliadores e a provocou dizendo que ela deveria decidir se criticaria as ciências econômicas de dentro da disciplina ou de fora. Assim, embora estivesse flertando em se transferir para o curso de Ciências

Sociais, essa intervenção foi decisiva para a sua permanência na formação de economista.

Com o avançar do curso e o início das disciplinas optativas, a Economista 1 passou a ter mais segurança sobre sua decisão de permanência. Disciplinas como Macroeconomia Pós-Keynesiana, Economia Política, Sociologia Econômica II, Formação Econômica do Brasil, entre outras, fizeram-na perceber que era possível fazer economia para além dos pressupostos teóricos do *mainstream*. Apesar do entusiasmo com essas disciplinas que envolviam graus variados de interdisciplinaridade com as ciências humanas, a Economista 1 sempre manteve afinidade e domínio com as disciplinas de matemática, inclusive tendo as matérias de cálculo como prediletas durante seu primeiro ano da graduação. Para ela, essa afinidade se deve a extensiva exposição que teve à matemática durante o ensino médio.

[...] e eu sempre gostei muito de Matemática. Isso é até uma coisa que eu me ressinto, eu acho que eu acabei perdendo essa habilidade porque eu parei de praticar, mas eu realmente tinha talento para Matemática. Eu me dava muito bem, eu entendia muito bem. Então eu fiz as disciplinas de Cálculo com muita facilidade por conta dessa base que eu tinha. Eu sempre gostei muito de exercícios de páginas e páginas para chegar no resultado final. Sempre gostei muito, sempre foi um grande desafio fazer isso. Então, no começo era Cálculo por conta disso, preferia mil vezes às aulas de Cálculo do que as aulas de Micro e Macro convencionais. (Economista 1)

Para a Economista 1, todas as opções profissionais que cogitou enquanto economista envolviam a academia. Participou de alguns processos seletivos para empresas do setor privado, mas não sustentou o interesse por aquele estilo de vida. Ao final da graduação, decidiu ingressar no mestrado e prestou a ANPEC. No entanto, não conseguiu se classificar para permanecer na USP e foi para a UFRJ. Lá teve contato intensivo com abordagens voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, tema que para ela de imediato a interessou, uma vez que sempre esteve preocupada com a questão da desigualdade e da justiça social. Realizou sua dissertação sobre teoria de complexidade, estendendo a discussão para Michal Kalecki e Joseph Schumpeter.

Ao final do mestrado, prestou o doutorado na USP e então retornou para sua universidade de origem e realizou o doutorado sobre desenvolvimento socioeconômico com o professor pós-keynesiano com o qual foi assistente de pesquisa durante a graduação. Ao final do doutorado, prestou concurso para a câmara dos vereadores de São Paulo e lá permaneceu durante 4 anos, até assumir uma vaga de docente na UFABC.

### 3.3.2 Economista 2

Enfaticamente crítico ao regime de controle de gastos, esse economista se posicionou contra a implementação e a manutenção do Teto de Gastos e se autoclassifica como estruturalista latino-americano.

Filho de uma empregada doméstica e um projetista sem formação técnica, falecido, e o mais novo de três filhos, o economista 2 passou sua infância e adolescência entre Bertioga e Ilhabela, nos anos 1970 e 1980, com restrições materiais e culturais. Seu acesso à educação se deu por meio de colégio estadual em sua cidade. Tinha bom desempenho escolar, embora ressalte a baixa exigência do colégio. Suas disciplinas prediletas eram matemática, história e ciências sociais. Nessa época, seu lazer individual se resumia a surfar e brincar sozinho, práticas que se preservaram até a adolescência, quando passou a se entusiasmar com literatura, juntamente com seus amigos. Quanto a suas práticas religiosas, sua família ia com ele à missa católica com alguma frequência. Os temas de política em sua casa, por outro lado, manifestaram-se a partir de seu irmão mais velho, que se entusiasmava com as discussões políticas de esquerda e fazia um contraponto ativo à passividade conservadora da mãe.

A figura desse irmão mais velho é fundamental na trajetória do economista 2, uma vez que foi este quem forneceu os principais estímulos não apenas para o interesse pela política, mas pela cultura, os estudos e, principalmente, para fazer faculdade. Declara o economista 2, sobre como seu irmão expandiu seu mundo:

Com meu irmão. Quando ele estava na faculdade, eu era um molequinho. Ele começava a falar dos livros, começava a falar das coisas que ele aprendeu na escola. Na faculdade, as histórias que ele ia aprendendo na faculdade de comunicação lá de Santos. E eu achava aquilo fantástico. Falava, nossa, o mundo é grande. O mundo não é Bertioga, o mundo tem coisas acontecendo. É mais interessante do que parece. Meu posicionamento político nasce da formação que meu irmão iniciou comigo. (Economista 2)

Assim, esse irmão apresentou ao economista 2 uma sensibilidade social aguçada, desde cedo incomodada com questões sociais e a desigualdade:

Aí, ciências sociais, ciências sociais... aí me interessei! Aquilo me explicava parte do mundo que eu não entendia. Explicava alguns absurdos, uma desigualdade social absurda. Éramos muito pobres, enquanto havia uma casa dez vezes maior que a nossa. Minha mãe tinha que limpar lá, mas eles [os proprietários] nunca estavam presentes. A casa estava vazia. Enquanto isso, nós mal tínhamos o suficiente para sobreviver, então aquilo não fazia sentido para mim. Bom, essas coisas começaram a ser explicadas pelos livros que li e pelo que meu irmão falava. (Economista 2)

Assim, seguindo os passos do irmão que investiu no ensino superior privado, o economista 2 também nutriu esses desejos e se pôs a estudar. Seus professores de história e geografia alimentavam seu interesse por humanidades e, numa conversa com o melhor amigo de seu irmão, recebeu a sugestão de cursar ciências econômicas e foi convencido, uma vez que esse curso prometia fornecer subsídios para que ele compreendesse sua realidade e, principalmente, adquirisse condições para superar a pobreza. Escolheu a USP pela gratuidade do curso (desconhecia outras universidades públicas) e por ter conhecido alunas de lá, que foram passar as férias em Ilhabela, ficando interessado no perfil do aluno da universidade.

Ao concluir o segundo grau, realizou um ano de cursinho com bolsa em outra cidade do litoral, transportando-se pendularmente todo dia por meio de balsa e bicicleta. O economista 2 prestou outras universidades particulares em São Paulo, também, pois estava muito interessado em mudar para essa cidade e expandir seu mundo. Ao final do ano foi aprovado na USP e se tornou a primeira pessoa de sua cidade a ingressar numa universidade pública. Quem mais reconheceu sua proeza e se emocionou foi seu irmão.

No começo das aulas, em 1989, se mudou para São Paulo para morar com o irmão, que já estava instalado na cidade, no bairro do Jabaquara. Tentou aproveitar ao máximo a vivência da universidade, frequentando-a diariamente em período integral e usufruindo da sua infraestrutura de esportes e de cultura. Contudo, em seus primeiros anos de graduação esteve profundamente insatisfeito com o curso, frustrado com a incapacidade das teorias apresentadas de explicarem a realidade. Segundo ele foi por um triz que não migrou para o curso de História, o que só não ocorreu porque um professor da FEA, que encontrou no corredor da faculdade, avistou em suas mãos o documento de transferência de curso e intercedeu, prometendo que a graduação passaria a fazer mais sentido nas disciplinas vindouras. Isso fez com que desistisse da transferência.

A promessa se concretizou e o economista 2 seguiu sua formação como economista, principalmente interessado nas questões do desenvolvimento econômico, macroeconomia e economia brasileira. Ao final da graduação, dividido entre prestar o mestrado e trabalhar, escolheu, primeiramente, a segunda opção, tendo em vista que a vida acadêmica poderia recebê-lo posteriormente, enquanto o mercado de trabalho não. Atuou, então, alguns anos no banco Itaú, onde pôde acumular capital econômico mas,

também, sentir a frustração de não estar lidando com as questões sociais que sempre o interessavam.

Em seguida, prestou o exame da ANPEC por dois anos, ambicionando ingressar no mestrado da FEA-USP ou na Unicamp, interessado em aprender mais sobre as teorias heterodoxas. Foi aprovado na Unicamp em 1997 e foi lá que realizou seu mestrado, tematizando desenvolvimento econômico. Por conta de seu orientador, teve a oportunidade de trabalhar na Secretaria do Trabalho de São Paulo, enquanto também lecionava numa faculdade particular no interior. Em 2009, ingressou no doutorado na Unicamp, com o mesmo orientador e ainda na temática do desenvolvimento, mas tratando da questão da dependência. Depois do doutorado, foi funcionário público no IPEA, mas abandonou o cargo para fazer um pós-doutorado em Portugal. Ao retornar, foi professor visitante na UFABC, mas após a finalização do seu contrato, passou a trabalhar como consultor.

### **3.3.3 Economista 3**

Este economista, embora seja contra o Teto de Gastos, concorda com algumas formas de contenção de gastos. Possui seu enquadramento epistemológico entre a escola estruturalista latino-americana e o pós-keynesianismo.

Neto de um avô pequeno proprietário de terras rurais que posteriormente ensaiou uma carreira de bancário, o Economista 3, entre os entrevistados nessa pesquisa, é o que possui a família com mais acesso ao ensino superior. Com ambos os pais com superior completo, sendo a mãe formada em letras com mestrado e o pai engenheiro elétrico da Universidade Mackenzie, tanto o Economista 3 quanto seus 2 irmãos puderam ter acesso à universidade.

Durante sua infância, estudou em um dos primeiros colégios de abordagem construtivista da cidade de São Paulo, com diversos incentivos ao consumo de arte e cultura formal. A escolha do colégio e desse estilo de criação em grande parte é derivado da valorização materna da educação de excelência. Contudo, com a separação dos pais, as condições econômicas da família se deterioraram e com isso a continuação no colégio particular que estudava. Esse fato somado ao desejo de estudar arquitetura ensejou que o Economista 3 prestasse o vestibular do curso de edificações de um colégio técnico público. Uma vez aprovado, embora desempenhasse bem em todas as

disciplinas convencionais do ensino médio, passou a ter muita dificuldade com as matérias de desenho técnico, que causaram sua reprovação no ano acadêmico. Esse fato foi de extrema relevância para sua escolha de curso superior. Com o intuito de combinar suas proficiências em exatas e humanidades, o Economista 3 concebia o curso de Arquitetura como uma boa opção. No entanto, notar que não possuía as habilidades de desenho necessárias tanto para seguir nessa carreira, passou a cogitar Geografia ou Ciências Econômicas. Embora seu assíduo interesse em questões de geopolítica, do mundo do trabalho, de evolução tecnológica, o seduzisse para o curso de geografia, acabou escolhendo economia por acreditar que esse curso, além de fornecer repertório sob todas essas questões, aproveitaria bem suas habilidades matemáticas.

Após cursar cursinho pré-vestibular, ingressou na turma noturna do curso de economia da USP em 2004. A escolha por essa universidade se deveu a sua gratuidade, ao caráter de excelência da instituição e a admiração que a mãe do Economista 3 tinha por ela. Durante o início da graduação, ficou frustrado com a convivência universitária da FEA por não ter a oportunidade de socializar com seus colegas do noturno, que em sua maioria só ficavam na universidade para assistir as aulas. Posteriormente, o Economista 3 mudou de período do curso e passou a gostar mais da instituição, por passar a conviver mais com seus colegas de curso. Apesar das dificuldades iniciais com a vida social no curso, o entrevistado em questão sempre desempenhou bem nas disciplinas da faculdade, inclusive se entusiasmando com todas as disciplinas da graduação, exceto econometria - por conta da maneira excessivamente teórica que era abordada na graduação.

Quanto à vida profissional, no entanto, sempre teve receio de seguir a maior parte das carreiras tradicionais de um economista. Temia se aproximar demais do mercado financeiro e ficar restrito a uma rotina de escritório ou, na melhor das hipóteses, tornar-se um burocrata do Estado. Com o imaginário acerca das trajetórias profissionais possíveis delimitadas por essas metáforas, o Economista 3 escolheu a carreira acadêmica como forma de contornar essas formas de existir. Mas tentou participar do mundo corporativo fazendo estágio em um banco de investimentos, mas não possuía afinidade com o ambiente e aquele estilo de vida.

Em seguida, ingressou em um estágio de pesquisa aplicada na FIESP, onde pode atuar na prática com as questões acerca de industrialização e desenvolvimento e lá

permaneceu até o doutorado. Nesse sentido, essa experiência profissional foi decisiva na sua trajetória, uma vez que foi por conta dela que o Economista 3 decidiu prestar mestrado. Por influência de seu supervisor do trabalho e por querer estudar as teorias *não-mainstream*, escolheu cursar o mestrado na Unicamp, embora tenha sido aprovado também na FEA-USP e na FGV-SP.

Durante sua estadia na Unicamp, continuou trabalhando na FIESP, na medida em que seu trabalho e sua pós-graduação eram complementares. Ao encerrar o mestrado, foi aprovado no doutorado na mesma instituição, após um semestre de curso foi aceito na Universidade de Cambridge e preferiu a oportunidade de dar continuidade a seus estudos no Reino Unido. Lá se assentou no departamento de *Land Economics*, um polo multidisciplinar e *não-mainstream* de economia.

Após a conclusão do doutorado, retornou ao Brasil e atuou como pesquisador e consultor na FGV. Posteriormente ingressou como professor visitante na rede federal, com contrato limitado a dois anos de vigência. Com o encerramento desse vínculo, que coincidiu com o advento da pandemia do coronavírus, seu ex-supervisor de Cambridge o convidou para atuar como pesquisador na *Agence Française de développement*, o banco de desenvolvimento da França, investigando questões de industrialização e transição ecológica.

#### **3.3.4 Economista 4**

Defensor do controle dos gastos do Estado, esse economista se posicionou a favor da implementação e a manutenção do Teto de Gastos e se autocalifica como Novo Keynesiano.

Filho de uma doméstica com um metalúrgico que faleceu quando o entrevistado tinha 5 anos, o economista 4 teve uma infância e adolescência de muitas restrições materiais e culturais em uma cidade do interior de Minas Gerais. Trabalhou desde os 10 anos de idade, ocupando funções de ensacador em supermercado, garoto de entregas e outros serviços de baixa remuneração durante sua infância e adolescência para ajudar com a subsistência de sua família.

Suas práticas de lazer individuais e em família refletiam as limitações materiais. Seus finais de semana e férias em família se resumiam a visitas à residência de parentes, enquanto jogar futebol era sua principal atividade de lazer. A religião, no entanto,

possuía alguma centralidade na rotina da família. Com uma mãe bem devota ao catolicismo, durante sua vida pré-universitária o economista 4 participou frequentemente das missas, novenas e outros rituais católicos. As discussões políticas, por outro lado, limitavam-se à recusa do fazer político e aos discursos que acusam todos os políticos de corrupção.

Seu acesso à educação se deu por meio de um colégio público estadual de sua cidade. Gostava de estudar e possuía bom desempenho escolar e boa relação com os professores, inclusive valorizando aqueles que eram sérios e exigentes. Suas disciplinas prediletas eram física, matemática, química e história. Nesse colégio teve a oportunidade de conviver com pessoas de classes sociais superiores à dele. Esse contexto o expôs a diferentes perspectivas e possibilidades, incluindo a compreensão da importância da educação como forma de ascensão social e o conhecimento acerca da existência da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tendo em vista sua facilidade e afinidade em matemática, física e química, ambicionou cursos de graduação que mobilizassem esses conhecimentos. Cogitou estatística, engenharia, administração e economia, visando a empregabilidade. Nesse sentido, os principais critérios de escolha no vestibular eram a probabilidade de ser aprovado e a eficácia da formação para fornecer emprego e mobilidade social para superar a pobreza. Optando por economia após conversar com uma prima, que cursava administração de empresas, que comentou sobre a economia, mencionando o convívio das exatas com as humanidades no curso e assim interessando-o por conta da “ampla formação” e “boa empregabilidade”:

E, assim, pensando... amadurecendo a ideia de fazer vestibular, eu fui pensando no que eu poderia ter como opção de curso e aí eu pensei em algumas coisas mais gerais: administração, talvez direito, estatística, engenharia de minas. Um pouco de pragmatismo assim, não são extremamente difíceis de passar no vestibular e essa era uma preocupação que eu tinha, de passar no vestibular. E são carreiras que eu acho ok, já que eu não tenho um grande sonho, não estou com a faca no dente para fazer nada, isso aí pode ser bom [...] Uma ciência social, vou ter que estudar um pouco de matemática... parece ser legal, tem, enfim... ciência social tem que ter uma formação bem ampla e eu gostei. Não vou te enganar não, não vou te falar que eu cresci querendo ser economista, nem tive contexto para isso não, meu contexto era completamente diferente. E surgiu meio que por acaso e, me informando, “pô, sim, esse aqui parece ser um bom caminho”. (Economista 4)

Mesmo dividindo o colégio com o trabalho, foi aprovado no curso de Economia da UFMG em 1997. Na época, a família (mãe e irmã) se mudou para Belo Horizonte para acompanhá-lo. Logo em seguida ele começou a estagiar em um escritório de

advocacia de um familiar, onde trabalhou por dois anos até sua aprovação num processo seletivo para bolsas para alunos de alto desempenho da universidade. Uma vez bolsista, o economista 4 pôde se dedicar integralmente aos estudos, visto que o programa exigia excelente desempenho acadêmico para a manutenção do subsídio. Durante os dois primeiros anos de graduação, não gostava do curso, acusando as matérias de demasiadamente teóricas, principalmente as de microeconomia, embora não tivesse dificuldades com elas. Também durante esse período, aproximou-se de teorias heterodoxas da economia, como o marxismo e outras teorias críticas à “economia tradicional”. No entanto, ao final de sua graduação, nas disciplinas de macroeconomia, criou gosto pelas “teorias tradicionais”. O economista 4 relata essa sua trajetória epistemológica na graduação:

Teoria crítica em geral, qualquer coisa que fugisse da teoria mais convencional. E a UFMG é um centro bem heterodoxo, tradicionalmente muito heterodoxo, então isso foi... eu fui muito bem acolhido nesse desejo. A gente tinha um curso em que a gente estudava O Capital, estudava tudo direitinho. Então eu fui alimentando uma certa crítica, mais que uma incompreensão do que é a teoria convencional. Eu acho que aí foi passando o tempo... Eu acho que o curso de macro foi muito importante, porque ele colocou um pouco os meus pés no chão, no sentido de “não, espera, talvez isso aqui faça mais sentido”. E aí, na medida que eu coloquei o pé no chão, eu fui avançando no curso e coincidiu com a entrada nesse programa. Aí eu fui ganhando... Assim, eu tinha um grande interesse por teoria heterodoxa, mas aí com o tempo foi passando e eu acho que eu comecei a ter mais maturidade, talvez. Essa é a palavra. Para entender o que é um modelo econômico, como um modelo econômico te ajuda a organizar as ideias, o que o modelo econômico faz e o que ele não faz, qual o papel de um modelo teórico. E a partir desse ganho de maturidade eu comecei a dar um passo atrás e falar “não, isso é absolutamente genial e é isso que eu quero fazer da minha vida”. E aí já com uma visão mais tradicional, não mais heterodoxa. Durante a graduação toda, eu passei pela heterodoxia, mas acabei, no fim das contas, tendo um reencontro com a teoria mais tradicional, acho que a partir de uma maior compreensão de como utilizar melhor aqueles instrumentos. Acho que faltava isso no começo, mas o lado bom é que eu estudei coisas heterodoxas também. (Economista 4)

Seus temas de interesse na graduação se concentravam em temáticas relacionadas à macroeconomia, como economia monetária. Esse interesse foi personalizado na figura de um de seus professores de economia monetária, área à qual se dedicou até o momento desta pesquisa. Com a convivência com outros discentes do programa de bolsas, passou a cogitar o universo da pós-graduação e escolheu prestar o exame da ANPEC para a FEA-USP com o interesse na pesquisa de um professor de lá. Ingressou em 2002 no programa de mestrado da FEA, diretamente após a graduação. Uma vez bolsista, se mudou para São Paulo e emendou o doutorado direto para

continuar com a bolsa. Após o doutorado, trabalhou como consultor e foi aprovado em concursos para docência na UFMG e na UFABC.

### 3.3.5 As entrevistas em relação

Explorando correlações a partir do conjunto de dados, a afinidade com história e matemática (linha B2.24) parece ser uma condição recorrente para a escolha da graduação em economia. Além dessas duas matérias, entre os informantes contra o teto aparece um entusiasmo com as disciplinas de geografia e ciências sociais, não presente no relato do informante epistemologicamente ortodoxo.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B2.24	Disciplinas básicas que gostava	Matemática, história e geografia	Matemática, história e ciências sociais	Todas, mas tinha dificuldade em português	Física, matemática, química e história

Já durante a graduação, a facilidade com a matemática de ensino superior também aparenta operar como condição para a simpatia com as escolas tradicionais, embora esse mesmo domínio esteja presente nos entrevistados que se filiaram em epistemologias às teorias *não-mainstream* (linha B3.6). Ou seja, a recusa ou a falta de domínio em exatas não se manifestou entre eles. Por outro lado, a afinidade com disciplinas de humanidades (linha B3.7) se manifestou em todos os entrevistados, levantando a hipótese de ser um padrão comum para a filiação às teorias *não-mainstream*, principalmente considerando as outras opções de graduação. As alternativas profissionais (linha B3.3) para os informantes contra o teto eram cursos com mais ênfase em humanidades do que as alternativas para o informante a favor do teto (exceto no caso de administração e direito, que o entrevistado relatou ter cogitado cursar pela empregabilidade).

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B3.6	Afinidade com as disciplinas de exatas de economia	Sim	Sim	Sim	Sim
B3.7	Afinidade com as disciplinas de humanas de	Sim	Sim	Sim	Sim

	economia				
B3.3	Outros cursos considerados	Jornalismo	História, geografia	Arquitetura e geografia	Engenharia, administração, direito, estatística

Quanto ao trabalho de consultoria econômica (linha B3.24), área extra-acadêmica comumente frequentada por economistas, a amostra sugere que os economistas de ambos os polos possuem acesso, desde que dominem alguma forma de método quantitativo (linha B3.22).

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B3.24	Já trabalhou em consultoria econômica	Não	Sim	Sim	Sim
B3.22	Domina métodos quantitativos	Não	Sim	Sim	Sim

Ainda sobre métodos quantitativos, em nossa amostra, sua utilização é presente tanto na obra dos economistas filiados ao *mainstream* quanto nas do outro grupo. Já o uso de formalização matemática na atividade acadêmica (linha B3.23), por outro lado, só se manifestou no caso do informante *mainstream*.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B3.23	Mobiliza formalização matemática em sua atividade acadêmica	Não	Não	Não	Sim

A filiação teórica de todos os informantes possui personificação em um ou mais professores da graduação (linha B3.26), confirmando a relevância deste momento formativo e dessas instituições de ensino superior na trajetória epistemológica dos economistas (Albuquerque, 2019; Colander, 1990). Em todos os casos, esses professores desempenharam papel crucial na continuação dos estudos da teoria em questão, ensejando agendas de pesquisa e oportunidades profissionais.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
-----------------------	------	--------------	--------------	--------------	--------------

B3.26	Personificação de suas escolas teóricas em um ou mais professores da graduação	Sim	Sim	Sim	Sim
-------	--	-----	-----	-----	-----

Em relação às concepções de ciência econômica, os informantes *não-mainstream* descreveram a ciência econômica como um conhecimento articulado com outras ciências sociais (linha B4.23), enquanto o informante *mainstream* discorda disso.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B4.3	Economia como conhecimento isolado	Não	Não	Não	Sim

Sobre suas concepções a respeito de ortodoxia e heterodoxia (linha B4.5), manifestaram-se definições distintas. Em linhas gerais, os identificados à heterodoxia a definiram como abordagens que levam em consideração a história, a política, as instituições e o pluralismo epistemológico e metodológico. Os economistas 1 e 2 apontaram a ortodoxia como a ênfase nos pressupostos do individualismo metodológico, os conceitos de racionalidade limitada, enquanto o economista 3 a definiu por exclusão. Por outro lado, o economista 4 definiu a ortodoxia como a tentativa de simplificação da realidade para explicá-la em modelos, articulados com a empiria, definindo, assim, a heterodoxia por exclusão.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B4.5	Diferença entre heterodoxia e ortodoxia	A heterodoxia é derivada da economia política e a ortodoxia tem pressupostos de individualismo, racionalidade limitada, maximização e tendência ao equilíbrio	Ortodoxo é a ênfase no individualismo metodológico, uma vez que essa teoria expõe a história. Heterodoxo é todo mundo que nega isso, considerando história, classes, instituições, geopolítica, etc.	Heterodoxia é a compreensão da economia como uma ciência plural e não restrita em modelos matemáticos e quantitativos.	Ortodoxia como a forma de simplificar a realidade em modelos para conseguir explicá-la. Ademais, a ortodoxia articula a teoria com a empiria.

Em relação às afirmações teóricas, as perguntas B4.6, B4.10 e B4.11 denotam uma diferença significativa entre os nossos informantes heterodoxos e ortodoxos,

apontando discordâncias ontológicas e de filosofias morais e políticas. Há no padrão de respostas do informante 4 uma ênfase no individualismo.

Identificação do dado	Dado	Economista 1	Economista 2	Economista 3	Economista 4
B4.6	O êxito dos indivíduos nas empresas depende de sua capacidade de adaptação ao ambiente dado	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda.
B4.10	O altruísmo, enquanto ação benévola, sem interesse do benefício próprio, é impossível	Discorda	Discorda	Discorda	Concorda
B4.11	Os recursos da sociedade devem ser distribuídos a partir do mérito individual	Discorda	Discorda	Discorda	Discorda parcialmente

Outra comparação que se destaca diz respeito às possibilidades de divergência de filiação epistemológica em indivíduos que tiveram origem social muito parecida em termos de capital cultural e econômica. Neste caso, chama atenção as trajetórias do Economista 2 e do Economista 4 quando vistas em paralelo. Ambos descendem de famílias de baixo capital econômico e cultural, tendo ambos frequentado exclusivamente o sistema público no ensino fundamental e médio; um em cidade litorânea de São Paulo, o outro em pequena cidade interiorana de Minas Gerais. Mas uma primeira diferença que aparece refere-se, justamente, ao capital cultural no contexto da socialização familiar. Trata-se da referência do Economista 2 à expressiva influência cultural do irmão, remetendo explicitamente à amplitude de visão de mundo, que o informante relaciona diretamente à questão social da desigualdade. Nas falas do Economista 4, diversamente, há pouca ou nenhuma referência a valores mais gerais e questões sociais candentes. Ao contrário, ele diz que não tinha um grande sonho e que a coisa toda aconteceu por acaso, chegando a explicitar que não teve contexto familiar que pudesse estimular uma vontade de estudar alguma disciplina ou atuar em certa direção no mundo.

### 3.4 A resultante das 3 incursões

Essa subseção ambiciona sintetizar e organizar o acúmulo de resultados advindos dos diferentes momentos da empreitada empírica deste trabalho.

Na subseção 3.1, a partir da análise estatística exploratória dos dados biográficos, como demonstra a tabela 32, foi encontrada uma associação na posição dos economistas em relação ao Teto de Gastos e as variáveis internacionalização (Internacionalizacao), instituição da última pós-graduação stricto sensu concluída (UP), trajetória profissional (TP), instituição de conclusão da graduação em economia (Graduacao), exposição de currículo vitae em instituições não acadêmicas (CVF), posse ou não de Lattes (Lattes), área de economia (Area), publicação em jornais de economia nos EUA (PJEEUA), posse de LinkedIn ou não (LinkedIn) e acesso a mídia tradicional (PMIT). Dessas variáveis e suas respectivas propriedades sociais representadas, as 6 primeiras compilam as 10 principais modalidades que mais contribuíram para a variância do espaço geométrico do primeiro e segundo eixos da ACM (tabela 35). Nesse sentido, a atuação profissional, a internacionalização e as instituições de graduação e pós-graduação operam algumas das principais propriedades sociais de distinção entre os economistas de diferentes correntes epistemológicas. Esses resultados convergem com os de outras pesquisas dos Estudos Sociais de Economias (Albuquerque, 2019; Kluger, 2016; Souza, 2009; Fourcade, 2006 ).

Colocando em perspectiva as homologias entre as posições dos economistas da amostra analisada, os resultados da tabela 32, que concentra as frequências da combinação das modalidades da variável do teto com todas as modalidades das outras variáveis, aponta uma associação em que o grupo pró-teto tende a ter mais oportunidades de publicar em mídia impressa tradicional (s\_PMIT); publicar com mais frequência em revistas de economia norte-americanas (s\_PJEEUA); publicar menos em revistas de economia europeias (n\_PJEE); publicar menos em revistas de outras disciplinas (n\_PJDD); ter o currículo publicado por think tanks (TT\_CVF) ou em empresas financeiras (EE\_CVF); ter mais indivíduos que possuem perfis no LinkedIn (s\_Linkedin); ter menos indivíduos com currículos lattes (n\_Lattes); ter mais indivíduos que concluíram a graduação em alguma FGV (FGVs\_g), na PUC-RIO (PUC-RJ\_g), na FEA (FEA-USP\_g), na UFRGS (UFRGS\_g), em alguma universidade estrangeira mainstream (UMEARU\_g) ou em algum curso de exatas (exatas\_g); ter completado o último curso de pós-graduação stricto sensu na FGV-RIO (FGV-RJ\_up), na PUC-RIO

(PUC-RJ\_up) ou em alguma universidade estrangeira mainstream (UMEARU\_up); ter filiados a área de microeconomia (Micro); ter passagem pelo Banco Mundial (BM\_I) ou universidade mainstream internacional (UM\_I); ter mais economistas com trajetórias profissionais acadêmicas com realizações de consultorias (AcademicoConsultor), que priorizam a atuação no mercado financeiro (CarreiraFinancas) ou com movimento pendular entre órgãos públicos nacionais ou internacionais financeiros e empresas privadas do mercado financeiro (RevolvingDoors).

Por outro lado, o grupo que se posiciona contra o teto tende a ter menos oportunidades de publicar em mídia impressa tradicional (n\_PMIT), a publicar com menos frequência em revistas de economia norte-americanas (n\_PJEEUA), publicar mais em revistas de economia europeias (s\_PJEE), publicar mais em revistas de outras disciplinas (s\_PJDD), ter mais indivíduos com o currículo publicado em instituições governamentais não-financeiras (GNF\_CVF) ou apenas por instituições acadêmicas (n\_CVF), ter menos indivíduos que possuem perfis no LinkedIn (n\_Linkedin), ter mais indivíduos com currículos lattes (n\_Lattes), ter mais indivíduos que concluíram a graduação na PUC-SP (PUC-SP\_g), na UFMG (UFMG\_g), na UFRJ (UFRJ\_g), na UNICAMP (Unicamp\_g) ou em alguma outra universidade pública (OUP\_g); ter completado o último curso de pós-graduação stricto sensu na FEA-USP (FEA-USP\_up), na Unicamp (Unicamp\_up), na UNB (UNB\_up), em outras universidades públicas (OUP\_up) ou em universidade estrangeiras não-mainstream; realizar a internacionalização em universidades estrangeiras não-mainstream (UNMI\_I) ou não ter qualquer tipo de internacionalização (n\_I); ter filiados mais filiados a área de macroeconomia (MACRO), a área de história econômica (HE) ou à área de economia ecológica (EcoEco); ter trajetórias profissionais com passagem em órgãos públicos nacionais ou internacionais não financeiros (APOPNINF) ou mais economistas dedicados exclusivamente à academia.

Esses resultados obtidos a partir da comparação das frequências relativas da associação das modalidades de teto com as de outras variáveis estão alinhados com o padrão de homologias obtido na ACM, cujos resultados vão além ao hierarquizar a relevância de cada propriedade social na produção da diferenciação social. Ao integrar as análises dos eixos um e dois, pode-se observar uma distinta classificação dos indivíduos com base em dois critérios principais: a proximidade com o setor corporativo e mercadológico e o nível de internacionalização. No primeiro eixo, a esquerda representa indivíduos com menor afinidade pelo ambiente corporativo e mercadológico,

enquanto a direita evidencia aqueles com maior proximidade a este setor. Aqui, o apoio ao limite de gastos (PRO) é predominantemente encontrado entre pessoas mais envolvidas com o mercado, sugerindo uma correlação entre a integração ao ambiente corporativo e a favorabilidade a políticas de controle fiscal. Por outro lado, a resistência a tal medida (CONTRA) é mais comum entre indivíduos que se distanciam desse meio. Já no segundo eixo, a distribuição se dá pelo grau de internacionalização, com o topo refletindo uma internacionalização mais acentuada e a base, uma menor. Neste espectro, a postura pró-limite de gastos (PRO) associa-se mais fortemente a indivíduos com um alto nível de internacionalização, enquanto aqueles contrários (CONTRA) tendem a apresentar um percurso mais concentrado no âmbito nacional. Assim, a análise combinada revela uma dinâmica na qual as posturas em relação ao teto de gastos se entrelaçam com o grau de envolvimento corporativo-mercadológico e o nível de internacionalização, sugerindo nuances profundas nas inclinações políticas e econômicas dos indivíduos analisados. É nesse sentido que se enquadra a análise das biografias de Leda Paulani e Gustavo Franco, que permitiu exemplificar o papel distintivo das propriedades sociais quanto às variáveis de internacionalização e trajetória profissional, endossando os resultados obtidos nas análises estatísticas.

Já os resultados da terceira estratégia de investigação, em que foram realizadas entrevistas de profundidade e suas trajetórias comparadas entre si, apontaram outras propriedades sociais e processos de socialização que as abordagens anteriores foram incapazes de investigar. Por exemplo, na subamostra de 4 entrevistados, destacou-se a convergência de afinidade em matemática e humanidades para a seleção do curso de economia. Da mesma forma, o uso de matemática e métodos quantitativos não se manifestou como uma distinção decisiva, mas sim o uso de formalização. Esses dados também ensejaram ponderações acerca da relevância da origem social como determinante mecânico do posicionamento epistemológico do economista, uma vez que tanto o economista 2 quanto o 4 apresentam origens sociais com profundas restrições econômicas ou culturais, mas seguem filiações teóricas avessas. Nesse sentido, a origem social aparenta incidir indiretamente na filiação epistemológica, a partir da delimitação das condições materiais e culturais de acesso às instituições de ensino superior com docentes mais voltados a uma ou outra abordagem.

Nessa mesma perspectiva, foi unânime, nas entrevistas, a associação das teorias econômicas do entrevistado aos docentes correligionários delas responsáveis por lecioná-las. Esse fenômeno chama a atenção para a dimensão das interações e dos

afetos, na medida em que assenta as teorias econômicas em indivíduos e, principalmente, na vida prática. Uma filiação epistemológica pode ser o fator decisivo para a manutenção ou eliminação de um afeto, bem como o ingresso ou saída de uma oportunidade profissional estruturante da carreira do indivíduo. Assim, a filiação epistemológica produz um mundo para além do teórico, com consequências práticas cotidianas que exigem, inclusive, um compromisso moral com a realidade.

Por fim, as entrevistas também demonstraram uma profícua polissemia acerca dos significados de heterodoxia e ortodoxia, com múltiplas definições e consequências políticas para indivíduos classificados sob alguma das duas alcunhas.

## CONCLUSÃO

Este estudo foi elaborado para mapear as características sociais distintas entre grupos de economistas que se alinham a diferentes correntes epistemológicas, além de examinar os mecanismos subjacentes à sua socialização. Empregando uma abordagem metodológica multifacetada, a pesquisa adotou técnicas prosopográficas e explorou estatísticas avançadas, incluindo Análise de Correspondência Múltipla (ACM), para uma compreensão comparativa das trajetórias individuais e coletivas. Com o intuito de ganho de profundidade, foram conduzidas entrevistas detalhadas com um seletivo grupo de participantes, visando aprofundar a compreensão dos padrões de socialização e identificar nuances específicas nas perspectivas dos economistas.

A seleção dos participantes foi delineada para incluir economistas que publicamente expressaram opiniões favoráveis ou contrárias à implementação do Teto de Gastos no contexto econômico. Esta escolha metodológica buscou evitar uma seleção tendenciosa que pudesse predispor a amostra a uma categorização intelectual prévia, limitando assim a análise a uma visão estreita que não refletiria adequadamente a diversidade de pensamentos e posições dentro do campo da economia. Ao desdobrar as camadas de socialização e examinar as trajetórias exemplares dentro da amostra, a pesquisa conseguiu capturar a complexidade e a dinâmica das identidades profissionais dos economistas, revelando como fatores sociais, culturais, políticos e afetivos entrelaçam-se para influenciar suas posturas teóricas e práticas.

A seção quantitativa da análise prosopográfica, que utilizou como variáveis apenas dados biográficos disponíveis online, indicou que tanto a proximidade da atuação profissional do indivíduo com o mercado financeiro-corporativo quanto seu grau de internacionalização acadêmica operam com os principais fatores de distinção no grupo de economistas selecionado. No caso, quanto maior a proximidade da atuação profissional do indivíduo com o mercado financeiro-corporativo maior a probabilidade dele se posicionar a favor do Teto de Gastos. Da mesma forma, embora com influência menor, quanto maior a internacionalização acadêmica do indivíduo, maior a probabilidade dele ser a favor da medida. A combinação dos dois fatores indica que os indivíduos do grupo selecionado mais propensos a apoiarem o Teto de Gastos são os economistas que atuam no setor financeiro e possuem internacionalização acadêmica em universidades *mainstream*, enquanto os economistas com maior probabilidade de se oporem ao Teto são os que atuam exclusivamente na academia e não são

internacionalizados. Nesse mesmo sentido, como explorado na seção de resultados deste trabalho, há um explícito padrão de homologias entre as modalidades dessas e das outras variáveis apreciadas e das modalidades de posicionamento do indivíduo em relação ao Teto. Por exemplo, as modalidades de graduação e pós-graduação apontam uma associação da PUC-RIO, das FGVs e da FEA-USP com maior internacionalização e proximidade de atuação profissional com o mercado financeiro, enquanto a Unicamp, a UnB, a PUC-SP, a UFRJ e outras estão menos associados aos dois atributos. Outras homologias também se manifestaram nos resultados, como a menor probabilidade de publicar na mídia tradicional dos economistas que tendem a ser contra o Teto de Gastos.

As consequências desses resultados apontam para a importância do setor financeiro do país e a influência da internacionalização – especialmente norte-americana – para a formação da opinião intelectual acerca de matérias econômicas nacionalmente relevantes.

A seção qualitativa da prosopografia, por sua vez, ao permitir a avaliação de outros dados biográficos não disponíveis online, demonstrou a relevância de outras variáveis na produção da distinção de economistas de filiações epistemológicas diferentes. Por exemplo, as condições materiais e culturais da origem social do economista se manifestam como fatores de determinação secundários da sua escolha teórica. A origem social determina o horizonte de possibilidades de instituições formativas que o indivíduo pode cursar, mas é o perfil da instituição, determinado pela configuração mais ou menos epistemologicamente heterogênea do corpo docente, que tem um peso maior na filiação. Nesse contexto, o indivíduo se envolve em interações com os docentes e colegas, com a filiação epistemológica desempenhando um papel crucial na preservação ou cessação de afetos, bem como no acesso ou exclusão de oportunidades profissionais que moldam sua trajetória profissional. Portanto, a filiação epistemológica não apenas influencia o domínio teórico, mas também configura um mundo com implicações práticas diárias, exigindo, inclusive, um comprometimento moral com a realidade.

Para aprofundar os resultados discutidos na seção qualitativa e, por extensão, enriquecer as conclusões deste estudo como um todo, seria profícuo expandir o número de participantes entrevistados e implementar estudos longitudinais acompanhando os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Diferentemente do ocorrido no presente trabalho, em que as entrevistas de profundidade foram realizadas apenas uma vez por indivíduo, essa estratégia de realizar a entrevista periodicamente até a conclusão da

formação destacaria as inflexões da trajetória, além de oferecer uma riqueza maior de detalhes biográficos. Isso permitiria uma análise mais profunda e matizada das razões subjacentes às escolhas epistemológicas dos indivíduos, particularmente no caso de indivíduos filiados a instituições caracterizadas por pluralismo epistemológico. A escolha por estudar indivíduos pertencentes a instituições plurais se deve ao fato que essa dissertação, em consonância com a literatura do campo (Albuquerque 2019; Klüger, 2016; Souza, 2006), reconheceu a instituição como uma das principais variáveis relevantes na filiação teórica do indivíduo, mas as instituições mais frequentemente mencionadas nesses estudos (Unicamp, PUC-RIO, UFRJ, entre outras) tendem a ter homogeneidade teórica, o que dificulta evidenciar as microtransações sociais que ocorrem no seio das instituições e que ensejam indivíduos com filiações diversas. Esse enfoque ampliado teria o potencial de desvendar os processos através dos quais os estudantes desenvolvem afinidades com determinadas teorias econômicas e com as figuras emblemáticas que as representam. Ao mergulhar nas experiências educacionais e acadêmicas dos discentes, a pesquisa poderia revelar como as interações sociais, as influências intelectuais e os contextos institucionais moldam a formação de vínculos com correntes de pensamento econômico. Além disso, ao examinar os discursos e as disposições sociais que permeiam esse processo de identificação e alinhamento teórico, seria possível compreender melhor a maneira pela qual os futuros economistas interpretam e integram diferentes perspectivas epistemológicas ao seu repertório intelectual. Tal pesquisa não apenas aprofundaria nosso entendimento das trajetórias epistemológicas dos estudantes de economia, mas também forneceria resultados sobre a natureza fluida e dinâmica das identidades acadêmicas e profissionais dentro do campo. Trata-se de uma possibilidade de aprofundamento da análise das complexidades e nuances envolvidas na escolha e no comprometimento com determinadas visões de mundo econômico que este trabalho apontou, ao buscar explorar o entrelaçamento entre teoria e prática e entre individualidade e contexto coletivo.

## Referências Bibliográficas

- AGRESTI, A. Análise de Dados Categóricos. 4ª ed. São Paulo: **Pearson**, 2022.
- AFONSO, J. R. (2016). UMA HISTÓRIA DA LEI BRASILEIRA DE RESPONSABILIDADE FISCAL. *Direito Público*, 13. Recuperado de <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2610>.
- ALBUQUERQUE, S. O. F. **Internacionalização da formação do corpo docente da pós-graduação em ciências econômicas no brasil** – circulação e dinâmicas de consagração. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto e Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.
- ALMEIDA, A. M. F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo social**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 163-178, 2008.
- BABB, S. **Managing Mexico**: economists from nationalism to neoliberalism. Princeton, Princeton University Press. 2001
- BANCO CENTRAL. **Coleção História contada do Banco Central do Brasil XXII: Gustavo Franco**. Banco Central do Brasil. 2019
- BERTONCELO, E. R. E.. **Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas**: aplicações nas ciências sociais. 1. ed. Brasília: ENAP, 2022. v. 1. 143p.
- BOURDIEU, P; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BOURDIEU, P. **Le capital social**: notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, v. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2577](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2577). Acesso em: 07 mar. 2023.
- BOURDIEU, P.. **The State Nobility**: Elite Schools in the Field of Power. Stanford, California: Stanford University Press, 1996.
- BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico. Tradução de Sergio Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **Reprodução Cultural e Reprodução Social**. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Tradução de Lígia Calapez e Pedro Simões. Campo das Letras, 2006.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. São Paulo: Editora da UFSC 2017.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. Editora Todavia: São Paulo. 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Reforma da Previdência altera idade mínima e cálculo de benefícios. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505112-reforma-da-previdencia-altera-idade-minima-e-calculo-de-beneficios/>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- CANEDO, L. Les boursiers de La Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. **Cahiers de la recherche sur l' éducation et les savoirs**, hors-série n 2, juin, 2009
- CANTU, R. Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil. **NORUS - NOVOS RUMOS SOCIOLOGICOS**, v. 9, p. 12-51, 2021.
- CODATO, A.; CAVALIERI, M. A. R.; PERISSINOTTO, Renato; DANTAS, Eric Gil. Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT governments in Brazil. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 26, p. 687-720, 2016.
- COLANDER, D.; KLAMER, A. **The Making of an Economist**. Boulder (CO), Westview Press. 1990
- DEQUECH, D. Applying the Concept of Mainstream Economics outside the United States: General Remarks and the Case of Brazil as an Example of the Institutionalization of Pluralism. **Journal of Economic Issues**.52:4. 904-924. 2018.
- DEZALAY, Y; GARTH, B. Le “Washington consensus”. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 121-122, mars. Les ruses de la raison impérialiste. pp. 3-22. 1998.
- DEZALAY, Y; GARTH, B G. **The Internationalization of Palace Wars**. Chicago: Chicago Press, 2002.
- DOBRY, M. **A sociologia das crises políticas**. Editora Unesp: São Paulo. 2014.
- ESTADÃO. **Contabilidade Criativa turva meta fiscal**. Redação. São Paulo. 2009. Acesso em 15 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/contabilidade-criativa-turva-meta-fiscal/>

ENCISO, L. B. F. E. Colombia: economics, economic policy and economists. IN: MONTECINOS, Venrónica; MARKOFF, John (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar. 2009.

FERNANDEZ, R. G; SUPRINYAK, C. E. Creating academic economics in Brazil: the ford foundation and the beginnings of ANPEC. **Revista Economia da ANPEC**, v. 19, p. 314-329, 2018.

FONTAINE, L. **The Moral Economy**. Poverty, Credit and Trust in Early Modern Europe. Cambridge, UK, Cambridge University Press. 2014.

FOURCADE, M. **The Construction of a Global Profession**: The Transnationalization of Economics. *American Journal of Sociology* 112(1): 145-195. 2006.

FOURCADE, M. **Economists and Societies**: discipline and profession in the United States, Britain and France 1890s to 1990s. Princeton: Princeton University Press, 2009a.

FOURCADE, M. The United States: an economist's economy. IN: MONTECINOS, V; MARKOFF, J (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar. 2009b.

FOURCARDE, M; OLLION, E; ALGAN, Y. The Superiority of Economists. **Journal of Economics Perspectives**, V. 29, N.1. 2015.

GARCIA, G; CARAM, B. PEC do teto de gastos é aprovada em 2º turno no Senado e será promulgada. **G1**. Brasília, 13 de dezembro de 2016. <<https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-pec-do-teto-de-gastos-em-2-turno.ghml>>. Acesso em 24 de dezembro de 2022.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L; HERMANN, J.. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª Edição. Editora Campus: São Paulo. 2011.

GARCÉ, A. Economics, economists and politics in Uruguay. IN: MONTECINOS, Venrónica; MARKOFF, John (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar. 2009.

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. **Estudos de Sociedade e Agricultura**, p. 5-44. 2003.

GODECHOT, O. How Did the Neoclassical Paradigm Conquer a Multi-disciplinary Research Institution?, **Revue de la régulation** [En ligne], 10 | 2e semestre / Autumn 2011, mis en ligne le 21 décembre 2011, consulté le 30 mars 2021. URL : <http://journals.openedition.org/regulation/9429> ; DOI : 10.4000/regulation.9429. 2011.

GODOY, M. M.; BARBOSA, L. S.; BARBOSA, D. H. D. Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico Engenheiros, economistas e empresários

mineiros e a percepção das relações entre o nacional e o regional no quadro da modernização econômica brasileira (1930-1970). **Econ. soc.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 481-507, Aug. 2015.

GRAÇA, J. LOPES, J; CORREIA, R. Economics education: literacy or mind framing?: Evidence from a survey on the social building of trust in Portugal. **Análise Social**, Lisboa, n. 220, p. 516-542, set. 2016.

GRÜN, R. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009. **Dados**. 2009.

GRÜN, R.. **Da pizza ao impeachment**: Uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. 1. ed. v. 1. 281p. São Paulo: Alameda, 2018.

HEREDIA, M. **Cuando los economistas alcanzaron el poder** (O de cómo se construyó la confianza en los expertos), Buenos Aires, Siglo XXI, 2015.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Investimentos públicos**: 1947-2021. Observatório de Política Fiscal. 2021. Acesso em 19 de janeiro de 2023. 2022. Disponível em <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2022>

INSTITUTO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de acompanhamento fiscal**: regras fiscais. Brasília. 2018.

IPEA. Economia - Novo modelo em teste. **Desafios do Desenvolvimento**. 2005.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego**, do juro e da moeda. São Paulo: Saraiva, 2012.

KLINK, J. J.; EMPINOTTI, V. ; AVERSA, Marcelo. On contested water governance and the making of urban financialisation: Exploring the case of metropolitan São Paulo, Brazil. **Urban Studies**, v. 3, p. 1-20, 2019.

KLÜGER, E. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KLÜGER, E. Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Dísparas de Exercício do Poder. **DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 61, p. 301-339, 2018.

- LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. Editora Elefante: São Paulo. 2020.
- LAZEAR, E P. "Economic Imperialism." **Quarterly Journal of Economics** 115(1): 99–146, 2000.
- LEBARON, F. *A sociology of modernity: liberty and discipline*. Pennsylvania: Penn State Press, 1999.
- LEBARON, F. **La Croissance économique**: Les économistes entre science et politique. Paris: Seuil. 2000.
- LEBARON, F. "Nobel" economists as public intellectuals: the circulation of symbolic capital. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 43, n. 1, 2006.
- LEBARON, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.
- LEBARON, F; AYKIZ, Dogan. Do Central Bankers' Biographies Matter?. **Sociológica**. 2016.
- LE ROUX, B.; ROUANET, H. **Multiple Correspondence Analysis (QASS Series)**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2010.
- LE VAN, L. **Le juste ou le riche**: l'enseignement de l'économie politique:1815-1950. Paris: CHEEF, 2004.
- LOUREIRO, M. R. G. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- MACKENZIE, D; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia (orgs.). **Do economists make markets**: on the performativity of Economics. Princeton: Princeton University Press. 2007.
- MARQUES, F. M. C. As Disputas entre Ortodoxos e Heterodoxos: O que é (e o que não é) Economia. **Dados rev. ciênc. sociais** 67 (2). Maio de 2024. Rio de Janeiro. 2024
- MARQUES, F. M. C.. A avaliação da Capes e o campo da Economia: primazia do mainstream ortodoxo norte-americano e resistências. **Brazilian Journal of Political Economy** (Impresso), v. 42, p. 378-400, 2022
- MARTELLO, A; MATOSO, F. Governo propõe teto para gastos públicos com duração de 20 anos. **G1**. Brasília, 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/teto-para-gastos-publicos-tera-duracao-de-20-anos.html>>. Acesso em 24 de dezembro de 2022.

LOPES, Matteucci de Andrade C.; LOPES, R. de Lacerda Antunes Borges. Brazilian co-authorship overseas: the Journal of Post Keynesian Economics and related journals. *Brazilian Keynesian Review*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 303-323, 2020.

MENDES, M. **Regras fiscais e o caso do teto de gastos no Brasil**. Insper. São Paulo. 2021,

MERTON, R K. **Science, technology and society in seventeenth century England**. New York: Howard Fertig, 1970.

MICELI, S. **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

MONTECINOS, V. Economics: the Chilean story. IN: MONTECINOS, Venrónica; MARKOFF, John (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar. 2009.

MONTECINOS, V.; MARKOFF, John (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar. 2009.

NEIBURG, F. Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação das heterodoxias. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 177-202. 2004.

PEDROSO NETO, A. J.; UNDURRAGA, T. The Elective Affinitive between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil. **Journalism Studies**, v. 00, p. 1-21, 2017

PERISSINOTTO, R ; CAVALIERI, M. A. R.; DANTAS, E. G.; DIAS, R. P. Redes sociais e recrutamento: o caso dos diretores e presidentes do Banco Central do Brasil (1994-2016). **Tempo Social**, v. 29, p. 61, 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PODER360. Bolsonaro diz que auxílio emergencial será de R\$ 300 por mais 4 meses. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-auxilio-emergencial-sera-de-r-300-por-mais-4-meses/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

O GLOBO. **Auxílio emergencial**: valores serão de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375, diz Guedes. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-valores-serao-de-175-250-r-375-diz-guedes-1-24914663>. Acesso em: 19 fev. 2023.

RAJARETNAM, T. **Statistics for Social Sciences**. 1. ed. New Delhi: SAGE Publications India, 2016.

ROBINSON, Joan. **Filosofia econômica**. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2018.

SOMBART, W. **El burgués**: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madri: Alianza Editorial, 1972.

SEABROOKE, L; TSINGOU, E. Revolving Doors in International Financial Governance. **Global Networks**, v. 21, n. 2, p. 294-319, 2021.

SENADO FEDERAL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília. 2017.

SILVA, M. R. **Banco Central e os sentidos sociais da ação em política monetária**: as justificações morais distintas dos usos sociais do dinheiro. Tese de doutorado (engenharia de produção). Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SOUZA, R. C. **A ciência dos economistas**: entre dissensos científicos e clivagens morais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. Entendendo os gráficos: resultado primário e estoque da dívida pública federal. Governo Federal. 2023. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

UOL NOTÍCIAS. **Leia o discurso de Lula no Lançamento do PAC**. Congresso em foco. 2007. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/leia-o-discurso-de-lula-no-lancamento-do-pac/>> Acesso em 15 de janeiro de 2023.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva – Brasília: Editora UnB. 2004

## **Anexo 1 - Roteiro das Entrevistas**

### **BLOCO 1 - Atributos pessoais e formação acadêmica**

Nome:

Idade:

Gênero:

Orientação sexual:

Cor:

1. Qual o seu Estado Civil?
2. Você tem filhos?
  - 2.1 Qual a idade deles?
3. Em qual bairro você reside atualmente?
4. Em que cidade e estado você nasceu?

### **BLOCO 2 – Família e vida pré-universitária**

5. Você poderia me contar um pouco sobre a história da sua família?
6. Seus avós são imigrantes?
  - 6.1 De onde vieram?
  - 6.2 O que faziam?
  - 6.3 Qual profissão de seus avós maternos e paternos?
7. Me conte um pouco sobre a trajetória dos seus pais?
  - 7.1 Onde nasceram?
  - 7.2 Qual a profissão deles?
  - 7.3 Onde eles estudaram?
8. Você tem irmãos?
  - 8.1.1 Quantos?
  - 8.1.2 Qual a idade deles?
  - 8.1.3 Qual a escolaridade deles?
9. Você poderia me contar um pouco sobre o seu dia a dia e da sua família na sua infância e adolescência?
  - 9.1 Quais eram os principais hábitos da sua família?

9.2 Onde vocês passavam as férias?

9.3 O que vocês faziam aos finais de semana?

10. Sua família tem religião?

10.1 Você segue a religião da sua família?

11. Como era a relação da sua família com a Política?

11.1 A sua família convivia com alguém formalmente vinculado à Política?

12. Em qual escola você cursou seu ensino fundamental?

13. E no ensino médio?

***Vamos falar um pouco sobre o seu cotidiano durante o ensino médio.***

14. Primeiro, como eram as aulas?

15. Qual era a relação com os seus professores?

16. Você tem um professor marcante na sua trajetória escolar?

16.1 Por quê?

17. Você enfrentou alguma dificuldade no ensino médio ou no ensino fundamental?  
Qual?

17.1. Alguma dificuldade relacionada aos professores?

18. Você teve algum envolvimento político durante a escola?

18.1. Se sim, qual?

19. E algum envolvimento acadêmico?

19.1. Sua escola tinha grêmio? Você participava dele?

20. Você construiu laços duradouros?

21. Além das aulas, você fazia outras atividades na escola? Quais?

22. E fora da escola, você realizava alguma?

23. Você praticava algum esporte dentro ou fora da escola? Qual?

24. Como era sua relação com as artes?

***Agora gostaria de conversar com você sobre a sua escolha de graduação.***

25. Quais opções de graduação você cogitou?

26. O que te influenciou a escolher economia?

27. Quais eram suas expectativas com a graduação?

### **BLOCO 3 - Trajetória acadêmica e profissional**

28. Durante o seu período universitário, você praticava mais alguma atividade para além das aulas da graduação?

28.1 Participava de organizações estudantis?

28.2 Praticava algum esporte?

28.3 Algum envolvimento com as artes?

28.4 Você participou de movimentos políticos?

29. Quais disciplinas você gostava na graduação?

30. Você se interessava por quais temas?

31. Você teve professores importantes na sua trajetória?

32. A grade da sua disciplina era plural, apresentava escolas teóricas distintas?

33. Que autores você gostava durante a graduação?

34. Esses autores eram atrelados a algum professor conhecido seu?

35. Quais eram as opções de carreira durante sua estadia na graduação?

36. Seus principais laços formados na graduação seguiram quais carreiras?

### **BLOCO 4 – Posicionamentos teóricos**

37. Delimitando especificamente em intelectuais que contribuam diretamente a Ciência Econômica, quais são seus principais autores de referência, atualmente?

38.1 E esses autores são da mesma corrente teórica?

38.2 E essa é a corrente teórica que você considera mais relevante atualmente?

39. Como você se classificaria teoricamente atualmente?

40. O que difere a heterodoxia da ortodoxia para você?

**Agora vou pedir que você ranqueie algumas poucas afirmações**

41. De 1 a 4, quanto você concorda com as seguintes preposições? (“4” concordo, “3” concordo com restrições, “2” discordo, “1” não tenho opinião)

- O êxito dos indivíduos nas empresas depende de sua capacidade de adaptação ao ambiente dado
- A liberdade do indivíduo depende da emancipação coletiva
- Entre as razões para apoiar o atual Governo Federal, uma das mais importantes é a sua política econômica
- O formato atual do capitalismo tem mais beneficiado a humanidade do que a prejudicado
- O altruísmo, enquanto ação benévola, sem interesse do benefício próprio, é impossível
- Os recursos da sociedade devem ser distribuídos a partir do mérito individual
- A igualdade é decorrência da liberdade
- Os mecanismos de mercado são os principais instrumentos para alcançar o bem público
- A dívida é, além de um problema econômico, um problema moral
- A contenção de gastos públicos pode ser uma eficaz ferramenta de estabilização fiscal
- O salário mínimo aumenta o desemprego de setores mais qualificados
- A inflação é primariamente um fenômeno de origem monetária
- O sistema capitalista possui uma tendência inerente de crise
- Empresas estatais deveriam ser privatizadas
- A contenção do aumento da dívida é o objetivo primário do governo
- O investimento produtivo se reduz quando a taxa de juros aumenta
- A redução da desigualdade gera crescimento econômico
- Muitas vezes modelos com competição perfeita explicam bem a realidade
- A rigidez dos preços explica as eventuais diferenças em relação à trajetória de crescimento no longo prazo
- O equilíbrio é a melhor forma de analisar problemas econômicos

### **BLOCO 5 - Práticas culturais**

42. Como você se informa?
43. Você pratica filantropia?
44. Qual a razão da escolha do seu endereço atual?
45. Quais são suas bebidas favoritas?
46. Qual sua culinária predileta?

47. O que você faz no final de semana?
48. Quais são as obras não-acadêmicas preferidas?
49. Quais são seus escritores não-acadêmicos prediletos?
50. Quais são seus gêneros musicais favoritos?
51. Quais são seus filmes preferidos?
52. Quais são suas peças de teatro favoritas?
53. Quais são seus esportes favoritos?

## Anexo 2 - Script de python elaborado para as operações estatísticas da seção empírica

```
from scipy.stats import chi2_contingency
import numpy as np
import pandas as pd

df = pd.read_csv("Teto vs cada 1 - Página1.csv")
colunas =
['PMIT', 'PJEEUA', 'PJEE', 'PJDD', 'CVF', 'Linkedin', 'Lattes', 'Genero', '
Graduacao', 'GG', 'UP', 'GUP', 'Area', 'Internacionalizacao', 'TP', 'Docen
cia']
for colunas in colunas:
    nome_coluna = f'{colunas}'
    nome_coluna_percent = f'{colunas}%'

    df[f'Contagem{nome_coluna}'] =
df.groupby(['Teto', nome_coluna])['Teto'].transform('count')
    df[nome_coluna_percent] =
df[f'Contagem{nome_coluna}']*100/len(df.index)
colunas_para_cramer = ['Teto', 'PMIT', 'PJEEUA', 'PJEE', 'PJDD',
'CVF', 'Linkedin', 'Lattes', 'Genero', 'Graduacao', 'GG', 'UP',
'GUP', 'Area', 'Internacionalizacao', 'TP']

df_resultante = df.copy()

df_resultante['Contagem'] =
df.groupby(colunas_para_cramer)['Teto'].transform('count')

for coluna in colunas_para_cramer:
    nome_coluna_contagem = f'Contagem{coluna}'
    nome_coluna_percentagem = f'Contagem{coluna}%'

    df_resultante[nome_coluna_contagem] = df.groupby(['Teto',
coluna])['Teto'].transform('count')
    df_resultante[nome_coluna_percentagem] =
df_resultante[nome_coluna_contagem] * 100 /
len(df_resultante.index)

for col1 in colunas_para_cramer:
    for col2 in colunas_para_cramer:
```

```

        if col1 != col2:
            tabela_contingencia =
pd.crosstab(df_resultante['Teto'], df_resultante[col2])
            chi2, _, _, _ = chi2_contingency(tabela_contingencia)
            n = len(df_resultante)
            v_cramer = np.sqrt(chi2 / (n *
min(tabela_contingencia.shape) - 1))

            nome_coluna_vcramer = f'V_Cramer_Teto_{col2}'
            df_resultante[nome_coluna_vcramer] = v_cramer

print(df_resultante)
colunas_unicas_de_todas_categorias =
df_resultante[f'{colunas}'].unique()
v_cramers = []

for colunas in colunas_para_contagem:
    separacao = pd.crosstab(df['Teto'], df[colunas])
    chi2, p, dof, expected = chi2_contingency(separacao)
    v_cramer = np.sqrt(chi2 / (n * min(separacao.shape) - 1))
    if(p <= 0.05):
        v_cramers.append((colunas, np.sqrt(chi2 / (n *
min(separacao.shape) - 1))))

    print(f"Teto x {colunas}:")
    print(f"Chi2: {chi2}")
    print(f"P-valor: {p}")
    print(f"V de Cramer: {v_cramer}")
    print(f"Graus de liberdade: {dof}")
    print("Tabela de Contingência Esperada:")
    print(expected, "\n")
v_cramers.sort(key = lambda i:i[1], reverse = True)
print(v_cramers)

```